

O Primeiro de Maio

por

Sebastião de Magalhães Lima

prefácio de

Gabriel de Oliveira Feitor



Amadora, 2022
www.libertaria.pt

Título:

O Primeiro de Maio

Autor:

Sebastião de Magalhães Lima

Sem Quaisquer Direitos Reservados:

Esta Edição *Copyleft* Libertária, 2022 | libertaria.pt

Edição Original © Casa Bertrand – José Bastos, 1894

Ilustração da Capa:

"A Mão Que Irá Governar o Mundo" de Ralph Chaplin

Publicado na revista *Solidarity* a 30 de Junho de 1917

Copyleft Industrial Workers of the World | iww.org

Colecção: Biblioteca Socialista

Volume: 001

Edição:

Libertária | libertaria.pt | radicaislivres.pt

Paginação e Revisão:

Flávio Gonçalves | autarkies.com

Subvenção Popular:

patreon.com/LibertariaPt

Distribuição:

Convergência | lojaconvergencia@gmail.com | convergencia.com.pt

Impressão:

Gráficas Ulzama | ulzama.com

Depósito Legal:

502650/22

ISBN:

978-989-53519-1-6

Impresso na União Europeia.



Esta obra foi possível graças ao apoio dos nossos patronos, a Libertária é uma chancela editorial e um projecto cultural independente que depende apenas dos donativos dos seus sócios e dos seus patronos, pode consultar os nossos objectivos em [PATREON.COM/LIBERTARIAPT](https://patreon.com/libertariapt)



Licença Creative Commons Atribuição Compartilha Igual CC BY-SA 4.0: é permitida a livre reprodução desta obra desde que o autor e o editor (Libertaria.pt) sejam citados e a integridade do texto ou das partes utilizadas seja respeitada, pode consultar a licença na íntegra em creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/

*Marchez, l'humanité ne vit pas d'une idée,
Elle en allume une autre à l'éternel flambeau*

À MEMORIA DO MEU
QUERIDO MESTRE
E
SAUDOSÍSSIMO AMIGO
BENOIT MALON

Lisboa, 2 de Dezembro de 1893
Magalhães Lima

ÍNDICE

PREFÁCIO	11
Um apóstolo do futuro	11
SOLEMNIA VERBA.....	23
O PRIMEIRO DE MAIO	25
I O DESENVOLVIMENTO DAS IDEIAS	
SOCIALISTAS	27
BENOIT MALON.....	27
LUIZ RUCHONNET	29
RAMÓN CHÍES.....	30
VICTOR SCHOELCHER.....	31
VICTOR CONSIDÉRANT	34
THEODOR HERTZKA E O SEU <i>FREILAND</i>	38
NO CONGRESSO DE ZURIQUE.....	44
AMILCARE CIPRIANI.....	44
O CONGRESSO	48
A ALEMANHA, A BÉLGICA E A INGLATERRA	49
A ITÁLIA, A SUÍÇA, A ESPANHA E PORTUGAL	59
II O PROGRAMA SOCIALISTA	67
JULES GUESDE.....	67
PAULO LAFARGUE	69
O PROGRAMMA DO PARTIDO OPERÁRIO.....	71
DESENVOLVIMENTO E EXPLANAÇÃO DO PROGRAMA SOCIALISTA	74
O PROGRAMA DO PARTIDO SOCIALISTA EM PORTUGAL	90
III A COOPERAÇÃO DOS TRABALHADORES	99
AS COOPERATIVAS OPERÁRIAS	102
OS APÓSTOLOS DA COOPERAÇÃO	102

IV ARBITRAGEM INTERNACIONAL.....	111
O MILITARISMO	116
ARBITRAGEM INTERNACIONAL	118
A FEDERAÇÃO E OS SEUS APÓSTOLOS.....	120
RENÉ GOBLET	124
AUGUSTE VACQUERIE	126
A GUERRA VENCIDA PELA ARBITRAGEM....	127
O DESARMAMENTO	131
 V A MULHER.....	137
A SITUAÇÃO DA MULHER	138
A MULHER EM RELAÇÃO À INDÚSTRIA.....	140
A MULHER NO ESTADO SOCIALISTA.....	142
A PRIMEIRA VITÓRIA	143
MADAME PAULE MINK	145
P. ARGYRIADÉS	146
 VI A SOCIEDADE NOVA.....	151
O QUE É O COLLECTIVISMO.....	152
O ESTADO SOCIALISTA, SEGUNDO AUGUST BEBEL.....	153
O ESTADO SOCIALISTA, SEGUNDO BENOIT MALON.....	158
A LEGISLAÇÃO DIRECTA PELO POVO	159
A SOCIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS.....	160
HECTOR DENIS, GUILLAUME DE GREEF E ÉMILE DE VANDERVELDE	163
A NOVA GERAÇÃO PORTUGUESA	166
JOSÉ FONTANA E SOUSA BRANDÃO.....	176
CONCLUINDO	179

PREFÁCIO

Um apóstolo do futuro

O autor da obra que ora temos a honra de prefaciare é um dos mais eminentes paladinos daquilo a que hoje costumamos chamar *social-democracia libertária*, ideia que, à primeira vista, se afigura porventura contraditória tendo em conta os seus conceitos históricos. Na verdade, essa ideia não é mais do que a tradução teórica da tradição socialista portuguesa, compêndio singular no quadro da social-democracia europeia, da qual a geração em que se integra Sebastião de Magalhães Lima é lúdima representante e inspiradora das seguintes.

Magalhães Lima nasceu no Rio de Janeiro em 30 de Maio de 1850. Filho de emigrantes portugueses, aos cinco anos mudou-se com a família para Portugal, radicando-se em Aveiro, pátria dos seus pais. Concluiu os estudos preparatórios no Colégio Alemão de Lisboa e o ensino secundário no Liceu do Porto, tendo-se matriculado em Direito na Universidade de Coimbra em 1870.¹ Nesta cidade tomou contacto com as ideias políticas mais avançadas, do republicanismo ao socialismo, do laicismo ao federalismo, cuja influência de pensadores da «Geração de 70», como Oliveira Martins, Antero de Quental ou Teófilo de Braga, não fora alheia. Concluiu o curso no ano da fundação do Partido Socialista Português (PSP), em 1875.

Em Coimbra, iniciou-se na maçonaria, em 1874, na Loja Perseverança, do Grande Oriente Lusitano Unido (GOLU), com o nome simbólico «João Huss», transferindo-se para a Loja Obreiros do Trabalho, de Lisboa, em 1890. Em 1904 filiou-se na Loja Livre Exame e dois anos mais tarde fundou a Loja Solidariedade, ambas em Lisboa. De 1906 a 1907 assumiu funções de presidente do Conselho da Ordem do GOLU e em 1907 ascendeu a Soberano Grande Comendador

¹ Arquivo da Universidade de Coimbra. PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/L/002880.

do Supremo Conselho e a Grão-Mestre, sendo reeleito para os cargos até 1928, ano em que faleceu. Em 1921, fundou e presidiu à primeira direcção da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, a actual Liga Portuguesa dos Direitos Humanos, organização de luta paralela na resistência ao fascismo catedrático português e à qual sempre estiveram intimamente ligados *maçons* e socialistas.

Pouco se dedicou a advocacia. Logo no fim da década de 1870, Magalhães Lima canalizou o seu tempo e energias para uma carreira no jornalismo e na actividade política, destacando-se aquando da assinatura do Tratado de Moçambique, em 1878, pelos seus ataques violentos à acção governativa perante os britânicos. Fundou os jornais *Democracia*, *Distrito de Aveiro*, *Mosaico*, *Jornal de Lisboa* e *Galeria Republicana*, da qual foi director, e colaborou em várias revistas, mas foi com a criação do periódico republicano *O Século*, em 1881, que a sua actividade política e jornalística teve impacto. *O Século*, graças à sua rede de correspondentes, levou as ideias republicanas aos pontos mais recônditos de Portugal onde até então muito pouco ou mesmo nada se conhecia sobre a boa-nova.² «Aproximar os republicanos dispersos pelo país, dar unidade de pensamento e de acção a uma causa», afirmara.³

Integrou as organizações dos diversos eventos do comemoracionismo republicano dos finais do século XIX, como a comissão executiva da imprensa das comemorações do terceiro centenário de Camões (1880) ou a comissão organizadora das comemorações do quarto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia (1898). E tomou parte activamente na organização do *partido republicano*, participando em 1883 na reunião que juntou delegados dos clubes e imprensa republicana no Clube

² LIMA, Magalhães, *Episódios da Minha Vida (Memórias)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1984, vol. 1, pp. 111-123.

³ *Ibid.*, p. 116.

Henriques Nogueira, da qual saíra um projecto de organização do Partido Republicano Português (PRP) de cuja comissão executiva Magalhães Lima fora membro.⁴

Em 1909, no congresso do PRP, foi nomeado para a comitiva e encarregue de agremiar o reconhecimento oficial da futura República Portuguesa pelos países europeus. Em Paris, onde já se encontrava exilado devido à Ditadura Franquista, contactou com a imprensa belga e daí rumou até Inglaterra, sendo recebido no Foreign Office. Em França continuou a sua missão junto das instituições da República e estendeu a sua rede de contactos à imprensa italiana e alemã. Quando estalou a revolução em Portugal encontrava-se em Paris. Fora intenso o corupcio no hotel central da Cité Bergère, que naqueles dias mais parecia a Legação Portuguesa, onde os jornalistas tentavam chegar à fala com *Monsieur le ministre*, como era tratado Magalhães Lima, dado o seu prestígio.⁵ Apesar de não o ser, certo é que Magalhães Lima foi eleito deputado à Assembleia Constituinte de 1911 e em 1915, durante cerca de um mês, exerceu as funções de ministro da Instrução Pública no governo de José Ribeiro de Castro.

Magalhães Lima foi um defensor intransigente da República, porém, não deixou de ser um crítico sobre o seu rumo. Não desejava uma espécie de extensão do *laissez-faire*, *laissez passer* salpicada de algum radicalismo aparentemente, e só aparentemente, socializante. Não desejava a imiscuidade dos poderes económicos e financeiros na política da República. Tampouco suportava os que agora de barrete frígido faziam igual ou pior do que aqueles que usavam coroa, servindo-se do regime. Desejava uma República expurgada daqueles desvios e para além deles. Por isso, admitiu ser proposto por Teófilo de Braga, Alexandre Ferreira e Botto Machado para se candidatar à Presidência da República, em

⁴ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991, vol. 1, pp. 47-53.

⁵ LIMA, *op. cit.*, pp. 250-251.

1923, obtendo apenas um voto do Congresso da República.⁶ Impõe-se, pois, a pergunta: que república desejava Magalhães Lima?

Com 12 anos, quando andava no colégio, Magalhães Lima já havia lido Shakespeare e Goethe, a que junta ao rol Alexandre Dumas (pai) por influência do seu condiscípulo Jaime Batalha Reis. Imbuído do romantismo daqueles autores, que o fez despertar para as questões éticas, foi, contudo, nas leituras de Proudhon, Michelet, Quinet, Vitor Hugo, entre outros, que forjou os alicerces das suas convicções ideológicas: «foi na escola proudhoniana que eduquei o meu espírito e fixei a minha orientação democrática. O sentimentalismo dos primeiros tempos cedeu o lugar à razão, que me tornou republicano-socialista e livre-pensador».⁷ Filia a sua geração na herança da Primavera dos Povos, entre o sufrágio universal e os ateliês nacionais de Louis Blanc, e nos pergaminhos da república dos municípios de José Félix Henriques Nogueira, a que a implantação da República Espanhola, em 1873, nas linhas de Pi y Margall, Salmeron ou Castelar, para o qual aliás Magalhães Lima discursara em Coimbra, aferiu um carácter abertamente federalista e socialista aos propagandistas da época.⁸ Não foi por acaso que uma das primeiras viagens de Magalhães Lima foi a Madrid, onde travou conhecimento com os já citados três paladinos do republicanismo espanhol.

Magalhães Lima viajara com alguma frequência para participar em congressos internacionais e foi nesses eventos que conheceu várias figuras maiores do seu tempo, como Kropotkine, Victor Hugo ou Benoît Malon. Estas acções, aliás, integram-se noutro aspecto fundamental da doutrina de Magalhães Lima, em particular, e do republicanismo português, em geral: o positivismo de Comte. Teófilo de Braga foi um dos pensadores portugueses que melhor interpretou a

⁶ Arquivo Histórico Parlamentar, Secção VIII-B, cx. 9.

⁷ LIMA, *op. cit.*, p. 35.

⁸ *Ibid.*, pp. 44-47 e 79-80.

ética positivista. Para o decano republicano, só por via do sentimento se podia propagar a transformação social da ética positivista no mundo moderno, onde as velhas ordens do poder – «espiritual dos dogmas» e «temporal da autoridade empírica» – dariam lugar a novas – a ciência, por intermédio dos congressos, e a indústria, pelas exposições.⁹ Apesar de Teófilo não corresponder às ideias de Rousseau e de Comte quanto às formas religiosas, ele acaba por reconhecer a existência de uma concepção que vai satisfazendo as necessidades de sentimento em concomitante substituição das religiões, manifesto não só nas sínteses activa (exposições) e especulativa (congressos) como também na afectiva (centenários).

No final do século XIX, Magalhães Lima conheceu Benoît Malon. Numa das suas viagens de propaganda republicana, em 1889, encontrou-se com a figura «nobre e simpática» do antigo operário e *communard* na Exposição Universal, em Paris, traçando a sua impressão da seguinte forma: «Malon é um verdadeiro mestre e são muitos hoje, na Europa, os seus discípulos e amigos devotados, entre os quais nós temos a honra de ser contados».¹⁰ A fisionomia de Malon fez-lhe lembrar o seu primeiro mestre, Proudhon, mas Magalhães Lima realça as diferenças entre os dois teóricos franceses: «a escola malonista [...] destaca-se, porém, em muito da escola proudhoniana. Proudhon era áspero na linguagem; Malon é de uma doçura e de uma meiguice incomparáveis [...]. Malon afigura-se-nos mais um evolucionista do que um revolucionário».¹¹ Na então recente obra de Malon, *Le socialisme integral* (1890), traduzida para português em 1899 por Heliodoro Salgado¹², Magalhães Lima, juntamente com

⁹ BRAGA, Teófilo – *Os centenários: como synthese affectiva nas sociedades modernas*. Porto: A. J. da Silva Teixeira, 1884, pp. VII-3.

¹⁰ LIMA, MAGALHÃES, *Pela Pátria e Pela República*, Porto, Casa Editora Alcino Aranha & C.^a, 1891, p. 56.

¹¹ *Ibid.*, p. 57.

¹² MALON, Benoît, *O Socialismo Integral. História das theorias e das tendencias geraes*, Lisboa, Typ. do Instituto Geral das Artes Graphicas, 1899, vol. I; MALON, Benoît, *O Socialismo Integral. Reformas possiveis e meios praticos*, Lisboa, Typographia do «Dia», 1899, vol. II;

Oliveira Martins, Teófilo de Braga e João Bonança, é nomeado como uma das figuras portuguesas mais representativas do *socialismo professoral*¹³, rótulo que Malon atribuiu à sua própria doutrina.¹⁴

De facto, a concepção de socialismo de Benoît Malon não se assemelhava à de Proudhon, mas na verdade a influência deste teórico no seu percurso e doutrina são incontornáveis. Malon foi seguidor de Proudhon e esteve ao lado dos antiautoritários nas guerrilhas internas da I Internacional e dos reformistas franceses contra a ortodoxia marxista de Jules Guesde. O que ele propõe com o seu socialismo é uma solução heterodoxa e reformista com o objectivo de superar a dicotomia anarquismo *versus* marxismo. Partindo de uma base científica assente na crítica anticapitalista do marxismo e no princípio da luta de classes, o *socialismo integral* recusa contudo encerrar a sua concepção exclusivamente no processo económico, estendendo a sua análise aos processos políticos, religiosos e sociais, que se cruzam e relacionam, em interacção e interdependência, invocando não só os interesses de classe, como as forças sentimentais e morais: «admitindo, com Berthelot que “as forças morais são a mola principal que mantém os homens e as nações”; com Proudhon, que “para mudar a constituição do povo preciso se torna actuar a um tempo sobre o conjunto e sobre cada parte do corpo político”, e com Heitor Denis, que “há correlação entre a evolução económica e a evolução moral”, eles [socialistas integrais] consideram que devem tomar parte, por consequência, em todos os combates pelo melhoramento das condições e das relações sociais: reforma familiar, reforma educativa, reivindicações políticas e civis, emancipação das mulheres,

¹³ Apesar de ser este o termo que Benoît Malon e, a partir deste, Magalhães Lima usaram para definir o socialismo integral, temos algumas dúvidas quanto ao seu uso no que diz respeito à escola de Benoît Malon e sobretudo ao pensamento do prefaciado. Tendo em conta que esta definição é um sinónimo de socialismo catedrático, existem algumas especificidades que nos levam a rejeitar, para já, o uso e a atribuição dessa etiqueta.

¹⁴ MALON, Benoît, *O Socialismo Integral. História das theorias e das tendencias geraes*, Lisboa, Typ. do Instituto Geral das Artes Graphicas, 1899, vol. I, pp. 270-271

elaboração filosófica, adoçamento dos costumes, etc.; porque, para eles, a questão contemporânea não é social apenas, é também moral».¹⁵ Isto é, o socialismo na *integralidade* das manifestações da sociedade.

Defensores igualmente da socialização dos sectores mais fundamentais, as chamadas «forças produtivas», à época as «instituições de crédito, as minas, os caminhos de ferro, os canais, a tracção urbana, os serviços de interesse comunal, o comércio por grosso e a grande indústria», os socialistas da escola malonista distinguem *colectivismo* de *comunismo*. Para estes, o colectivismo, modelo de organização social do trabalho, agrupa, equilibra e respeita a liberdade individual e o contrato social, através da socialização gradual, da redistribuição equitativa e da liberdade de consumo.¹⁶ Enquanto o comunismo é a «comunização das forças produtivas e dos produtos sob a gestão directa do Estado, o colectivismo é simplesmente a inalienabilidade das forças produtivas postas sob a tutela do Estado, confiando-as a este temporariamente e mediante renda anual a grupos profissionais.¹⁷»

Last but not least, outro aspecto que distingue e releva a singularidade do carácter da doutrina de Benoît Malon é a importância dada à comuna – em Portugal, o município – enquanto célula fundamental da fórmula de Estado encontrada para o socialismo. Foi o próprio Malon, aliás, a recomendar a adopção do programa federalista de Teixeira Bastos (1886), quando questionado por Magalhães Lima sobre qual a atitude que devia tomar o PRP em relação aos socialistas.¹⁸

Até então, o republicanismo português de tendência federalista, esboçado no programa de 1873 do Centro Federal de Lisboa e inspirado sobretudo nos vizinhos europeus Pi y Margall e Proudhon, e nas experiências norte-americanas e

¹⁵ *Ibid.*, pp. 265-270.

¹⁶ LIMA, Sebastião de Magalhães, *O Socialismo na Europa*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1892, pp. 7-8.

¹⁷ MALON, *op. cit.*, vol. 1, p. 399.

¹⁸ LIMA, 1892, p. 16.

suíça, defendia no campo político, além da separação da Igreja do Estado, da secularização da sociedade e da laicização e gratuidade do ensino, a paróquia, o município e a província como células autónomas governativa e administrativamente, que dariam unidade através de uma assembleia federal eleita por sufrágio directo, mas no sector económico, nos esteios da cartilha radical-socialista e do solidarismo, enfim, proudhoniana, não concedia ao Estado qualquer função económica, deixando essa actividade ao associacionismo (mutualista, cooperativo, etc.), apesar das reivindicações do imposto único e proporcional e da legislação protectora do trabalho, partilhadas, à época, pelos socialistas.¹⁹ O que o programa de Teixeira Bastos veio acrescentar treze anos depois foi a proposta de um sector económico estatal, através da nacionalização dos sectores estratégicos, banca, caminhos de ferro, minas e seguros, ao qual adiciona um esboço de sistema de previdência para os trabalhadores enquadrado no «direito ao trabalho» e «direitos de alimentação» aos desprotegidos, ambos fornecidos numa possibilidade municipal ou paroquial.²⁰ Ou seja, à medida que o tempo passa e que o capitalismo se desenvolve, os republicanos federalistas portugueses, face, por um lado, ao republicanismo radical-liberal, e, por outro, ao anarquismo e aos socialismos marxista e catedrático, perceberam a necessidade de integrar no seu compêndio algumas soluções estatistas tendo em conta a realização prática, sem no entanto esquecer as suas raízes. Esta plataforma de fusão entre componentes libertárias e estatistas vai sem dúvida alguma ao encontro da teoria de Benoît Malon, também ela devedora do positivismo de Comte.

Ora, Magalhães Lima, a par de Afonso Costa, foi o discípulo mais fiel à doutrina maloniana em Portugal, mas nunca deixou de professar as suas fundações proudhonianas. É verdade que em Portugal os equívocos ideológicos foram recorrentes, fruto sobretudo do desconhecimento e ignorância,

¹⁹ CATROGA, *op. cit.*, pp. 63-70.

²⁰ *Ibid.*, pp. 80-81.

desde a introdução do marxismo em Portugal no século XIX até ao anarquismo latente na fundação do Partido Comunista Português, no entanto, não cremos que Magalhães Lima padecesse dessa enfermidade no seu pensamento teórico. Se, por um lado, a afectividade crónica da maioria dos pensadores socialistas portugueses pelas lições de Proudhon é quase inquestionável, por outro, o autor de *O Primeiro de Maio* estava consciente do seu labor e missão. Um dos capítulos dedicados a ele na antologia que Pedro Veiga (Petrus) realizou sobre Proudhon e a cultura portuguesa, na década de 1960, demonstra-o nitidamente: «todos os pensadores progressistas – escreve Benoit Malon – estão de acordo sobre o futuro dos Estados socialistas que não serão outra coisa senão repúblicas federadas, constituindo cada uma delas uma estreita federação de comunas engratecidas e transformadas política e socialmente».²¹

A obra que prefaciamos resulta de um desafio do mestre Benoît Malon a Magalhães Lima de colocar no papel as suas impressões no âmbito da participação do português no 3.º congresso da II Internacional, que aconteceu em Zurique, entre 6 e 9 de Agosto de 1893. Magalhães Lima dedicou o trabalho ao socialista francês, em cumprimento da promessa que fizera quando o visitou, já doente, no seu leito, em Paris, dias depois do congresso. Foi a última vez que Magalhães Lima o veria. Benoît acabou por falecer em Setembro desse ano. O título da obra está directamente ligado a uma das resoluções tomadas naquele congresso, a confirmação da resolução do congresso de Bruxelas (1886) para a realização de manifestações do 1.º de Maio pelos trabalhadores. Deste ponto de partida, aborda o desenvolvimento das ideias socialistas na Europa, os seus teóricos e respectivos programas, e as várias especificidades que definem o seu pensamento, entre as quais o federalismo, a arbitragem internacional, o pacifismo e o feminismo.²²

²¹ Execertos da obra *O Federalismo*, de 1898, da autoria de Magalhães Lima. In PETRUS, *Proudhon e a Cultura Portuguesa*, Portugal, Editorial Cvltura, 1968, vol. IV, p. 154.

²² LIMA, S. de Magalhães, *O Primeiro de Maio*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1894.



Estas circunstâncias explicam por que razão Magalhães Lima foi leal ao PRP, protagonizando, com outros, a ala socialista daquele partido, e nunca se juntou ao PSP, ainda que ambos, republicanismo e socialismo portugueses, partilhem raízes comuns. O apolitismo que durante anos caracterizou o PSP era para Magalhães Lima e, de resto, para vários socialistas que actuaram partidariamente no campo republicano, um erro crasso de análise. A questão de regime era crucial: só a república, enquanto estádio progressista, assegurava o caminho para o socialismo, uma revolução política e social.

Chegamos, pois, ao momento de responder à questão já colocada: que república preconizava Magalhães Lima? Ei-la: uma república social, federalista, amplamente descentralizada e essencialmente municipalista, caminho mais eficaz para a paz entre os povos, assente na liberdade de consciência, na secularização da sociedade, no laicismo e gratuidade do ensino, e no feminismo, pela igualdade de sexos e emancipação da mulher, em crítica feroz à prostituição, condição opressora provocada pelo capitalismo; e na apropriação e socialização pelo Estado do crédito, dos seguros, dos caminhos de ferro e demais sectores considerados estratégicos, concessionando-os a *régies* cooperativas, na senda do colectivismo maloniano, e na socialização e gestão pelos municípios dos serviços de gás, águas, electricidade, transportes, entre outros, com competências na saúde e segurança públicas, e na habitação e nos abastecimentos através das sinergias com o cooperativismo.

Apesar de o programa republicano de 1891 ter encontrado uma plataforma comum entre o republicanismo liberal e os federalistas, um compromisso radical-socialista que arregimentou a maioria do operariado português para a luta pela república, tendo como horizonte o raiar da aurora, o que é verdade é que depois do 5 de Outubro de 1910 as cores da questão social desvaneceram da paleta do republicanismo, não indo a acção do PRP além de um radical-liberalismo, ainda

que internamente as tendências socialistas ou socializantes tentassem a sua sorte, acabando por cindir e desaguar no que viria a ser, no plano doutrinário, o grupo *Seara Nova* e, no plano político, a Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos.

Ditam as circunstâncias históricas, sociais e culturais portuguesas a singularidade da *navette* entre alguns matizes do republicanismo e do anarquismo na matriz do socialismo democrático luso. Se repararmos com atenção, todas estas componentes estão presentes na fundação do actual Partido Socialista, mas, tal como o PRP em 1910, a prática corrompeu e esmagou a teoria. Continua por cumprir a exploração das potencialidades daquilo que poderá vir a ser a via portuguesa para o socialismo, tendo em conta os fundamentos históricos pátrios e adaptando-se às emergências contemporâneas «glocais»: uma social-democracia libertária. Já alertava Vitorino Magalhães Godinho em *O Socialismo e o Futuro da Península*, dando conta de um Portugal «esclerosado» numa «híper-centralização».²³

Como referimos no início deste prefácio, poderá parecer um paradoxo falar-se em social-democracia libertária, contudo, não é mais do que a síntese do melhor das duas barricadas atendendo aos dados que a realidade concreta nos oferece: uma república social, descentralizadora, porventura federativa, que não exclua o papel do Estado em sectores indispensáveis, como a saúde, mas determine a região, o município e a freguesia como células primordiais da estrutura administrativa do Estado, cujas estruturas económicas assentem num novo paradigma de alteração dos modelos empresariais capitalistas através da associação, da cooperativa, das oficinas comanditas, das experiências de co e autogestão e, inclusive, dos próprios municípios, em cooperação ou não.

²³ GODINHO, Vitorino Magalhães, *O Socialismo e o Futuro da Península*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969, p. 69.



De 1894 até hoje, passaram 128 anos e três mudanças de regime em Portugal. Durante esse período, o essencial da obra literária de Magalhães Lima, assim como a de outros pensadores e políticos do socialismo não marxista português, à excepção de Antero e António Sérgio por motivações políticas óbvias, não foi alvo de qualquer reedição. Em boa hora a Libertária lança-se nesse desafio, de forma corajosa, o que, nos tempos que correm, merece os nossos mais entusiásticos aplausos e sobretudo solidariedade. Que esta edição de *O Primeiro de Maio* seja um contributo para a reflexão e construção do socialismo democrático pelas novas gerações, e, acima de tudo, um suporte que ofereça as bases de uma sociedade socialista libertária que se adapte à ordem do dia da emergência climática e da sustentabilidade do planeta, comunicando com as propostas contemporâneas que lhes são sensíveis, como o ecorrepublicanismo sugerido por Jorge Pinto.²⁴

Recordamo-nos perfeitamente da estória de um dos nossos avós, que infelizmente não conhecemos, um velho operário republicano-socialista militante do PRP, que fazia questão de andar sempre acompanhado com uma espécie de pagela da Associação do Registo Civil com o retrato de Sebastião de Magalhães Lima, qual materialidade da «nova religião» decretada pelo positivismo comtiano. De facto, muitos homens humildes como aquele depositavam as suas esperanças em figuras como o nosso prefaciado, pela concretização dos «amanhãs que cantam». E ele fora, sem dúvida, um apóstolo dessa boa-nova – um apóstolo do futuro.

Gabriel de Oliveira Feitor
Alcanena, 30 de Junho de 2022

²⁴ PINTO, Jorge, *A Liberdade dos Futuros*. Ecorrepublicanismo para o século XXI, Lisboa, Tinta-da-China, 2021.

SOLEMNIA VERBA...

Recordo-me perfeitamente. Era uma manhã de Agosto. Na véspera, Cipriani havia me dito: «amanhã, às 11 horas, na *gare de S. Lazare!*»

Fomos ambos pontuais. Tomámos os nossos bilhetes, e seguimos no trem de Asnières. Era ali, na rua de Colombes, que vivia, ou que agonizava, para melhor dizer, Benoit Malon. Subimos a longa escadaria que conduzia a um terceiro andar. O mestre dormia tranquilamente. Mas, pressentindo-nos, afastou docemente o lenço branco que lhe encobria o rosto, e estendeu-nos a mão com carinho e alvoroço, abraçando-nos e beijando-nos, ao mesmo tempo.

A sua fisionomia, abatida e amarelecida pelo uso da morfina, tinha o aspecto doentio, mórbido, de quem, havia muito, não dormira ou se achara dominado por terríveis convulsões. O quarto era pequeno, iluminado por uma janela que deitava para a rua. Sobre o leito em desalinho, alguns jornais, dobrados uns, abertos outros—*Le Rappel, La Petite Republique Française, La Justice...* A atmosfera estava impregnada daquele cheiro característico das longas enfermidades dolorosas. A um lado do leito uma mesa, completamente coalhada de garrafas e frascos, uma pequena farmácia, para assim o dizer; e a outro lado a figura luminosa, transparente e doce de Mademoiselle Estelle Husson, a enfermeira querida e dedicada, que teve a rara coragem e a excepcional perseverança de atravessar os seis longos meses da doença, passando as noites em vigília, ao lado do enfermo, sem se deitar...

—É uma heroína!—disse-me Amilcare Cipriani.

E era-o, com efeito.

Conservo ainda hoje a sua imagem, intensamente gravada no meu espirito saudosíssimo. Uma bata branca envolvia o seu corpo flexível e franzino, e uma palidez marmórea se desenhava na sua figura delicada de *madona*, de olhos azuis e

de longas tranças louras. Dir-se-ia uma irmã do doente, pelo sofrimento e pela dor que a caracterizavam.

Benoit Malon não podia falar. Escrevia numa lousa que tinha sempre ao seu lado, e que ele mesmo limpava, de quando em quando, com uma pequena esponja.

Fez-me muitas perguntas. Felicitou-me pela publicação do meu livro—*La Fédération Ibérique*, que havia dado a Geisler, para que a ele se referisse na *Revue Socialiste*.—Porque não publica V., em volume, as suas impressões, sobre o congresso operário de Zurique?—disse-me por fim.

Prometi-lhe solenemente que o faria.

Venho hoje cumprir a minha promessa; e, à tua memória sacratíssima, consagro o fruto do meu labor, ó morto querido!

O PRIMEIRO DE MAIO

O congresso confirma a resolução do congresso de Bruxelas, assim concebida:

O congresso, a fim de conservar ao 1.º de Maio o seu verdadeiro carácter de reivindicação do dia normal de 8 horas de trabalho e de afirmação de luta de classes, resolve:

Que deve fazer-se uma manifestação única em que tomem parte os trabalhadores de todos os países;

Que esta manifestação se realiza no dia 1.º de Maio, e se suspenda o trabalho, nesse dia, em toda a parte onde seja possível fazê-lo.

Adopta também a emenda seguinte:

A democracia socialista de cada país tem o dever de empregar todos os seus esforços para conseguir a suspensão do trabalho no dia 1 de Maio, encorajando todas as tentativas feitas, neste sentido, pelas diferentes organizações locais.

O congresso resolve mais:

A manifestação do 1.º de Maio, pelo dia normal de 8 horas de trabalho, deve, ao mesmo tempo, ser, nos diversos povos, a afirmação da enérgica vontade que anima o proletariado moderno de pôr um termo, por meio da revolução social, às desigualdades de classes, devendo também manifestar o pensamento comum ao proletariado de alcançar, pelas reformas sociais, a paz universal, como uma consequência da paz obtida dentro de cada nação.

Congresso de Zurique.—Resolução tomada na sessão de 11 de Agosto de 1893.

A celebração do primeiro de Maio, significa e representa, ao mesmo tempo, uma afirmação e um protesto: afirmação de direito e de justiça contra os privilégios e os preconceitos do mundo, e protesto da humanidade trabalhadora contra o despotismo e a servidão social. Afirmar esse direito e relembrar essa justiça é o dever dos que trabalham; protestar contra a iniquidade de que são vítimas, é a obrigação dos que sofrem.

Encontramos-mos em face de um velho mundo que desaba. Os reis e os ditadores esgotam os tesouros dos seus respectivos países em munições e armamentos, e preparam-se para o

supremo combate. Por toda a parte a dúvida e a incerteza. Alguma coisa de sombrio e de lúgubre caracteriza este terrível período, chamado de transição. De duas uma: ou a guerra irrompe, numa época mais ou menos próxima; ou a revolução reventará, como a consequência lógica, inevitável, da crise económica a que esta nova barbárie, denominada pomposamente exército permanente, arrastou as sociedades modernas.

O capitalismo explora, e a guerra mata e aniquila. O operário encontra-se em frente destes dois inimigos; e ele, que representa o trabalho e a produção, combate os exploradores; e ele, que significa paz, amor e concórdia, detesta e odeia a guerra.

Reivindicar para a colectividade os benefícios do trabalho e da paz—eis a aspiração do proletariado moderno. A essas aspirações, chamamos nós socialismo; e, por seu turno, a gloriosa comemoração do primeiro de Maio, não é outra coisa senão a afirmação solene e colectiva das reivindicações operárias.

—
I**O DESENVOLVIMENTO DAS
IDEIAS SOCIALISTAS**

No próximo ano pretérito que acaba de desaparecer, arrastando na sua cauda varredora todo um mundo de lágrimas e de ficções, a humanidade perdeu cinco dos seus melhores amigos e a revolução cinco dos seus apóstolos mais queridos e predilectos.

O primeiro de Maio, que, antes de tudo, significa paz e solidariedade, presta homenagem aos mortos ilustres. Façamos reviver os Mestres. O seu exemplo é o nosso ensinamento, e a sua memória luminosa é a origem dos nossos esforços e dos nossos sacrifícios. Por eles vivemos, e pela sua lição sacratíssima nos abalançamos aos supremos heroísmos e aos supremos martírios. Bem hajam eles, os bons, os santos, os imortais, os caluniados de todos os tempos e de todos os países; bem hajam os simples, os eternamente ingênuos: foram eles que nos ensinaram; são eles ainda os que, através dos escolhos que as paixões semeiam na sociedade, nos guiam e conduzem ao ideal abençoado, à terra prometida da liberdade e da fraternidade humana!

BENOIT MALON

O ódio destrói e espalha a guerra. Só o amor pode construir e trazer a paz. Benoit Malon era a personificação do altruísmo e da bondade humana. Era um santo e um virtuoso. Ninguém o excedeu em virtude. Ninguém o igualou em abnegação e desinteresse. Por isso a sua morte pôs o luto nos corações e encheu de aflição todas as boas almas, cândidas e generosas. Ele não foi só o mestre do socialismo: foi o exemplo vivo de quanto pôde a vontade, quando levada e dirigida pelo amor e pela curiosidade do saber. Ele foi a encarnação da alma moderna, em luta com o presente e crente no futuro, pondo o

ideal acima dos mesquinhos interesses do mundo e as ideias e os princípios acima da ganancia sórdida dos homens e das sociedades.



Benoit Malon

Ah! sim!—dizia-me, pouco tempo depois da sua morte, Aurelien Scholl, o cintilante cronista parisiense—ele foi um dos raros e um dos privilegiados deste fim de século! O meu pobre amigo vinha almoçar comigo de quando em quando. Um dia a minha criada perguntou-me, se poderia aproveitar a

—
hora do almoço, para cozer o sobretudo do Sr. Malon, e se ele repararia... Respondi-lhe que cozesse o sobretudo, porque o Sr. Malon nem sequer daria por tal... É que ele era tão bom, tão bom—rematou Scholl—que até as criadas de servir o amavam!

Eis aqui uma narrativa que vale bem por uma biografia! E tudo quanto pudésemos acrescentar a estas palavras, ao mesmo tempo tão simples e tão pitorescas, seria supérfluo e inútil. Nem mais ambicionaria, por certo, o chorado e saudosíssimo autor do *Socialismo Integral*!

LUIZ RUCHONNET

Luiz Ruchonnet foi, por duas vezes, presidente do conselho federal da florescente e grandiosa república suíça. Era um sincero amigo da paz, e, como todos esses *visionários* e *sonhadores*, que em Inglaterra se chamam Cobden, Hodgson Pratt, Henry Richard, Cremer, Darby, em França, Charles Lemmonier, Frederico Passy, Emile Arnaud, René Goblet, Edmond Thiaudière, A. Millerand, Camillo Pelletan, Auguste Vacquerie; na Itália, Bonghi, Siccardi, Mazzoleni, Theodoro Moneta; na Dinamarca, Frederico Bajer; na Bélgica, Laveleye, Janson, Cesar de Paepe, La Fontaine; na Alemanha, Franz Wirth, Baumbach, Adolfo e Eugenio Richter; na Áustria, a baronesa de Suttner e o Dr. Adler; na Suíça, Angelo Umiltá, Carlos Menn, M.^{me} Goegg; na América, Alfredo Love, Dr. Trueblood, M.^{me} Belva Lockwood — ele pertenceu a essa gloriosa raça de filantropos e humanitários, que atravessam o mundo, deixando atrás de si um rasto de luz, e cujos nomes se perpetuam, através dos tempos e das gerações, consagrados pela história, pela ciência e pelo trabalho.

RAMÓN CHÍES



Ramón Chies

Na história do livre pensamento, Ramón Chies ocupava um dos primeiros lugares e era uma das personalidades mais em vista. Era um revolucionário por temperamento e por convicção. Não queria a república simplesmente pela república. Queria a república sim! para elevar e engrandecer a

sua pátria aos olhos de nacionais e estrangeiros. Para ele a república era uma fase transitória; a fase orgânica e positiva estava no socialismo. Por isso foi, ao mesmo tempo, um socialista e um federalista. Tribuno, ninguém o excedeu em eloquência, na defesa do luminoso princípio da fraternidade e da solidariedade humana; publicista e jornalista de pulso, foi um apóstolo constante, ardente, impetuoso e dedicado da federação ibérica.

VICTOR SCHOELCHER

Victor Schoelcher pertenceu a essa mocidade alegre e entusiasta que forneceu ao autor dos *Miseráveis* o seu personagem de Enjolras, o estudante de todas as sociedades secretas e de todas as conspirações. Franco-maçom e conspirador, filiou-se na loja francesa dos *Amis de la vérité* e na *Sociedade Aide-toi, le ciel t'aidera*.

Estas eram, com algumas outras, as associações dos *malfeteiros* daqueles tempos, no dizer picante e irónico de um distinto jornalista parisiense.

A grande e gloriosa figura de Schoelcher destaca-se na sua brilhantíssima campanha contra a escravidão. Quis ver de perto e observar pelos seus próprios olhos a triste situação dos negros. E, para poder denunciar ao mundo a ignominia e a barbárie dos homens, partiu para a América, de onde regressou, com o coração angustiado pela dor e o espírito horrorizado por tudo o que havia presenciado e visto. Sendo subsecretário de Estado, no ministério da Marinha, por ocasião da revolução de 1848, o seu primeiro cuidado foi apresentar um decreto para a libertação imediata dos negros.

Schoelcher encontrava-se ao lado de Baudin, na célebre e já hoje histórica barricada da Bastilha.

A tropa marchava sobre a barricada, sem dar um tiro.

«—Amigos! gritou Schoelcher, voltando-se para o povo, nem um tiro até que a tropa abra o fogo. Avancemos; se ela atirar, a primeira descarga será nossa; se nos matar, vós nos vingareis.»



Victor Schoelcher

A tropa marchava sobre a barricada, sem dar um tiro.

«—Amigos! gritou Schoelcher, voltando-se para o povo, nem um tiro até que a tropa abra o fogo. Avancemos; se ela atirar, a primeira descarga será nossa; se nos matar, vós nos vingareis.»

E dirigindo-se depois aos soldados:

«—Nós somos os representantes do povo, exclamou. Em

nome da Constituição, reclamamos o vosso concurso, para fazer respeitar as leis do país. Vinde a nós; será vossa a glória.»

E avançou para os soldados, comandados por um oficial. Seis dos seus colegas seguiram-no. A tropa parou indecisa.

—Cumpro as ordens, respondeu o oficial. Retire-se, se não quer que dê a voz de fogo.

—Mate-nos, se quiser, replicou Schoelcher.

E, dando o exemplo que foi seguido pelos companheiros, gritou: «Viva a República!»

O oficial mandou carregar.—«Avançar!»—ordenou.

Ouviu-se o ruído seco das baterias. Alguns representantes descobriram-se e quedaram-se com o chapéu na mão, esperando serenamente a morte. Nesse instante, um soldado atacou Schoelcher à baioneta. Os defensores da barricada, supondo que se atentava contra a sua vida, desfecharam e mataram o soldado. A tropa respondeu com uma descarga geral. Foi então que Baudin subiu à barricada para exortar os soldados. Uma bala feriu-o na frente, caindo logo fulminado.

Schoelcher, nesse dia memorável da sua vida, esteve à altura dos grandes heróis; e, à semelhança dos antigos paladinos, só abandonou o campo, quando nada mais restava a fazer. A barricada da Bastilha fôra improvisada de um momento para o outro; construída no ar, para assim o dizer, sem elementos de resistência, desfez-se e caiu como um castelo de cartas. Mas o patriotismo opera milagres. E só patriotas sinceros e devotados seriam capazes de semelhante audácia e de semelhante arrojo!

Chamaram-lhe idealista—um puro e nobre idealista!—a ele, que todos os seis meses, na camara francesa, apresentava um projecto de lei para a abolição da pena de morte. Para o mundo, egoísta e utilitário, são idealistas e são sentimentalistas, todos os que lhe não aceitam as falsas convenções e o torpe e vilíssimo mercantilismo. E é precisamente de idealistas e de sentimentalistas que carecem e precisam as sociedades modernas! As grandes comoções da historia foram um produto do ideal e do sentimento humano.

Assim como é preciso pensar para obrar, na frase de Auguste Comte, é também preciso sentir para querer. Nem de outro modo se compreende o patriotismo, nem de outro modo se poderiam compreender as revoluções e os grandes dramas sociais.

Perdida a causa em que pusera todo o seu heroísmo e todos os seus esforços, Schoelcher emigrou para Inglaterra, onde permaneceu durante o império, regressando a Paris em 1870. Estava no Hotel-de-Ville, a 4 de Setembro, e tomou parte na defesa de Paris, na sua qualidade de chefe de Estado-maior da guarda nacional.

VICTOR CONSIDÉRANT

Um dia Victor Consideram dirigia-se à Escola Politécnica, e atravessava os cais de Paris, *bouquinant*, como dizem os franceses, isto é, entretendo-se a ver as curiosas livrarias, de livros raros e antigos, que guarnecem as varandas dos cais, na margem esquerda do Sena, e que constituem uma das primeiras curiosidades da grande capital da França, quando, súbito, se lhe deparou uma obra que lhe despertou a atenção e a curiosidade. Era o *Nouveau monde commercial* de Fourier. Abriu-o, leu-o e estudou-o minuciosamente.

No fim do livro, Fourier dizia, pouco mais ou menos, o seguinte:

«Precisa-se um capitalista, para realizar um novo mundo. Carta para minha casa.»

E designava a sua morada.

Considérant apresentou-se em sua casa. — «Não sou o seu homem, disse. Não tenho dinheiro, mas compreendi-o».

Fourier havia encontrado o seu primeiro discípulo, que lhe levava a mais que os capitães pedidos — o génio para vulgarizar as suas teorias.

Fourier nutrira, desde criança, um horror invencível pelo comércio. Filho de comerciante, e tendo apenas sete anos de idade, ouviu um dia o pai gabar-se à mãe de haver enganado um cliente. Vexado por este proceder que qualificou de vilão,

procurou o freguês, a fim de participar-lhe o ocorrido. Valeu-lhe a indiscrição um bom par de bofetadas; mas, desde esse momento, votou ao comércio esse ódio que transparece nos seus primeiros livros.



Victor Considerant

«Possuo o segredo da felicidade, para todos os homens —dizia». — Intimaram-no a provar praticamente a sua asserção. — «Escrevê-lo-ei—respondeu».

«O género sai das mãos do produtor, custando 3, por exemplo, e chega às mãos do consumidor valendo 9. O intermediário, isto é o comerciante, ganhou, portanto, 6, na sua comissão, o que não sucederia evidentemente,

suprimindo-se o intermediário, e estabelecendo-se, pura e simplesmente, a troca entre produtores e consumidores.

O seu sistema baseava-se sobre o princípio da felicidade humana, e o ideal do mosteiro de Thélème não foi estranho às suas concepções. «A felicidade consiste em cada um fazer o que quiser.» Mas, fazendo cada um aquilo que quer, corre também o risco de fazer o que os outros não querem. A esta objecção respondia ele que na natureza tudo se equilibra — o mal e o bem.

Fourier era um poeta, mas tinha-se por homem prático. Uma ocasião, terminando uma conferência sobre o futuro da humanidade: «E agora, concluiu, preparemos o cozido.»

Ninguém contesta o grande alcance filosófico, da teoria falansteriana; mas a sua parte orgânica e sociológica, observou muito bem Antero de Quental, é quase a negação do verdadeiro socialismo, positivo, liberal e moral.

Victor Considérant pretendeu primeiro fundar um falanstério em Conde-sur-Végre que não passou de uma tentativa infrutuosa. A ideia, porém, frutificou mais tarde, embora de modo diferente, por ocasião da fundação de uma colónia de velhos, naquele mesmo país, que se denominou— «o falanstério.»

Em Texas estabeleceu Considérant, não um falanstério, mas uma colónia agrícola. Uma sedição, organizada por Cantagrel, desapossou-o do território e obrigou-o a retirar-se com sua esposa. A colónia prosperou a principio; depois desagregou-se. Era mal vista pelos naturais por causa da sua falta de religião — diziam.

Um pintor de Paris, Capy, ensinava a música. «Todos os domingos, respondia ele a um inspector americano, fazemos música.» Ah! nesse caso, é diferente, exclamaram os bons Yankees, sempre ali há um pouco de religião, uma vez que se canta.»

E a verdade é que as censuras cessaram. Os membros da colónia, também, por seu turno, deixaram de ser falansterianos.

—
É mister ir a Iowa, para encontrar uma colónia comunista— a Icaria. Tudo ali é comum, sem mesmo exceptuar as mulheres. Podem-se estabelecer uniões temporárias, mas de curta duração; se as uniões se prolongam, a autoridade intervêm, porque, nesse caso, afirmam os estatutos, a coisa torna-se imoral.

Vejamos, porém, como Victor Considérant considerava a *organização da nova ordem social*.

O primeiro feudalismo que saíu da conquista militar, havia feito concessão do solo aos chefes militares e aos nobres, subordinando as populações conquistadas à *pessoa* dos conquistadores pela servidão da gleba.

A guerra industrial e comercial, sucedendo é guerra militar, sob a forma de concorrência, em que o capital e a especulação ficam forçosamente senhores do trabalho pobre, tende a constituir, pelas suas conquistas, uma nova servidão — não a *servidão pessoal e directa*, mas a *servidão indirecta e colectiva*, o domínio, em massa, da classe dos possuidores de capitães, das machinas e dos instrumentos de trabalho, sobre a classe dos deserdados.

E, com efeito, os proletários das cidades e dos campos, considerados *colectivamente*, estão sob a dependência absoluta daqueles que monopolizam os instrumentos de trabalho.

Este grande facto económico e politico pôde traduzir-se, pela seguinte fórmula, na vida prática: «*Para ter que comer todo o proletário é obrigado a sujeitar-se a um patrão.*»

A revolução não se completou, pela simples emancipação política, isto é, pelo dogma metafísico da igualdade perante a lei, ou da liberdade pura e simples.

A antiga sociedade havia sido organizada, *pela guerra e para a guerra*. A nova sociedade terá de ser organizada pelo trabalho e pela paz e para o trabalho e para a paz.

O problema dos nossos dias não pode, pois, visar senão à libertação dos servos da indústria, dando a todo o homem que queira trabalhar o direito aos instrumentos do trabalho,

tornando-o assim proprietário dos frutos do seu labor, e criando a ordem, a cooperação e a convergência no campo industrial.

A solução deste problema, que não é outra coisa senão a transformação do *salariado*, a moderna forma de escravidão, constitui o complemento da revolução, e pode e deve intitular-se o *problema social*.

Tal era, em rápidos traços, a doutrina dessa altíssima personalidade e desse belo carácter que se chamou Victor Considérant, e que tantas vezes vimos atravessar o boulevard S.^t Michel, no bairro latino, consagrado pela mocidade das escolas e venerado por todos os que, acima dos materialismos do mundo, põem o supremo ideal da bondade e da felicidade humana.

THEODOR HERTZKA E O SEU *FREILAND*

Freiland! (terra livre, país livre)—tal é o título do livro de Theodor Hertzka, um austríaco e um sociólogo eminente.

Pelos meados de Julho de 18... — assim principia a narrativa de Hertzka—lia-se o seguinte nos principais jornais da Europa e da América:

Sociedade livre internacional

Acaba de constituir-se um grupo de indivíduos de todas as partes do mundo civilizado, com o fim de empreender e tentar a resolução do problema social.

Ao cabo de muitas e pacientes investigações, opinou-se pela criação de uma comunidade, estabelecida sobre as bases, ao mesmo tempo, da liberdade mais ampla e da justiça económica, a qual, mantendo de uma maneira absoluta a independência pessoal de cada trabalhador, lhe assegure o gozo completo e integral do produto do seu trabalho. Para fundar a mencionada comunidade, ocupar-se-á uma

vasta região, num local que não tenha possuidor, mas que seja fértil e próprio para a colonização.



Theodor Hertzka

Nesta região, a sociedade livre não reconhecerá nenhum direito de propriedade sobre o solo, quer a favor de um individuo quer a favor da comunidade.

Para cultivar o solo, como, de resto, para realizar toda a espécie de produção, constituir-se-ão associações, sendo cada uma administrada como melhor o entender, e distribuindo, entre os seus membros, o resultado da produção, consoante o trabalho de cada um. É facultativo a cada membro o filiar-se na associação que escolher e de a abandonar também a seu bel-prazer. A comunidade encarrega-se de fornecer gratuitamente os capitais aos produtores, com a condição de estes os restituírem. Os indivíduos incapazes de trabalhar, assim como as mulheres, têm direito aos meios de subsistência, à custa da sociedade. A receita indispensável para a aquisição dos objectos, acima mencionados, assim como para as despesas de interesse geral, será assegurada por uma quota tirada do rendimento bruto de cada produção. A sociedade livre internacional possui já o número de membros e de capitais suficientes para a realização do seu plano. Sendo, porém, de opinião, por um lado, que o resultado desta tentativa há de ser tanto mais seguro e eficaz, quanto maiores e mais importantes forem os meios de que dispuser; e desejando, por outro lado, oferecer a todos o ensejo de poderem participar da empresa, a sociedade, pelo presente aviso, faz saber ao público que os pedidos e ofertas de qualquer natureza que sejam, devem ser dirigidos para Haia, Bochstraat, 57.

«A sociedade livre internacional celebrará em Haia, no dia 20 do próximo mês de Outubro, uma assembleia politica em que serão apreciadas as ultimas resoluções, a fim de realizar praticamente a sua obra.

Haia, de Julho, 18..

Pelo comité da sociedade livre internacional.

Karl Strahl

Este anúncio produziu uma profunda emoção na imprensa e no público. O nome do signatário, que era conhecido não só pela sua posição social, senão ainda por ser um dos primeiros escritores da Alemanha em ciência

económica, afastava todo e qualquer pensamento de mistificação ou de equívoco.

Realizou-se um congresso que foi aberto pelo seguinte discurso de Strahl:

A convicção de que a comunidade, à fundação da qual vamos proceder, é destinada a extinguir a pobreza e a miséria pela base e a destruir com ela todos os desgostos e todos os crimes que devem ser considerados como uma consequência forçada da miséria e da pobreza, essa convicção, apercebe-se não só nas palavras, senão também na maneira de obrar da maioria dos nossos consócios e no profundo e desinteressado entusiasmo, segundo o qual cada um — na medida das suas forças — se tem aplicado ao fim comum. Quando publicámos o nosso apelo, éramos apenas 84; os recursos de que podíamos dispor orçavam por 11.400 libras esterlinas; presentemente a sociedade compõe-se de 5.650 membros e o seu fundo monta a 205.620 libras esterlinas. Convém notar que esta soma não nos foi fornecida simplesmente pelas classes pobres que habitualmente se consideram como as únicas interessadas no problema social. E isto torna-se ainda mais evidente percorrendo a lista dos sócios. Irresistivelmente, chega-se à conclusão de que a aversão e o horror, inspirados pelas actuais condições sociais, atingiram também as classes que, à primeira vista, parecem aproveitar com as privações dos deserdados da fortuna. A resolução do problema social impõe-se hoje, por tal forma, que até os ricos e os favorecidos da sorte não duvidam concorrer com alguns milhões de libras, para a fundação da nova comunidade, auxiliando-nos e participando da nossa empresa. Neste facto, mais do que em qualquer outro, repousa a convicção de que a nossa obra não poderá deixar de frutificar.

Trata-se de escolher a região onde poderemos realizar o nosso projecto. Toda e qualquer localidade europeia está naturalmente posta de parte, por razões fáceis de compreender; a Ásia, igualmente; e, em particular, devemos assinalar os pontos onde podem aclimatar-se os emigrantes

de raça caucasiana, sendo fácil que se estabelecessem conflitos com as organizações jurídicas e sociais de outros tempos. Na América e na Austrália, os governos conceder-nos-iam, com prazer, um território espaçoso, bem como a liberdade dos nossos movimentos; mas ainda aí difficilmente poderia a nossa comunidade encontrar garantia contra os ataques hostis e assegurar o repouso e a segurança, indispensáveis a um successo rápido e certo. Resta-nos a África, o continente mais antigo, e, sem embargo, aquele cuja descoberta foi a mais recente. A parte central interior encontra-se ainda sem possuidor. Podemos encontrar ali, não só um espaço sem limite e um repouso assegurado, senão também as condições mais favoráveis, quanto ao clima e à fertilidade do solo, desde que a escolha seja acertada. Há países, a uma grande altitude, reunindo as vantagens dos trópicos e dos Alpes, que aguardam uma imigração. As comunicações com esses países montanhosos, situados no coração do continente negro, são certamente muito penosas, mas é precisamente isso de que havemos mister para principiar. Propomos, pois, que se procure a nova pátria, no interior da África equatorial. E pensamos, principalmente, no país das altas montanhas do Quénia. Concorde a assembleia com a escolha?

Foi unanime o assentimento. Ouviram-se vozes que exclamavam:

«Para diante, e antes hoje do que amanhã!»

Era evidente que a maioria estava disposta a pôr-se a caminho sem mais delongas.

De novo o presidente toma a palavra para declarar que as coisas nem sempre podem marchar tão depressa, como muitas vezes se deseja. A nova pátria terá primeiro de ser escolhida e conquistada, o que representa uma empresa arriscada e difficil. O caminho tem que fazer-se por entre desertos e florestas inóspitas. Não poderemos evitar os combates com as tribos selvagens e hostis, e, por isso, só nos poderão convir homens fortes e válidos, e não mulheres, crianças ou velhos. Além

disso, teremos que apurar os milhares de imigrantes que deverão acompanhar-nos, através daquelas regiões, e de os organizar devidamente; 200 emigrantes, entre os quais 4 naturalistas, 3 médicos, 8 engenheiros e 4 representantes de outros ramos técnicos, ricamente providos de armas, de máquinas, de sementes, de mercadorias e de utensílios de viagem, formarão a vanguarda da expedição.

A narração desta marcha até ao Quénia, constitui uma das partes mais interessantes do livro, devendo acrescentar-se que a descrição das grandiosas montanhas africanas não é obra de pura fantasia, mas é, ao contrario, extraída das narrativas dos exploradores africanos que visitaram aquelas regiões. A expedição faz a sua primeira paragem em um vale delicioso, situado a 1:700 metros de altitude, ao sopé de um formidável maciço do Quénia e das suas magníficas geleiras, e que se apelidará, por causa da sua beleza e da sua fertilidade, o vale do Éden. Com as provisões e os utensílios de que vão providos, podem os valentes porta-bandeiras da gloriosa caravana fazer os preparativos necessários, para receber o principal grupo dos associados, se bem que só alguns meses mais tarde, por ocasião da chegada do comité director à base do Quénia, é que o país, onde refulgirá a liberdade, será baptizado com o nome de *Freiland*, pondo-se então, em pratica a nova organização do trabalho, consoante os princípios *freilandeses*.

Para todos os que se interessam pelo estudo das questões sociais, e ainda para todos os que pensam que as modernas sociedades, desorganizadas como estão e lançadas em bases falsas, devem ser reconstruídas, segundo um princípio de justiça e de moralidade, o livro do escritor alemão é de um interesse palpitante²⁵. Digamos também que o autor do *Freiland* teve a rara felicidade de despertar em

²⁵ *Freiland. Ein soziales Zukunftbild*. Leipzig, Duncker und Humblot, 1889, 10 mk; Dresden, E. Pierson, 1891 e 1892, 3 mk.—*Freiland*, tradução inglesa por Arthur Ranson. Londres, Chatto e Windus, 1892, 6 sh.—*Freiland und die Freilandbewegung*. Vienna, 10 pf., traduzido por H. La Fontaine, advogado em Bruxelas, sob o titulo de *Freiland, un roman collectiviste. Extraits et résumé*. Bruxelles. 1892. Imprimerie Veuve Mounom.

muitos espíritos, pela sua maravilhosa obra, escrita em forma de romance, o desejo ardente de fundar uma sociedade em tudo semelhante aquela que tão brilhantemente concebeu e descreveu.

Para vulgarizar e fazer a propaganda da ideia, criou e fundou a sociedade uma revista mensal, órgão dos associados:—«*Freiland, organ der Freilandvereine*».

Temos à vista uma carta de Theodoro Hertzka em que nos comunica a partida de Hamburgo da primeira expedição, por todo o mês de Janeiro do corrente ano, dirigindo-se ao Quénia, que fica a 600 milhas da costa de Este, exactamente sob o Equador.

E eis aqui o motivo por que, depois de ter prestado homenagem à memoria dos mortos queridos, eu entendi que não devia continuar o meu trabalho, sem aqui saudar entusiasticamente o honrado e ilustre apóstolo de uma nova organização social, fazendo votos ardentes pelo completo triunfo dos seus ideais.

NO CONGRESSO DE ZURIQUE AMILCARE CIPRIANI

Ao chegarmos a Zurique, na tarde de 6 de Agosto de 1893 — Amilcare Cipriani e eu — um soberbo e imponentíssimo espectáculo se nos ofereceu logo à vista, como só a Suíça seria capaz de oferecer e realizar. As sociedades do *Grütli* desfilavam pelas ruas da cidade, com os seus estandartes e filarmónicas à frente, no meio do entusiasmo e das aclamações da multidão. Estas associações constituem uma das grandes e uma das primeiras forças da poderosa república. A sua origem é lendária, e deriva do local, onde se reuniram os amigos de Guilherme Tell, quando decidiram conspirar contra Gessler.

As sociedades do *Grütli* constituíram-se e organizaram-se, a principio, com um carácter puramente patriótico; mas tem-se transformado, pouco a pouco, e hoje são, na sua maioria, socialistas.

Nada mais belo e majestoso do que o desfilar desses 9.000 trabalhadores, todos pitorescamente vestidos com os trajos das suas profissões e os distintivos correlativos, e precedidos por 150 bandeiras, quatro das quais eram vermelhas.

São estas as procissões da república, e ninguém que as presencie pode deixar de se descobrir reverente e solenemente. O homem livre, associado e independente substituíu o soldado escravo, tiranizado e às ordens de um senhor; ao princípio da guerra contrapunha-se o princípio da solidariedade humana; ao militarismo, o socialismo; às armas e aos petrechos de guerra, os instrumentos do trabalho e os símbolos da paz.

O cortejo havia sido organizado em honra dos congressistas. Na rua, o povo formava alas à passagem dos seus representantes. Calculava-se em mais de 40.000 o número dos cidadãos que acorreram ao chamamento dos iniciadores do congresso. Nas janelas os espectadores aplaudiam freneticamente e lançavam flores à passagem dos manifestantes. A recepção era digna e estava em tudo e por tudo à altura das ideias que se glorificavam. Celebrava-se a abertura do congresso operário socialista e não havia, com efeito, melhor meio para solenizar a gloriosa data.

Falemos, porém, de Amilcare Cipriani.

Tenho diante de mim o seu retrato. Na sua fisionomia transparece a bondade do seu coração, e nos seus olhos a candura e a gentileza da sua alma. Guardo dele a recordação saudosíssima de um homem que põe a sua dignidade e o seu brio pessoal acima dos seus interesses e das suas conveniências; do apóstolo que coloca as ideias e os princípios acima das paixões humanas; do revolucionário, enfim, que ao amor da humanidade sacrifica a vida, a família, o bem estar e a tranquilidade. Dele poderia dizer que é um exemplo a seguir e a imitar, e dele afirmarei, sem receio de contestação, que é único e excepcional, no meio de uma sociedade mercantil, gananciosa e covarde.

Amilcare Cipriani tem hoje 47 anos de idade, dos quais 22 foram passados no cárcere. Honrado, valente e desinteressado, nunca hesitou, sempre que a causa da liberdade careceu do seu braço para a defender. Bateu-se, como um herói, no Egipto; bateu-se na Grécia: bateu-se pela Itália, a sua pátria querida e bateu-se pela França, a sua pátria de adopção.

Na parte inferior do seu retrato, e escritas pelo seu próprio punho, lêem-se as seguintes frases que sintetizam perfeitamente as suas aspirações e o seu credo social:

«Il proletariato, per essere libero ed emancipato, deve assingersi a rovisciare, colla forza, tutto l'ordine sociale esistente.

Contre l'oppression la ribellione é un diritto.»

Está aqui o homem politico. Falemos agora no homem particular, no amigo e no companheiro queridíssimo.

Sofreu sempre, com a maior resignação, todas as crueldades e todas as privações da existência, sem um queixume, sem uma mágoa, sem uma palavra de ódio ou de rancor. Muitas vezes o seu almoço é um copo de água e um pequeno pão de 15 cêntimos.

Tendo amigos sinceros e dedicados, nunca pediu, para si, um real a nenhum deles. Se tem apenas 20 cêntimos no bolso, come com esses 20 cêntimos: se não tem dinheiro não come. Estando em Londres exilado, nem sequer tinha um quarto onde dormir. Por noites geladas e frias, com as botas rotas, sem abrigo, sem dinheiro no bolso, era obrigado a andar horas seguidas pelas ruas da enorme cidade, para não ser preso por vagabundo.

Quando faleceu o nosso querido e lealíssimo amigo Benoit Malon, foi ele quem se conservou ao lado dele, durante quatro dias consecutivos; foi ele quem o vestiu e quem velou o cadáver, sem se deitar, sem sentir a menor fadiga, não pensando senão na amizade e no carinho que lhe consagrara durante a vida, e que tão bem retribuído foi pelo glorioso mestre. Mas no dia do enterro, apossou-se dele o desalento, no cemitério do *Père Lachaise*. Passamos ao lado do túmulo do grande cidadão Anatole de la Forge.

— «Eis aqui um que foi candidato à presidência da república, que se bateu heroicamente pela sua amada França, e que teve de recorrer ao suicídio para não morrer de fome! — disse. — Eis a sorte que naturalmente me está também reservada — continuou. — Mas eu, se um dia me suicidar, hei de escolher o muro dos federais para o fazer, e, quando, junto dele, encontrarem o meu cadáver — que o transportem para onde muito bem quiserem, sem pompas nem discursos... Detesto as comédias e as representações teatrais diante de um cadáver.»



Amilcare Cipriani

Ah! bom e querido amigo! Nessa hora angustiosa, tu pensaste na ingratidão dos homens, e, em frente do camarada

morto, avaliaste a torpeza do mundo e a inanidade das suas palavras hipócritas e fementidas!

Os longos sofrimentos produzem, às vezes, estes desânimos cruéis. São momentâneos, é certo, mas são dolorosos.

Saímos do cemitério e fomos almoçar juntos. Duas horas depois, Amilcare Cipriani havia recobrado animo, e falava-me em ir bater-se na Sicília, ao lado dos seus compatriotas, vítimas da miséria e do despotismo.

Que honradíssimo carácter! e que gloriosa e brilhante personalidade!

O CONGRESSO

As sessões do congresso realizaram-se num vasto salão de concertos, um dos mais espaçosos da cidade, o *Tonhalle*, rodeado por uma enorme galeria, onde podiam acomodar-se muitas centenas de pessoas. Ao fundo, numa espécie de palco, coberto de verdura e ornado com os estandartes das associações, destacava-se um magnífico retrato em busto de Karl Marx. Em redor e colada à galeria, a inscrição do chefe, impressa em grandes caracteres, e traduzida em vinte e duas línguas: «*Proletários de todo o mundo, uni-vos!*»

Grandes mesas, colocadas paralelamente umas às outras, enchiam o vastíssimo salão, sendo cada uma delas ocupada pelos representantes de uma dada nacionalidade.

A representação da Alemanha não aumentara. Era quase a mesma do congresso de Bruxelas. À frente dela encontravam-se Liebknecht, Bebel e Singer. A novidade foi a representação dos novos, hostis ao velho grupo; e de entre esses, chamados os independentes, devemos destacar Werner e Körner.

Da Bélgica, estavam Hector Denis, Jean Volders e Emile de Vanderwelde; da Holanda, Domela Nieuwenhuis; da Espanha, Pablo Iglesias; da Roménia, Mille; da Inglaterra, Max Avelling; da França, Allemane, Argyriadés, Jaclard, Veber, Degay, Borlioz; da Áustria, Adler, Fankel.

Aumentara consideravelmente a representação da Itália.

Além de Madame Anna Koulischoff e Turati, um sociólogo eminente e director da *Critica social*, de Milão, assistiam ao congresso Antonio Labriola, lente catedrático da Universidade de Roma; Prampolini, deputado, etc.

Entre as senhoras que tomaram assento na assembleia, notavam-se, como acima deixamos dito, Anna Koulischoff, russa, antiga niilista, que fez o seu curso na Universidade de Milão, onde hoje exerce a clínica; Madame Mendelssohn, de Varsóvia, casada com Mendelssohn, que fôra expulso de Paris, por niilista; Madame Vera Sassulich, a notável heroína que, em 1878, desfechou o seu revolver sobre o general Trepoff, o miserável chefe de policia de S. Petersburgo, inimigo dos niilistas e que tantas vítimas arremessou para a Sibéria. Trepoff morreu e Vera Sassulich, a grande libertadora, emigrou, sob um nome suposto, escapando ao furor das autoridades russas, e vivendo ora na Itália, ora na Suíça. É uma mulher de armas, no bom sentido da palavra, honesta, intransigente e sincera e devotada amiga da liberdade e da humanidade.

O congresso foi encerrado com a grata e inesperada aparição do velho companheiro e continuador de Marx — Friedrich Engels. Quando o presidente anunciou que se achava na sala um dos ilustres precursores do socialismo, todos se puseram de pé, e no palco surgiu, então, a figura gloriosa de Engels. O entusiasmo foi indescritível. Uma estrondosa salva de palmas coroou esta agradável surpresa. *Viva a Comuna!* — gritou a delegação francesa. *Viva Engels!* — exclamaram todos numa voz unísson, formidável e estridente.

A ALEMANHA, A BÉLGICA E A INGLATERRA

Os países onde o socialismo está hoje, incontestavelmente, mais bem organizado e desenvolvido, são a Alemanha e a Bélgica. Na França dividem-se e subdividem-se os grupos, chocam-se as personalidades, e os ódios e as desinteligências evidenciam-se a cada passo. Na Inglaterra, apesar dos

progressos realizados, nestes últimos tempos, principalmente pela adesão das *Trades—Unions*, ainda o socialismo não representa o que pode chamar-se um partido político.



Friedrich Engels

Na Alemanha, os mesmos pruridos militaristas que se observam nas altas regiões, reflectem-se, com maior ou menor intensidade, no partido socialista. Nota-se, principalmente, este facto nos congressos, onde, a um simples aceno do deputado Singer, todos os delegados aprovam ou reprovam, consoante as instruções de antemão estabelecidas. A mesma disciplina do exército estende-se aos partidos e aos

agrupamentos políticos. E ai daquele que se desviar destas normas: corre o risco de ser expulso, sem mais apelo nem agravo.

O partido socialista está, pois, organizado, na Alemanha, como um verdadeiro partido político, um partido de governo, poderíamos, talvez, dizer, com uma caixa de resistência, os seus jornais, as suas associações e os seus milhares de filiados, em todas as cidades, em todas as vilas e em todas as aldeias do vasto império. Todos, sem excepção, são obrigados a concorrer para as despesas do partido, e, neste facto, reside a base do direito de cada um, como partidário ou membro da associação. Não se concebe um partido sem os recursos indispensáveis para fazer face às eventualidades de momento e para combater o adversário, com vantagem. Os alemães sabem isto, e aí está o motivo porque o número dos partidários do socialismo sobe de dia para dia na Alemanha, e por que os socialistas contam, presentemente, com quarenta e sete deputados no *Reichstag*, tendo aumentado, a representação partidária, nas ultimas eleições.

Liebknacht, um dos chefes consagrados pela opinião, e o director do *Vorwörther*s, o órgão do partido na imprensa, tem acerca da política a mesma opinião que poderia ter, em campanha, um general acerca da guerra. Diante do inimigo, o dever é unir fileiras; e, todo aquele que abandonar ou se arredar do seu posto, tem de ser considerado como desertor. E aqui está o motivo por que, no partido operário socialista alemão, não se admite os dissidentes nem os independentes. Todos por um e um por todos! — eis a máxima dos chefes. E neste simples facto, muito digno aliás de ser imitado, por todos os partidos avançados, está a origem da força, do desenvolvimento e dos progressos do socialismo na Alemanha.

Na Bélgica acabam os socialistas de alcançar um enorme triunfo, pela conquista do sufrágio universal que até aqui não possuíam. O belga é homem essencialmente pratico. O partido socialista, tendo reconhecido a necessidade de organizar as

—

suas forças, estabeleceu as grandes cooperativas de consumo, principalmente de pão e de carvão, e logrou atrair a si o elemento trabalhador, disciplinando-o, pelo interesse, e pela conveniência, que da associação económica poderia advir à sua futura existência. E as cooperativas belgas tornaram-se assim, não só valiosos elementos de cooperação, senão poderosas e temíveis armas de combate, pois que, dos lucros a distribuir, ficam sempre em caixa uns tantos por cento, para as despesas da propaganda. Não raro tem sucedido fazerem as cooperativas face a uma *grève*, distribuindo, diariamente, aos grevistas, alguns milhares de pães.

Não pode contestar-se o enorme progresso, feito pelo socialismo em França que acaba de eleger quarenta e nove deputados, tendo, principalmente, alcançado, em Paris, um assinalado triunfo. Mas é para lastimar que não seja completa a união entre os diferentes grupos que representam as ideias socialistas. A franca adesão de René Goblet, A. Millerand, J. Jaurés, Camille Pelletan e outros notáveis políticos e publicistas, deu ao partido um grande e decisivo impulso, e criou-lhe, na câmara, uma situação política inegável.

A *Petite Republique Française* é hoje, na imprensa, o órgão do novo grupo. O seu redactor principal — A. Millerand — é um escritor de raça e um dos mais brilhantes e eloquentes oradores da câmara francesa. O programa por ele exposto na sessão de 16 de Fevereiro de 1893, foi adoptado por quase todos os candidatos socialistas, nas ultimas eleições: «Revisão democrática da Constituição de 1875; modificação radical e profunda, no interesse dos trabalhadores dos campos e das cidades, da nossa legislação económica e do nosso sistema de imposto; aquisição para o Estado do Banco de França, das minas e dos caminhos de ferro, arrancando-os das mãos da alta finança.»

O primeiro acto politico de Millerand, foi a defesa dos mineiros de Monceau les Mines, em 1882. Desde então, nunca mais houve greve em França em que ele não tenha posto o seu talento e as suas grandes faculdades de orador ao serviço das

—
vítimas dos patrões gananciosos e usuários. E assim o vemos na brecha, defendendo sucessivamente os mineiros de Decazeville, os grevistas de Vierzon, e os mineiros de Carmaux que o haviam escolhido como árbitro.



Karl Liebknecht

Foi ele o defensor de Duc-Quercy e Roche, em Villefranche, de Lafargue e Culine, perseguido por causa dos fuzilamentos de Fourmies, de Baudin, em Bourges, e de muitos outros.

Adversário implacável da alta finança, Millerand pronunciou, contra a renovação do privilegio do Banco de França, um dos seus mais belos discursos, «atacando essa realzeza do ouro que trata de igual para igual com a República, e que, mercê da fraqueza e da cumplicidade dos regimes anteriores, chegou à situação em que actualmente se encontra.»

E, melhor que todas as perífrases, uma citação poderá dar-nos uma ideia da sua eloquência. A peroração do seu discurso, relativo ao privilegio do Banco de França, em que convida a burguesia a unir-se ao movimento de transformação universal que se opera no mundo económico, é notabilíssima:

A massa dos trabalhadores, libertada por três revoluções, pôs-se a caminho; quer que o sufrágio universal tenha por complemento necessário o bem estar universal. Pensa que há contradição em que um povo seja, ao mesmo tempo, miserável e soberano.

A nação quer entrar na posse e no gozo de instituições, que até hoje têm sido exploradas, apenas em proveito de um pequeno numero de favorecidos. Vós não retardareis, nem a sua marcha, nem as suas conquistas. É mister saber fazer a tempo os sacrificios necessários.

Responder-me-ão, talvez, os defensores do privilégio, que o sacrificio, que lhes pedimos poderá sair caro ao país. Assim o pensam, estou convencido. Não ponho em dúvida nem a sua sinceridade nem a sua boa-fé. A ilusão não é nova. É velha como a humanidade...

Assim como outrora sucedeu com a nobreza, a burguesia invoca os serviços já prestados, e os que, porventura, ainda poderá prestar. Não nego os seus serviços. É, sem duvida, bela e grande a parte que, há cem anos, tem tomado no

desenvolvimento do comercio e da industria e no aperfeiçoamento das ciências. Se pretende invocar os seus serviços, como outros tantos títulos ao reconhecimento publico, está no seu papel e no seu direito. Mas se pensa poder abusar da sua antiga supremacia, para manter, na sombra e no esquecimento, a multidão dos deserdados que, por sua vez, pedem lhes seja reconhecido o direito que têm à luz, à acção, ao desenvolvimento integral da sua personalidade; a participação, numa palavra, à vida e à felicidade; nesse caso, está irremediavelmente perdida. Eu quereria apenas que a sua teimosia e a sua obstinada resistência não custassem muito caro ao país.



Alexandre Millerand

O progresso é cego, ingrato e brutal: os interesses particulares valem pouco diante dele. Nesta grave questão do crédito, como em todas as outras, o que devemos fazer é aplanar-lhe o caminho, facilitando a sua marcha, e poupando assim ao país de que somos servidores algumas dessas lutas violentas, dessas convulsões dolorosas, dessas supremas crises de sangue e de lágrimas, que até aqui têm assinalado cada uma das etapas, cada um dos progressos da história e da evolução humana.

A *Petite République*, colaborada por alguns dos principais socialistas franceses, entre os quais convém assinalar René Goblet, Jules Guesde, Marcel Sembat, J. Jaurés, Ed. Vaillant, Eugène Fournière, Hovelacque, E. Baudin, Gustave Rouanet, Dumas, Pierre Baudin, René Viviani, Clovis Hugues, Paul Lafargue, Camelinat, Duc-Quercy, Gérault-Richard, Madame Paule Mink, etc., é, por sem dúvida, o grande reduto do socialismo parisiense, e em volta dele tem os adversários e conservadores de todas as cores e matizes estabelecido um verdadeiro estado de sítio, atacando-o, formulando acusações e inventando calúnias, que não servem para outra cousa senão para exaltar ainda mais a ideia, se é possível, elevando e glorificando aqueles que a defendem.

Também o socialismo agrário se tem desenvolvido, em França, de uma maneira espantosa. Acaba de o provar o ultimo congresso dos socialistas agrários, realizado em Auxerre, em que tomaram parte quase todos os deputados do partido operário socialista. A maior parte dos congressistas estavam de blusa de trabalho e de tamancos, com as mãos calejadas da enxada.

Os socialistas agrários franceses possuem hoje mais de 150 secções, organizadas no Este e no Norte. O deputado Thivrier representa na câmara o elemento socialista da população rural do Allier.

Thivrier assiste de blusa azul às sessões parlamentares. Fora do parlamento também a não despe nunca. Conheci-o no *Coq d'Or* da rua Montmartre. Apresentou-mo Cipriani.

O *Coq d'Or* é o *rendez-vous* de todos os socialistas militantes. Pelas 6 horas da tarde, são certos, naquela cervejaria, Eugene Fournière, Gustave Rouanet, Gérault Richard, Camélinat, Baudin, Degay e muitos outros.

Thivrier é dotado de carácter energético; homem de poucas palavras, mas firme e resoluto; e isso explica a atitude por ele tomada na câmara francesa, por ocasião da sua expulsão.

O camponês é, em geral, refractário à propaganda socialista. Os socialistas da cidade variam inteiramente de processo quando se trata da população rural. A propaganda, em vez de ser humanitária, transforma-se em socialismo pessoal, baseado no comunismo libertário — a união dos pequenos proprietários e caseiros comunais, em oposição aos sindicatos patronais e aos grandes agricultores.



Christophe Thivrier

O congresso de Auxerre elaborou já o programa das reivindicações dos socialistas agrários.

Na Grã-Bretanha e Irlanda, o movimento socialista tem feito grandes progressos. Pela primeira vez, foram nomeados para assistir a um congresso, em Zurique, os membros do parlamento, como delegados de organizações operárias.

Coube a John Burns, o herói de 1887, e o eloquentíssimo deputado de hoje, essa suprema honra e essa suprema gloria.

Os trabalhadores agrícolas começam também a despertar naquele país, e o partido operário acaba de se constituir, como partido independente, sem ligações com os antigos partidos, o que demonstra evidentemente que o movimento socialista tem ali aumentado em poder e extensão.



John Burns

A ITÁLIA, A SUÍÇA, A ESPANHA E PORTUGAL

O partido socialista italiano divide-se em duas grandes escolas: a escola evolucionista e a escola revolucionária. A primeira tem recrutado os seus numerosos aderentes na alta Itália e na Itália central, ao passo que a segunda tem recrutado especialmente os seus aderentes na Itália meridional.

Mas, aparte a questão de método, as duas escolas caminham conjuntamente, tornando-se muitas vezes difícil delimitar os dois campos.

Os evolucionistas consideram a revolução como uma forma violenta da evolução, e pensam que, sem haver necessidade de a provocar, a revolução há de produzir-se violentamente no dia em que todos os trabalhadores tiverem aderido ao socialismo.

Os revolucionários, admitindo as grandes vantagens que resultam de um paciente e demorado trabalho de preparação, sustentam que o operário italiano é já bastante socialista, para que seja necessário ainda esperar. Segundo a opinião destes últimos, uma longa espera poderia levar os trabalhadores a duvidarem do triunfo da sua causa.

À organização dos *fasci dei lavoratori* se deve o enorme desenvolvimento que ultimamente tem adquirido o movimento socialista na Itália.

Os *fasci* (fachos) são associações operárias, tendo por base a cooperação e por fim o triunfo do colectivismo, segundo as teorias de Karl Marx. As mulheres também são admitidas.

O primeiro *fascio* foi fundado em Catanea, ao sopé de Etna, no dia 1.º de Maio de 1890. Em menos de quatro anos, fundaram-se na Sicília mais 160 *fasci*. O número de aderentes subia, ainda há poucos meses, a 300.000, na sua maioria agricultores.

O Sr. Giolliti, então presidente de conselho, principiou a preocupar-se seriamente com o movimento socialista dos *fasci*, e, num intuito de repressão, mandou à Sicília o comandante Sensales, senador, com o fim de dissolver aquelas associações.



Sensales estudou, inquiriu, investigou, e nada encontrou que pudesse servir de pretexto a uma dissolução; o que não impediu o ministro de encher a Sicília de soldados, obrigando as autoridades a uma repressão rigorosa e até sangrenta, se tanto fosse necessário. O massacre de Giardinello foi o resultado destas ordens.

Mas as medidas de rigor, empregadas pelos emissários do governo, não serviram senão para aumentar a popularidade dos *fasci*, já então muito grande, chamando para eles as atenções de toda a Itália. Os seus fundadores aproveitaram as circunstâncias, para criar novas secções e recrutar alguns milhares de novos aderentes, de modo que o numero dos associados dos *fasci*, pode hoje bem avaliar-se em 400.000. Em pouco tempo será de meio milhão.

Os *fasci* passaram da Sicília para o continente, onde a sua organização avança rapidamente, e em especial na Calabria, nos Abruzzos, na Ponille e na Romagna. Em Roma e Nápoles, também foram fundadas muitas secções dos *fasci*.

A propaganda pelo facto é repelida pelos socialistas italianos, que nada esperam da dinamite. O partido socialista italiano não é terrorista, mas *pacificamente revolucionário*, na frase consagrada.

Semelhantemente ao que sucede na Irlanda, o socialismo agrário, tem tomado, na Itália, um incremento espantoso, nestes últimos tempos. Os governos são impotentes para o debelar. Não basta só mandar fuzilar o povo faminto que se revolta nas ruas e nas praças públicas, como sucede na Sicília. Enquanto as causas do mal subsistirem, os efeitos hão de continuar a dar-se, fatal e irremediavelmente. O que importa pois, na Itália, é conjurar a crise económica e financeira que a levaram à ruína, e disso não serão capazes os governos monárquicos. Por isso o partido socialista, que já hoje constitui um partido forte e invencível, há de ir aumentando de dia para dia, até ao momento do seu triunfo. As adesões a estas ideias emancipadoras, chegam a cada passo e de todos os pontos do país. O grande escritor Edmundo de Amicis

—
converteu-se ao socialismo, e é hoje uma das suas figuras mais salientes. Collajani, o célebre deputado que levantou no parlamento a questão dos bancos, é também socialista. Collajani é o temível adversário de Lombroso. Combate o atavismo, e sustenta, com os positivistas modernos, que o individuo não é senão um produto do seu meio. Giuseppe Felice, o deputado siciliano, que foi preso por ocasião dos acontecimentos da Sicília, é uma das mais nobres e simpáticas personalidades do movimento agrário, e é muito considerado entre os seus concidadãos. O mesmo com Claudio Treves, um moço de raro e excepcional talento, e tantos outros que seria longo enumerar aqui.

Para mostrar quanto o socialismo agrário tem uma razão de ser na Itália, basta que façamos um pequeno estudo sobre os impostos naquele país.

Vejamos o que paga uma família operária na Romagna. O chefe da família ganhou, durante o ano, 586 liras e 72 cêntimos. Comprou 7 hectolitros de trigo. Mas esse cereal paga o direito de 5 francos por kilo. Segue-se, pois, que de imposto para o Estado e para lucro dos que vivem à sombra da protecção aduaneira, o operário foi logo espoliado em perto de 26 francos.

Comprou também 7 hectolitros de milho, e sobre essa compra teve de pagar 6 francos de imposto.

Pelo vinho nada pagou, porque apenas bebeu água. Compra, por semana, um litro de sal para sua casa. Com esse consumo lucrou o governo, no fim do ano, 15 francos e 60 cêntimos. Pela sua iluminação, gasta, cada semana, em sua casa, 20 cêntimos com petróleo. No fim do ano soma esta despesa 10 francos e 40 cêntimos. Só à sua parte, embolsa o governo 7 francos e 10 cêntimos.

Vivendo mais que modestamente, a família, em todo o ano, gastou em fato 15 francos e 25 cêntimos. Em impostos, exigem-lhe cerca de 3 francos. De modo que só nestas verbas, o contribuinte concorreu para o Estado com 10 por cento do seu ganho.

Junte-se a tudo isto os impostos directos, os impostos supplementares de consumo e outros que há em muitas comunas da Itália, e ver-se-á a razão que assiste ao desgraçado que, trabalhando mais do que pode, deixa nas garras do fisco quase todo o resultado do seu labor.



De Felice

A miséria é tanta e tamanha, que, nas pequenas comunas da Sicília, o povo apenas pode comer pão ordinarríssimo,

fabricado com farelos. E, nas ricas e ubérrimas planícies da Lombardia, as classes trabalhadoras também não têm para se alimentar mais que a polenta, uma espécie de massa de farinha de milho, havendo muitos que, por extrema pobreza, nem sequer podem temperar com sal essa miserável comida.

Ora foi precisamente contra este triste estado de coisas, que o simpático e honrado deputado siciliano de Felice levantou o grito de revolta que logo se repercutiu em todo o país, com a rapidez de um relâmpago.

De Felice Jiufrida nasceu em Catanea, no ano de 1860.

Socialista convicto, havia-se assinalado na imprensa, pelos seus rudes ataques contra a monarquia, o que lhe valeu varias condenações. Em 1887, durante a epidemia colérica, que dizimava o sul da Itália, deu provas de grande dedicação e de altíssimo valor. O governo quis distingui-lo com a medalha de ouro; mas ele recusou a distinção, dizendo, «que da monarquia só aceitava a perseguição.»

Algum tempo depois, tendo sido condenado a dois anos de prisão, por abuso de liberdade de imprensa, refugiou-se em Malta, de onde regressou, em 1892, eleito, ao mesmo tempo, por Catanea e por Palermo.

Foi, em virtude da parte activa e inteligentíssima que tomou na organização dos *Fasci*, especialmente na Calabria e na Romagna, que o governo ordenou a sua prisão.

Foram dissolvidos os *Fasci*, sob pretexto de atentarem contra as instituições; mas não morreram as ideias e os princípios por eles representados. Ao contrario, avigoraram-se na luta. De Felice foi o glorioso interprete da opinião popular. A consciência publica estava com ele e aplaudiu-o. Isto basta, para que seja imorredoura a sua obra e seja glorificado o seu nome, que é o nome de um bravo e o nome de um herói!

No congresso operário de Bruxelas, em 1891, nem a Itália nem a Suíça puderam apresentar relatório: tão escassas eram as forças socialistas naqueles dois países. Em dois anos os progressos realizados por eles são superiores a toda a expectativa e de molde a surpreender todos os espíritos.



Na Suíça todas as organizações profissionais se constituíram em federação. A *federação dos Sindicatos Profissionais* tem progredido de dia para dia, possuindo uma receita de 28.000 francos, dos quais 15.800 são reservados a socorros, em casos de greve. É de cerca de 15.000 o número de associados. A *Federação Operária Suíça* conta 200.000 aderentes. A sociedade suíça do *Grütli* compreende 350 secções, com 15.000 societários, possuindo um órgão central, o *Grütli*, que se publica três vezes por semana.

A estas organizações, convém ajuntar o *partido democrático socialista suíço* que existe, na sua forma actual, desde 1888, possuindo, em comum, com a federação dos sindicatos profissionais um órgão especial — o *Arbeiterstimme* (a *Voz do Operário*).

No conselho nacional suíço, não contam os socialistas senão um representante. Mas é certo que o movimento se alastra por todo o país, a passos de gigante. Particularmente, são para registar os progressos realizados pelo partido na Suíça alemã.

Em Espanha, o partido socialista contava cerca de 30 grupos, por ocasião do congresso internacional de Bruxelas; segundo o relatório, apresentado ao congresso de Zurique, o partido conta hoje 50, dos quais 6 pertencem aos trabalhadores agrícolas.

Nas ultimas eleições gerais para deputados, obtiveram os socialistas 7.000 votos — 2.000 a mais do que os obtidos nas eleições de 1890.

Na Espanha, — e é este o principal facto a notar — o movimento socialista, que, não há muito ainda, compreendia quase exclusivamente os trabalhadores manuais, tem ganho, pouco a pouco, o professorado, os jornalistas e os homens de letras; e hoje, pode-se dizer afoitamente que o socialismo catedrático está, no vizinho país, à altura daqueles que, como a Bélgica e a França, mais se vangloriam com o progredimento das novas ideias nas escolas e nas universidades.

Em Portugal continuam os socialistas, numa propaganda activa e utilíssima, pregando as vantagens e os benefícios do princípio da associação de classe, reclamando dos poderes públicos leis protectoras do trabalho, reunindo congressos, publicando jornais e obras de propaganda, e tornando-se em tudo dignos dos esforços dos seus irmãos e camaradas no estrangeiro. O modo firme, sério e correcto por que os socialistas portugueses celebraram o primeiro de Maio, no pretérito ano de 1893, bastaria para lhes atrair as simpatias do público, se outros factos os não tivessem já recomendado ao sufrágio popular.

—

—
II**O PROGRAMA SOCIALISTA**

O programa do partido operário socialista francês, que é hoje considerado como o programa comum a todos os partidos operários, foi elaborado por Jules Guesde e Paulo Lafargue. Digamos, pois, algumas palavras, acerca de cada um dos dois apóstolos do socialismo.

JULES GUESDE

Jules Guesde pode e deve ser considerado, em França, como o verdadeiro chefe do partido operário marxista. E, se tivéssemos de avaliar os seus méritos pelo número das condenações já sofridas por causa do socialismo, o seu lugar de honra seria na primeira fila e ao lado dos primeiros combatentes da ideia. A sua primeira condenação, em Montpellier, a cinco anos de prisão, por causa de um artigo, publicado no jornal *Os Direitos do Homem*, teve uma grande influencia na sua existência política e no desenvolvimento do seu espírito.

Guesde refugiou-se em Itália e depois na Suíça, onde encontrou muitos franceses exilados, por causa dos acontecimentos da Comuna. Bakunine e Marx estavam então em luta. Guesde não se pronunciou, nem por um nem por outro, contentando-se apenas em assimilar a doutrina de Marx; e por tal forma o conseguiu, que hoje os dois nomes, o do fundador do socialismo alemão e o do propagandista do colectivismo marxista, em França, são inseparáveis.

Voltando a Paris, em 1876, Guesde tentou baldadamente fazer a propaganda da doutrina alemã. A primeira proposta colectivista, feita em 1878, no congresso de Lyon, foi rejeitada por grande maioria.

Todavia, em Paris, devia realizar-se, nesse mesmo ano, um segundo congresso, por ocasião da exposição universal. O governo quis proibi-lo. A minoria guesdista, porém, não fez

caso da proibição; reuniu-se, recebeu solenemente os delegados estrangeiros e estabeleceu a base do colectivismo. Guesde prosseguiu nos seus trabalhos, com trinta e sete dos seus amigos, pronunciou um notável discurso, considerado como um verdadeiro manifesto do socialismo revolucionário, e tornou-se, por esse facto, o chefe incontestado do partido.



Jules Guesde

Tornava-se mister um programa ao socialismo francês. Guesde fôra encarregado, pelo congresso de Marselha, de o elaborar. Partiu para Londres, e redigiu-o ali sob a direcção de Marx e com a colaboração de Lafargue e de Engels.

O congresso nacional do Havre, ao qual foi submetido, aprovou-o, estabelecendo definitivamente a ruptura entre colectivistas e cooperativistas. O partido operário adoptara o principio da luta de classes, da propriedade colectiva e da revolução.

Neste programa havia, todavia, uma lacuna. Não se havia pensado senão no operário das cidades. O trabalhador dos campos fôra esquecido. Foi essa a missão do congresso de Marselha de 1892.

No seu último manifesto eleitoral, Jules Guesde repele os meios violentos. A revolução, escreveu, é antes um resultado, um facto, do que uma doutrina, e desde que os socialistas resolveram recorrer e aceitar o sufrágio universal, é porque renunciaram, pelo menos provisoriamente, aos outros meios. No programa do partido operário, já formulara, de resto, o princípio «de que a organização socialista deveria ser levada a cabo por todos os meios de que o proletariado pudesse dispor, sem excluir o sufrágio universal.»

Jules Guesde deve contar quarenta anos de idade, e foi quem, no congresso de Paris, em 1889, propôs a manifestação do 1.º de Maio. É hoje deputado por Roubaix. Na câmara francesa está-lhe reservado o successo a que dão direito o seu grande saber e a sua notável eloquência.

PAULO LAFARGUE

Estão ainda certamente na memoria de todos os fuzilamentos de Fourmies do 1.º de Maio de 1891, e o julgamento e a condenação de Paulo Lafargue, por «ter pregado o socialismo no departamento do Norte,» — no dizer dos seus juizes. Pois foi precisamente este facto que o levou à câmara dos deputados. O mesmo departamento do Norte, entendeu que devia corrigir as demasias e a violência do

governo, elegendo-o deputado. Havia um ou dois meses que Lafargue dera entrada no cárcere, saindo dali vitorioso e triunfante, em direcção ao palácio Bourbon.



Paul Lafargue

O Dr. Lafargue é uma das figuras mais originais do partido socialista. Ao mesmo tempo, teórico e homem de acção, há seguramente trinta anos que se mantém na luta, e sempre com a mesma altivez e com a mesma dedicação.

Sendo estudante de medicina em 1866, foi ele um dos organizadores do congresso de Liège, onde a bandeira negra se arvorou, como que para indicar que a França estava de luto. No seu regresso, o império vingou-se, excluindo-o de todas as faculdades.

Lafargue partiu então para Inglaterra. Fez em Londres o conhecimento de Karl Marx, que o iniciou no socialismo científico, alistando-o na *Associação Internacional dos Trabalhadores*.

Genro de Karl Marx, ocupou-se activamente da organização do partido socialista francês, cujo programa, elaborado no gabinete do celebre revolucionário, é em parte obra sua.

Foi também em Londres que ele se ligou com Jules Guesde. Permaneceram ambos fiéis à doutrina ortodoxa e são, em França, os seus verdadeiros representantes.

— É na oficina — dizia Lafargue na sessão da câmara dos deputados de 16 de Fevereiro de 1893 — é na oficina que principia a exploração da classe operária; é ali que ela é roubada do produto do seu trabalho, e é por isso que, na sociedade actual, a classe operária que tudo produz, é precisamente aquela que nada possui, ao passo que a classe que não trabalha é possuidora de toda a riqueza social, e governa a nação economicamente e politicamente.»

O PROGRAMMA DO PARTIDO OPERÁRIO

Considerando que a emancipação da classe produtora é a de todos os seres humanos, sem distinção de sexo nem de raça;

Considerando que os produtores não serão nunca livres, enquanto não estiverem na posse dos meios de produção (terras, oficinas, navios, bancos, crédito, etc.)

Considerando que não há senão duas formas pelas quais os meios de produção poderão pertencer-lhes, a saber: — a forma individual que nunca existiu, como facto geral, e que tende, cada vez mais, a ser eliminada pelo progresso industrial; — e

a forma colectiva, cujos elementos materiais e intellectuais são constituídos pelo próprio desenvolvimento da sociedade capitalista;

Considerando que esta apropriação colectiva não pode sair senão de uma acção revolucionaria da classe produtora, ou do proletariado, organizado em partido político distinto;

Considerando que semelhante organização deve ser levada a cabo por todos os meios de que o proletariado dispõe, incluindo o sufrágio universal, transformando-o de instrumento de corrupção, como até hoje tem sido, em instrumento de emancipação;

Os trabalhadores socialistas, tendo por alvo dos seus esforços a expropriação política e económica da classe capitalista e o regresso à colectividade de todos os meios de produção, decidiram, como meio de organização e de luta, entrar em todas as eleições com as seguintes reivindicações:

A. — Parte política

1.º — Abolição de todas as leis sobre a imprensa, as reuniões e as associações, e, em especial, a Associação Internacional dos Trabalhadores. — Supressão do livrete, ferrete ignominioso da classe operária, e de todos os artigos do código, estabelecendo a inferioridade do operário em face do patrão, e a inferioridade da mulher em face do homem;

2.º — Supressão do orçamento dos cultos, e o regresso à nação dos bens chamados de mão morta, móveis e imóveis, que hoje pertencem às corporações religiosas, compreendendo todos os anexos industriais e comerciais das referidas corporações;

3.º — Supressão da dívida pública;

4.º — Abolição dos exércitos permanentes e armamento geral do povo;

5.º — A Comuna na posse da sua administração e da sua polícia.

B. — Parte económica

1.º — Repouso de um dia por semana, ou proibição legal de mais de seis dias de trabalho sobre sete. — Redução legal

do dia de trabalho a oito horas para os adultos. — Proibição do trabalho, nas oficinas particulares, dos menores com menos de quatorze anos; e redução do dia de trabalho a seis horas, desde os quatorze até aos dezoito anos.

2.º — Vigilância dos aprendizes pelas corporações operárias;

3.º — Mínimo legal dos salários, determinado e fixado anualmente, segundo o preço local dos géneros, por uma comissão de estatística operária;

4.º — Proibição legal aos patrões de poderem empregar os operários estrangeiros por um salário inferior ao dos operários nacionais;

5.º — Igualdade de salario, em igual trabalho, para os trabalhadores dos dois sexos;

6.º — Instrução científica e profissional de todas as crianças, à custa da sociedade, representada pelo Estado e pela comuna;

7.º — Manutenção, à custa da sociedade, dos velhos e inválidos do trabalho;

8.º — Supressão de toda a ingerência dos patrões na administração das caixas operárias de socorros, de previdência, etc., restituindo-as à gestão exclusiva dos operários;

9.º — Responsabilidade dos patrões em matéria de acidentes, garantida por uma caução em dinheiro, lançado nas caixas operárias, e proporcional ao número dos operários empregados e aos perigos que a indústria apresenta;

10.º — Intervenção dos operários, nos regulamentos especiais das diferentes oficinas; supressão do direito usurpado pelos patrões de poderem castigar os operários por meio de multas ou de reduções nos salários;

11.º — Anulação de todos os contratos, que hajam alienado a propriedade pública (bancos, caminhos de ferro, minas, etc.) e a exploração de todas as oficinas do Estado, confiadas aos operários que nelas trabalharem;

12.º — Abolição de todos os impostos indirectos e transformação de todos os impostos directos num imposto progressivo sobre os rendimentos que vão além de 3.000 francos. — Supressão da herança em linha colateral e de toda a herança em linha directa que exceda a soma de 20.000 francos.

DESENVOLVIMENTO E EXPLANAÇÃO DO PROGRAMA SOCIALISTA

PARTE POLÍTICA

ARTIGO 1.º

a) *Abolição de todas as leis sobre a imprensa, as reuniões e as associações, e, em especial, da lei contra a Associação Internacional dos Trabalhadores;*

b) *Supressão do livrete, ferrete ignominioso da classe operária, e de todos os artigos do código que estabelecem a inferioridade do operário perante o patrão e a inferioridade da mulher perante o homem.*

Para que haja realmente liberdade, em matéria de imprensa, não basta legislar, impondo multas e prisão aos que dela *abusam*, atenuando e modificando as penas, ou substituir o julgamento correccional pelo julgamento por júri. — O que se torna indispensável e urgente é abolir todas as leis existentes *contra* e *sobre* a imprensa, a começar pela lei que condena, por difamação, sem prova dos factos alegados, e que permite assim aos ricos e aos poderosos de abusarem da situação especial em que se encontram, relativamente aos que nada possuem e aos que nada podem.

Para que haja realmente liberdade, em matéria de reunião, não basta substituir o regímen actual por um novo regímen, mais ou menos hipócrita e mais ou menos sofismado, permitindo os comícios em recinto fechado e proibindo-os na rua e na praça pública. — O que se torna

indispensável e urgente, é a abolição de todas as leis, que subordinam às condições de local, de tempo, de número e de pessoas, o exercício de um direito tão rudimentar como o direito de reunião.

Para que haja realmente liberdade, em matéria de associação, não basta permitir o uso deste direito aos que estão nas boas graças dos governos, embaraçando-o e dificultando-o aos contrários, pela exigência de formalidades, tão ridículas como absurdas. — O que se torna indispensável e urgente, é a abolição de todas as leis sobre as associações, qualquer que seja a sua natureza e o seu fim.

Mas a revolução não nos trouxe apenas a liberdade; deu-nos também a *igualdade civil*. E é, em nome dessa igualdade, que temos o direito e o dever de reclamar a supressão do «livrete», bem como todos os artigos do código que estabelecem a inferioridade da classe operária perante a classe dos patrões.

O livrete que assemelha o produtor de todas as riquezas à meretriz, colocando-o no mesmo plano, sobre ser uma ignomínia, é também infamante e impróprio dos nossos tempos. Se o ferrete foi abolido para os grandes criminosos condenados às galés, como é que pode conservar-se para os trabalhadores do mundo moderno? Apenas a forma variou, por isso que, sendo o livrete obrigatório para todos os que são forçados a viver da venda do seu trabalho, nenhum movimento da vida operária poderá escapar à polícia. Para mudar de localidade e até para mudar de oficina, são os trabalhadores forçados a apresentar essa prova da sua identidade e do seu comportamento anterior. De modo que aos patrões fica a liberdade plena de os admitirem ou de os expulsarem das suas oficinas, conforme lhes aprouver. É uma inquisição de nova espécie que se torna mister abolir não só dos códigos, senão também dos usos particulares. O operário será admitido em todas as oficinas e em todos os estabelecimentos, quer do Estado quer de particulares, sem



que os patrões lhe possam exigir a mínima formalidade. Condenamos, por igual, o livrete e os atestados individuais, que colocam os trabalhadores na mesma situação de inferioridade moral perante os seus superiores.

Há, felizmente, países onde a licença para trabalhar não é já exigida. Na explanação destes artigos, não nos dirigimos, porém, a este ou àquele país, a esta ou àquela localidade: fazemos a critica geral do sistema e apreciamos os factos que se assinalam e observam nas modernas sociedades.

Na mesma ordem de reformas, entra a abolição dos artigos que estabelecem a inferioridade da mulher perante o homem.

Que nos resta então da igualdade perante a lei — o novo evangelho da nova civilização — se, na ordem civil assim como na ordem política, continuam a coexistir duas leis diferentes, uma para o homem e outra para a mulher?

Diz-se, geralmente, que a mulher nasceu para os trabalhos caseiros. Mas essa limitação vai desaparecendo de dia para dia. E, hoje, a mulher applica-se a muitos outros trabalhos que antigamente só pertenciam aos homens, como correios e telégrafos, empregos e serviços dos grandes armazéns e dos grandes restaurantes, casas de modas, lojas, caminhos de ferro e tantos mais que seria longo e supérfluo enumerar aqui.

O socialismo moderno não reconhece distinções fundadas e baseadas sobre os sexos. Quer se trate de reuniões quer se trate de congressos, a mulher é chamada e eleita, com os mesmos títulos, que o homem. Ao partido operário — que é o partido de todos os explorados, sem distinção de sexo nem de raça — cabe, pois, o dever de se associar às suas reivindicações.

Art. 2.º — *Supressão do orçamento dos cultos e regresso à nação dos bens, chamados de mão morta, que pertençam às corporações religiosas, compreendendo todos os anexos industriais e comerciais destas corporações.*

Na grande república dos Estados Unidos da América, a Igreja, ou, para melhor dizer, as diferentes igrejas nada têm com o Estado. Os cultos constituem, naquella nação, uma

indústria particular, como a indústria das rolhas ou a indústria da cortiça.

Paga quem consome.

É este o princípio, adoptado por todos os publicistas e pensadores da escola avançada. A separação da Igreja e do Estado, faz hoje parte de todos os programas radicais e constitui uma das principais reivindicações da filosofia moderna.

O regresso à nação da propriedade mobiliária e imobiliária das corporações religiosas, encontrou um precedente na revolução operária de 18 de Março. Tem, além disso, a vantagem de educar as massas, ensinando-as a reaver aquilo que lhes foi extorquido pela violência e pela fraude, isto é — na linguagem do programa socialista — ensinando-as a *expropriar os seus expropriadores*.

Art. 3.º — *Supressão da dívida pública.*

A dívida pública, com efeito, di-lo Karl Marx no seu *Capital*, «dá ao dinheiro improdutivo o valor reprodutivo, sem que por isso haja de correr os riscos e os transtornos inseparáveis do seu emprego industrial ou da usura particular.»

A supressão da dívida que o partido operário reclama, aliviaria os habitantes de cada país de uma grande parte do imposto que, actualmente, são obrigados a pagar e constituiria, portanto, um novo rendimento anual para cada família e para cada cidadão.

Art. 4.º — *Abolição dos exércitos permanentes e armamento geral do povo.*

Está hoje provado que os exércitos permanentes, com os progressos das armas e dos instrumentos de guerra, e ainda com a rapidez dos telégrafos e dos caminhos de ferro que obrigam a uma imediata mobilização de massas enormes, não são garantia suficiente à defesa eficaz de um país. Em geral, os governos precisam e servem-se deles, não para esmagar o inimigo que lhes ultraja a bandeira ou lhes viola as fronteiras, mas para intimidar e reduzir ao silencio os adversários, que,

dentro da nação, os perturbam e incomodam. E eis que aí está o motivo por que os exércitos, na actualidade, longe de serem um elemento de defesa nacional, são, ao contrário, um elemento de defesa para as classes dirigentes, que têm neles o seu único e principal apoio, quando se trata de salvaguardar os seus interesses e os seus haveres, ainda que para isso seja preciso fuzilar a *canalha* ou atirar sobre o povo inerme e faminto!

O partido operário socialista condena a guerra, e, por isso, repele os exércitos permanentes. O armamento geral do povo não só traria, como consequência, uma economia para cada país, senão ainda desarmaria, por completo, a burguesia. A nação armada até ao seu último homem, tornar-se-á mais forte e poderosa do que nunca, e será — digamo-lo assim — inatacável. Para isso bastará que a instrução militar complete a instrução científica e profissional, assegurada socialmente a todos os menores sem distinção; que a espingarda, posta na escola nas mãos de todos, esteja, ao sair da escola, nas mãos de cada um, e que, depois de uma rápida passagem pelas bandeiras, todos os anos se realizem as grandes manobras, para manter a coesão indispensável, entre elementos individualmente superiores, obrigando-os a contrair o hábito das operações colectivas.

O poder militar da Suíça, não se apoia noutras razões e corrobora praticamente esta nobre e generosa aspiração.

Art. 5.º — *A comuna na posse da sua administração e da sua polícia.*

A comuna é a escola primária da ciência política. É ali que se adquirem as primeiras noções de disciplina e os primeiros rudimentos da vida pública.

O partido operário não espera certamente chegar à solução do problema social pela simples conquista do poder administrativo na comuna. A abolição do salariado — essa escravidão do mundo moderno, pior que a do mundo antigo — não é uma questão comunal, mas sim uma questão nacional e internacional, e só poderá resolver-se pela posse do poder central ou do Estado.

Mas é certo que a conquista das comunas constitui outros tantos meios de recrutamento e de luta, para a classe proletária.

No dia em que as comunas estiverem na posse da sua administração e da sua polícia, os conflitos com o poder central tornar-se-ão impossíveis, se todos os municípios, compreendendo a sua missão, se ligarem e federarem, a fim de constituírem uma liga municipal que poderá e deverá ter uma influencia decisiva nos destinos de cada país.

PARTE ECONÓMICA

Art. 1.º — a) *Repouso de um dia por semana, ou proibição legal de mais de seis dias de trabalho sobre sete.*

b) *Redução legal do dia de trabalho a oito horas para os adultos.*

e) *Proibição do trabalho, nas oficinas particulares, dos menores com menos de quatorze anos, e redução do dia de trabalho a seis horas, dos quatorze aos dezoito anos.*

a) A necessidade de um dia de repouso por semana, é hoje reconhecida por todos, e impõe-se como uma questão de moral e de higiene. Mas não basta reconhecê-lo. É mister que seja legal a proibição, estabelecendo-se uma penalidade aos patrões que obrigam os seus operários a trabalhar mais de seis dias sobre sete.

b) O primeiro congresso da Internacional, o congresso de Genebra de 1866, estabeleceu «que o dia de trabalho devia ser de oito horas»; por isso que, diziam os considerandos, a primeira condição, sem a qual seria baldada toda a tentativa de melhoria e de emancipação, é a limitação legal do dia de trabalho. Esta limitação impõe-se, a fim de restaurar a saúde e a energia física dos operários, assegurando-lhes a possibilidade de um desenvolvimento intelectual, de relações sociais e de uma acção política. Os operários dos Estados Unidos reclamaram, durante muito tempo, esta limitação, e o Congresso adoptou-a como um dos artigos dos programas governamentais. O secretario de Estado do Departamento da Guerra, no Reino Unido, respondendo a John Burns, que, na câmara dos comuns, pedira informações,

acerca da experiência do dia normal de 8 horas, no arsenal de Woolwich, asseverou que o resultado fôra excelente, e que o governo resolvera estabelecer, para todos os arsenais ingleses, o dia normal de 8 horas.

E ninguém pense que a redução do dia de trabalho traria, como consequência, a redução do salário.

O patrão ocupa, presentemente, dois operários, para obter 24 horas de trabalho, ou dois dias de 12 horas. Se o dia legal fosse de 8 horas, seria forçado a empregar três. Os operários sem trabalho voltariam à oficina, e, aqueles que trabalham, não estando já sob a ameaça de serem substituídos, poderiam, sem dúvida, aproveitar a situação para exigir e obter um aumento de salário. A redução do dia de trabalho teria, como consequência necessária, um aumento de salário.

c) Nas modernas sociedades, as crianças pertencem aos capitalistas, que as arrancam ao lar doméstico e ao concheço da família, para as converterem em instrumentos de sórdida e desmesurada ganância. Semelhante facto nunca se presenciara nas sociedades anteriores, ainda mesmo nos piores tempos da escravidão. O menor, condenado desde tenra idade, às torturas de dez e doze horas de trabalho na oficina e na fábrica, e não oferecendo a mínima resistência, era ainda mais explorado que o homem e a mulher. E tão desumana se tornou a exploração que o Estado se obrigou a protegê-lo contra o patrão e o pai de família. Este, invocando a autoridade paterna permitia-se a liberdade de vender os seus filhos, segundo as necessidades da situação; aquele, invocando a liberdade anárquica da sociedade capitalista, arrogava-se o direito de impor ao menor mais horas de trabalho do que geralmente se impõe a um forçado nas galés.

Art. 2.º — *Vigilância dos aprendizes pelas corporações operárias.*

A aprendizagem, constitui, para os patrões, um meio de ter trabalho sem necessidade de o pagar. O aprendiz, a quem nada se ensina, é transformado em criado, e ordinariamente empregado nos trabalhos mais grosseiros que os operários se

recusam a fazer. Em geral só quando finda a aprendizagem é que o trabalhador começa a aprender o seu ofício. Para remediar estes males, é indispensável que o aprendiz seja confiado à protecção e à vigilância das corporações operárias.

O aprendizado desaparecerá no dia em que a educação manual se combinar com a educação intelectual. Com o desenvolvimento da mecânica e a divisão do trabalho, a aprendizagem tende de dia para dia a ser substituída pela instrução geral, ministrada às crianças nas escolas publicas.

Art. 3.º — *Mínimo legal dos salários, determinado e fixado anualmente, segundo o preço dos géneros, por uma comissão de estatística operária.*

Dizer *mínimo*, o mesmo é que dizer salário que permita, pelo menos, viver trabalhando.

Com o aperfeiçoamento e a generalização da máquina, os salários diminuíram e tornaram-se insuficientes. O excedente que todos os dias vai aumentando da oferta do trabalho sobre a procura, fê-los descer ainda abaixo do estritamente indispensável à alimentação quotidiana de cada operário. A fixação de um *mínimo* foi, por isso, considerada como um grande progresso.

Esta justa reivindicação, formulou-a, pela primeira vez, Charles Fourier, em 1831. *Viver trabalhando ou morrer combatendo!* — tal era o lema inscrito na bandeira negra dos primeiros revoltados do trabalho, que não reclamavam outra cousa senão um *mínimo* de existência ou de salário, e que, por esse princípio, se deixaram matar heroicamente, defendendo, até ao ultimo sacrificio, os interesses e o futuro da classe trabalhadora.

Desde que, em todos os ramos de trabalho, possa ser determinado, por uma estatística operária, um *mínimo* de salário, e desde que se torne obrigatório para os patrões, ficará o salariado senhor da mais poderosa das armas, para levantar o preço da mão obra.

O *mínimo* de salario não deve ser, para os operários, senão um meio para chegar ao *máximo*.

Art. 4.º — *Proibição legal aos patrões de poderem empregar*

operários estrangeiros por um salario inferior ao dos operários nacionais.

Ao capitalista, é-lhe indiferente que o operário seja nacional ou estrangeiro; o que lhe importa é que o salário seja diminuto.

Os operários estrangeiros (belgas, alemães, italianos, espanhóis), obrigados a emigrar por causa da miséria, muitas vezes dominados e explorados por empregadores, ignorando a língua, os preços e os costumes do país, são condenados a aceitar as condições que os patrões lhes impõem e a trabalhar por salários que os operários da localidade rejeitam. E ainda, em igualdade de circunstancias, preferem os patrões os estrangeiros, para evitar resistências e amotinações.

A 5 de Maio de 1880, a *Sociedade de Economia Política* discutiu as vantagens que poderiam advir da substituição dos operários franceses por chineses. O cônsul-geral dos Estados Unidos, que estava presente à sessão, objectou que a introdução dos chineses era corruptora por causa da sua imoralidade e perigosa por causa das misérias e das revoltas operárias que daí derivavam.

— Nada importa! — responderam severamente os economistas franceses: «O chinês é muito trabalhador, vive de quase nada, contentando-se com um módico salário. Na Califórnia, onde um branco exige 10fr. por dia, o chinês contenta-se com 2,50fr. Que venham os bons chineses, e tanto pior para os operários franceses, se isso os incomoda. Talvez a lição lhes aproveite!»

O dr. Lunier (inspector geral dos serviços administrativos no Ministério do Interior) observava que a vinda dos chineses não estava tão longe como se supunha: «É provável que, em breve, a emigração chinesa possa fazer-se por terra, e que tenhamos então de assistir a emigrações, que trarão à nossa velha Europa a sua sobriedade, a sua paciência no trabalho, e, como consequência, a mão de obra barata.»

A isso e só a isso, aspiram os patrões; e a proibição legal de poderem empregar operários estrangeiros, por um salario

inferior aos dos operários nacionais, deriva não só de um princípio de moralidade, para evitar a exploração até aqui seguida, senão também da protecção que à lei deve merecer o trabalho nacional.

Art. 5.º — *Igualdade de salário, em igual trabalho, para os trabalhadores dos dois sexos.*

O partido operário, assim como não pede a expulsão dos estrangeiros, não reclama também a proibição do trabalho para a mulher, nas fábricas ou nas oficinas. O que pede e reclama para a mulher, para a operária, é a protecção a que ela tem direito tanto como o homem; o que pede e reclama é que a um trabalho igual corresponda igualdade de salário para todos os trabalhadores, sem distinção de sexo.

O motor mecânico, tornando a mulher tão apta, como o homem, para a maior parte dos trabalhos, permite hoje, nas fábricas e oficinas, o emprego do braço feminino, em substituição da antiga força muscular. Não foi a falta do braço masculino que provocou a *industrialização* da mulher: foi sim a desmedida ambição do patrão de obter a mesma soma de trabalho por um salário muito inferior. De modo que a operária foi inventada, por um lado, para aumentar os proventos dos patrões, e, por outro lado, para reduzir o operário à fome.

É mister acabar com semelhante abuso, tornando a operária igual ao operário, e não a sua concorrente.

Para que a mulher seja senhora de si mesmo, para que recobre a liberdade do seu corpo, fora da qual não há senão prostituição, qualquer que seja a legalidade das relações que possa ter com o outro sexo, é mister que ela encontre em si os meios de subsistência, independentemente do homem.

Art. 6.º — *Instrução científica e profissional de todas as crianças, à custa da sociedade, representada pelo Estado e pela comuna.*

Do direito à existência, deriva logicamente o direito ao trabalho, e deste a obrigação, para o Estado e para a comuna, de ministrar gratuitamente a todas as crianças, sem distinção de sexo, a instrução científica e profissional.

Para trabalhar, é preciso saber e poder trabalhar, e daí se concluem, por um lado, a necessidade da instrução, e, por outro lado, a necessidade não menos instantânea para o operário, de chegar à posse dos instrumentos de produção.

Lepelletier Saint-Fargeau compreendera perfeitamente estes princípios, quando, a 15 de Julho de 1793, submeteu à Convenção um projecto de lei, assim concebido:

«Art. 1.º — Todas as crianças serão educadas à custa da República, — as do sexo masculino da idade dos cinco aos doze anos e as do sexo feminino dos cinco aos onze.

«Art. 2.º — A educação nacional será igual para todos; recebendo todos a mesma alimentação, o mesmo vestuário, a mesma instrução e os mesmos cuidados.»

O trabalho do homem é tanto mais produtivo quanto a sua inteligência for mais cultivada²⁶. O trabalho de um homem ignorante não vale mais do que o *trabalho de um animal de igual força*.

A monomania do emprego público é um resultado da falta de ensino profissional. Em Portugal, a burocracia absorve a maior parte das receitas públicas, precisamente porque são poucos aqueles que se acham habilitados a trabalhar.

Não basta só que as escolas ensinem a ler: é mister também que ensinem a trabalhar, isto é que, a par do pão do espírito, se ministre igualmente a todos o pão do corpo.

...

Art. 7.º — *Manutenção pela sociedade dos velhos e inválidos do trabalho.*

O trabalhador produz mais do que consome. Encarregando-se dos velhos e inválidos do trabalho, a sociedade não faz senão retribuir aos operários aquilo que lhes é devido. É justo que um homem que passou a sua vida a vestir, a calçar e a alimentar os seus semelhantes e a construir as suas habitações, tenha também o vestuário, a casa e o alimento assegurados, quando, em consequência da idade ou de qualquer enfermidade, não se encontre já apto para trabalhar.

²⁶ Horace Greeley.

O ultimo código feudal da Rússia, de 1795, estatuiu o seguinte: «O senhor deve fazer ministrar a educação a todos os camponeses pobres, procurando também os meios de existência àqueles dos seus vassallos que não possuem terras e socorrendo os que caírem na indigência.»

O servo transformou-se em assalariado, e a liberdade burguesa deixou o operário, sem garantias, entregue às exigências do seu estômago e à mercê dos caprichos da fortuna. O militar e o funcionário do Estado têm direito a reformas e aposentações. O empregado do comércio sucede muitas vezes ao patrão. Só ao operário, só àquele que passou a sua vida a enriquecer os seus semelhantes, é recusado o direito que se concede aos demais membros da sociedade, isto é o direito de viver. Não lhe basta a incerteza de encontrar trabalho: ainda para mais lhe negam o que os senhores feudais não negavam aos seus servos — a protecção na velhice e na doença. E eis que aí está porque o partido operário, não só por dever de humanidade, senão ainda por dever de solidariedade, inscreveu este artigo no seu programa.

Art. 8.º — *Supressão de toda a ingerência dos patrões na administração das caixas operárias de socorros, de previdência, etc., restituindo-as à gestão exclusiva dos operários.*

Na grande indústria que multiplicou os riscos do trabalho, os patrões obrigam geralmente os operários a tirarem, no fim de cada semana, uma certa quantia dos seus magros salários, para fazerem face solidariamente aos acidentes, à doença e à velhice. As grandes companhias de caminhos de ferro e minas chegaram mesmo a instituir um fundo, destinado a uma caixa, com essa aplicação. Compreende-se a tática. Quanto mais os assalariados tiverem no caso de se socorrerem mutuamente, tanto menos terão os patrões de despendar com eles.

As caixas são, na sua quase totalidade, sustentadas com o dinheiro dos operários. Mas os proprietários e capitalistas, no intuito de fiscalizarem esses fundos da *previdência e da solidariedade operária*, chamam a si a gerência e a

administração das referidas caixas, concorrendo também com uma parte, para o mesmo fim. O que os patrões desejam é evitar, por esta forma, que os trabalhadores possam servir-se desse dinheiro, empregando-o numa *greve* ou em qualquer cousa que possa contrariar os seus interesses ou os da sua indústria.

É indispensável que o proletariado se emancipe de semelhante tutela, transformando o fundo das caixas operárias num poderoso instrumento de emancipação social.

Art. 9.º — *Responsabilidade dos patrões em matéria de accidentes, garantida por uma caução em dinheiro, e proporcional ao numero dos operários empregados e aos perigos que a indústria apresenta.*

Este artigo traduz um princípio de justiça, e representa uma compensação para todos os que, no trabalho, expõem a vida e arriscam a saúde. Quem, nas grandes empresas, aufere os grandes lucros e os enormes proventos, é o capitalista e o proprietário. É justo pois, que, em caso de acidente, sejam eles os responsáveis, indemnizando e garantindo, por meio de uma caução, os que afrontaram o perigo, para os enriquecer e locupletar. Em caso de desastre, ocorrido nas fábricas e nas oficinas, o inválido, a viúva e o órfão têm direito a serem amparados e protegidos; e esse amparo e essa protecção não pode exigir-se senão àqueles que foram a origem, embora indirecta, do seu infortúnio, e que, muitas vezes, pelo seu desleixo e pela sua desmesurada ganância, contribuíram poderosamente para esses tristes e dolorosos acontecimentos.

A indemnização a pagar seria, neste caso, lançada na caixa operária, e avaliada por um júri escolhido na corporação. Só os próprios operários seriam capazes de avaliar o que custa e o que vale, para o trabalhador, a perda de um braço, a perda de uma perna ou a perda de uma vida.

Quem nunca visitou uma mina, não sabe o que é o risco no trabalho. Superior á retórica dos economistas está a realidade das coisas. Que todos os que nos lêem se dignem, um dia, descer a uma mina, e que nos digam depois, se não assiste ao

operário o direito sagrado de reclamar uma indemnização, em caso de acidente, àquele por quem se sacrificou, e que locupletou, sem outra compensação, além de um salário diário representando o estritamente indispensável para não morrer de fome?!

Art. 10.º — *A intervenção dos operários nos regulamentos especiais das diferentes oficinas; supressão do direito usurpado pelos patrões de poderem castigar os operários, por meio de multas ou de reduções nos salários.*

A intervenção dos operários nos regulamentos especiais das diferentes oficinas é uma salvaguarda à dignidade e à saúde da classe trabalhadora. Muitas vexações inúteis serão suprimidas por este meio; muitas medidas higiénicas, hoje desprezadas ou recusadas pelo fabricante, serão postas em pratica, no interesse da colectividade.

Sob a forma de multas, que se traduziam na retenção de uma parte do salário, o patrão abusava, muitas vezes, do operário, trazendo-o debaixo de um jugo de ferro, feroz e insuportável. O patrão não pode arvorar-se em juiz, adoptando o código penal que muito bem lhe aprouver para multar o operário ou condená-lo, segundo os caprichos da sua vontade.

A justiça é fundada sobre uma delegação social. O direito moderno não admite outra; porque o contrario seria o despotismo, o abuso, a fraude e a violência. E é por isso que se justifica e se torna indispensável a intervenção dos operários nos regulamentos especiais das diferentes oficinas — precisamente para que o patrão fique reduzido à sua esfera de acção, e impossibilitado de vexar os trabalhadores, por meio de penalidades, que, além de uma tirania e de uma brutalidade sem nome, representam para o capitalista, um interesse e um beneficio.

Art. 11.º — *Anulação de todos os contractos que hajam alienado a propriedade pública (bancos, caminhos de ferro, minas, etc.), e a exploração de todas as oficinas do Estado, confiadas aos operários que nelas trabalharem.*

O partido operário pede a anulação, pura e simples, dos contractos que têm permitido a um bando de capitalistas de se locupletarem, à custa da nação. O partido operário pede essa anulação, não para que o Estado, entrando na posse das minas, dos caminhos de ferro e dos bancos, e tornando-se, por sua vez, produtor, os explore, em seu proveito, como tem sucedido com os correios e telégrafos, com a moeda, com os tabacos e outros serviços públicos, de que faz monopólio, mas sim, para confiar a sua exploração aos operários, encarregados desses trabalhos.

O programa socialista pede que a exploração das oficinas do Estado seja confiada aos operários, que nelas trabalharem, com o duplo fim de melhorar a sua triste situação e de provar experimentalmente, que, pela sua própria iniciativa e responsabilidade, estão aptos para empreender a referida exploração.

Sobre este assunto divergem as escolas. São uns de opinião que todos os serviços públicos devem ficar a cargo do Estado e da comuna; outros, porém, sustentam que a absorção gradual das indústrias particulares pelo Estado aumentaria sensivelmente o número dos assalariados que o mesmo Estado explora. Teremos ocasião de voltar ao assunto no último capítulo desta obra.

Art. 12.º — a) *Abolição de todos os impostos indirectos e transformação dos impostos directos num imposto progressivo sobre os rendimentos que forem além de 3.000 francos.*

b) *Supressão da herança em linha colateral e de toda a herança em linha directa que exceda a soma de 20.000 francos.*

Nas sociedades burguesas, o imposto é um encargo a que tem de sujeitar-se todo o cidadão, a fim de garantir a sua pessoa e a sua propriedade. Há duas espécies de imposto — o imposto pessoal, ou imposto de sangue que todo o cidadão tem de satisfazer pelo serviço militar, e o imposto pessoal

que satisfaz pelo abandono e entrega de uma parte dos seus rendimentos.

Para ser equitativa a distribuição do imposto, todo o cidadão deveria ser soldado e abandonar ao Estado uma parte do seu rendimento, progressivamente, e proporcional à sua quantidade. Se o que possui 100 fr. paga 10 fr., o que possui 1.000 deverá pagar 200 fr., e o que possui um milhão, 400.000 fr.

Os impostos indirectos que recaem sobre os géneros de consumo (pão, vinho, vestuário, etc.) obstam a que seja equitativa a sua distribuição. Por exemplo: o operário que come por dia 1 quilo de pão paga duas vezes mais imposto do que o capitalista que come apenas meio quilo.

O imposto indirecto é um meio jesuítico, inquisitorial, de depenar e de reduzir à miséria o operário, sem que ele disso se aperceba.

Os ricos repelem o imposto progressivo que os obrigaria a pagar na proporção dos seus rendimentos; o imposto indirecto favorece-os de um modo escandaloso, e eis que aí está o motivo por que o defendem e aplaudem.

A abolição dos impostos indirectos e a criação de um imposto progressivo sobre o rendimento, reduziria seguramente o preço dos géneros. A remodelação e transformação do imposto, seria para o operário a melhoria das suas condições de existência. O aumento, nos impostos indirectos, tem-se traduzido praticamente por um aumento na mortalidade. A criação do imposto progressivo poder-se-ia traduzir por um aumento na alimentação e na vida das classes trabalhadoras.

A Convenção havia estabelecido um imposto gradual e progressivo sobre o luxo e sobre todas as riquezas. Mas não teve tempo para o aplicar.

Montesquieu, e todos os economistas ortodoxos, como Adam Smith, J. B. Say e Rossi, pronunciaram-se pelo imposto progressivo. J. B. Say e Rossi, afirmaram-no

claramente nas seguintes palavras: «Não deixaria de ser razoável que os ricos contribuíssem para as despesas do estado, na proporção do seu rendimento, e ainda com mais alguma coisa além dessa proporção.»

Na Suíça está o imposto progressivo em vigor na maioria dos cantões. Mas nem só a república o perfilha e o aplica. Também a real Inglaterra e a imperial Alemanha aceitaram e introduziram o imposto progressivo, no seu sistema de impostos directos.

b) A herança estabelece, na sociedade, um privilégio e uma desigualdade revoltante. A sua supressão impõe-se, e, se não completamente, pelo menos parcialmente. Em virtude da herança, a instrução, a educação, o gozo, o bem estar constituem o privilégio dos favorecidos da fortuna. O pobre, o infeliz que não herdou, tem de sujeitar-se aos caprichos do acaso e à lei do seu destino. O partido socialista quer a supressão da herança em linha colateral, restringindo-a e limitando-a a 20.000 francos na linha directa.

Noutra parte diremos a que seria aplicado o excedente das heranças, desde que ultrapassassem esta soma.

O PROGRAMA DO PARTIDO SOCIALISTA EM PORTUGAL

A título de curiosidade, publicamos, em seguida, o primeiro programa dos socialistas portugueses, desde que se constituíram em partido. É um documento, por muitos títulos, importante e que merece ser lido e apreciado pelo público. A sua aprovação data do 1.º congresso socialista, realizado em Lisboa, nos princípios de 1877, tendo sido elaborado, após o célebre congresso de Haia, onde Portugal esteve representado por Lafargue.

Vigorou até 1882, ano em que se celebrou nesta capital uma conferência dos delegados de Lisboa e Porto, sendo então substituído pelo actual programa que, ordinariamente se publica na quarta pagina do *Protesto Operário*.

Programa transitório do Partido Socialista em Portugal

O trabalho é a condição de existência de todos os indivíduos.

Todos têm o dever de trabalhar imposto pela natureza.

Com os produtos do trabalho de todos deve subsistir a sociedade, e com os produtos do trabalho da sociedade, efectuado por todos, deve subsistir cada indivíduo.

A massa do trabalho da sociedade, que deve constituir a sua riqueza, deve constituir a propriedade social, comum ou pública.

A parte do trabalho de cada indivíduo constitui a sua riqueza, e a riqueza do indivíduo deve constituir a propriedade individual.

Sendo a propriedade social por natureza comum, ou pública, a propriedade individual deve ser privada ou pessoal.

Também devem ser comuns, ou públicas, as riquezas naturais, não criadas pela sociedade, nem pelos indivíduos.

Tais são as condições de existência da sociedade justa, isto é, em que todos os indivíduos subsistem pelo seu próprio trabalho, e em que a sociedade subsiste pelo trabalho de todos; em que o produto do trabalho de cada indivíduo é propriedade sua, e em que o produto do trabalho de todos, ou da natureza, não é propriedade de alguém, mas sim da sociedade toda.

A constituição da sociedade injusta é diferente.

Na sociedade injusta os indivíduos não subsistem todos pelo seu próprio trabalho, e a sociedade não subsiste pelo trabalho de todos.

Uma parte da sociedade trabalha para si e para a outra parte que não trabalha, produzindo os meios de subsistência de todos os indivíduos.

Um indivíduo trabalha como dois e mais, ou o dobro, ou pela metade do preço e por menos, para produzir os meios de subsistência dos indivíduos que os não produzem.

Os meios de subsistência, em que consiste toda a espécie de propriedade, são produzidos por uma parte dos indivíduos, e apropriados pela outra, que os não produz.

A riqueza, ou a propriedade, é o produto do trabalho de todos os indivíduos acumulado na mão de alguns.

Os produtores, ou criadores, da propriedade individual e pública não possuem mesmo a parte com que subsistem. Esta parte é-lhes vendida, ou arrendada, pelos proprietários, que acumulam mais produtos do trabalho alheio por meio das transacções mercantes, isto é, das transacções da propriedade transformada em mercadorias.

Deste modo se constitui a sociedade com proprietários e não proprietários, com os possuidores da propriedade de todos os indivíduos e com os não possuidores, que a produzem.

A sociedade consta assim de duas classes: a dos ricos e a dos pobres ou proletários, a superior e a inferior, a dominadora e a dependente ou assalariada.

Os proprietários industriais ocupam-se em fazer trabalhar os proletários na agricultura, na fabricação e na manufactura dos meios de subsistência, isto é, da propriedade transformada em mercadorias como objecto de comércio, de viação e de jogo.

A classe dos proletários, ou miseráveis, conta também milhares de indivíduos que não produzem: tais são os mendigos e os defensores assalariados da propriedade, escolhidos pelo Estado de entre os mais vigorosos, para que não a tomem aqueles que a produzem. Estes subjugam-se a si e a seus iguais.

A sociedade injusta subsiste só pela violência, isto é, uma parte da sociedade arranca violentamente à outra a sua propriedade.

A violência existe sem manifestar-se, por ter sido no princípio das sociedades policiadas estabelecida pela força, depois atestada pelas leis, depois aceite e transmitida por costume, pelas mesmas leis e pela mesma força.

Na época actual os proletários, obrigados pela necessidade, constituem a sua classe de salarizados, determinados a fazerem da associação um poder, que

—
modifique as violências dos proprietários industriais, pela proposição e estabelecimento de condições, tais como:

1.^a Estabelecimento do dia normal de trabalho, igual quanto possível em todos os ofícios e em todas as estações;

2.^a Diminuição do tempo de trabalho;

3.^a Elevação dos salários;

4.^a Salubridade e segurança dos lugares onde se executa o trabalho;

5.^a Melhoramentos particulares, tanto dos salários como do tempo de trabalho, para os que exercem ofícios de sua natureza penosos e insalubres;

6.^a Extinção do trabalho de jorna nos ofícios em que for aplicável o estabelecimento de tabelas de preços dos trabalhos;

7.^a Extinção das categorias nos ofícios, tais como: ajudantes e serventes, devendo considerar-se as divisões do trabalho não como categorias, mas como ramos e espécies do mesmo trabalho;

8.^a Abolição dos regulamentos das fábricas e manufacturas, como espécie que é de contrato unilateral, em que são partes os proprietários e os miseráveis, tendo os proprietários, como têm, liberdade de acção para despedir os trabalhadores e apelar para as leis nos casos de atentados;

9.^a Igualdade do tempo de trabalho e dos salários das mulheres e dos homens;

10.^a Exclusão das crianças das fábricas e manufacturas, e relação do tempo de trabalho dos menores com a sua idade;

11.^a Abolição do tempo determinado de aprendizagem, e proibição de outros misteres estranhos a cada ofício;

12.^a Estabelecimento e eleição de comissões de exame e vigilância compostas de oficiais, que julguem da aptidão dos aprendizes em períodos determinados e curtos;

13.^a Igualdade de tratamento para os aprendizes, como indivíduos racionais, evitando-se assim a educação aviltante que lhes incutem os costumes da obediência passiva;

14.^a Extinção dos sinais exteriores de obediência e submissão, como impróprios da natureza humana;

15.^a Exclusão dos proprietários e seus representantes das sociedades de trabalhadores, tais como: montepios, cooperativas, de recreio, instrução e outras, com o fim de evitar a dominação e o servilismo.

Ao mesmo tempo os proletários, tendo conhecimento da situação política da sociedade, constituem-se em partido político, determinados a criarem um poder, que modifique as violências políticas da classe dominante, fazendo também representar nos poderes do Estado os seus interesses de classe, excluídos das instituições políticas e civis.

O movimento político da classe dos proletários é transitório. Existirá enquanto existirem classes, subordinando-se às circunstâncias e necessidades ocorrentes.

Presentemente, o modo de efectuar o movimento político dos proletários consiste em modificar o poder legislativo, pela substituição dos indivíduos que o compõem, e que representam somente a classe e os interesses da classe proprietária.

O pensamento, a aspiração, o fim, do movimento dos proletários constituídos em classe e em partido, é a implantação e a constituição da sociedade justa. A este movimento tudo é subordinado, inferior e transitório.

Os proletários de todas as nações civilizadas, constituindo a Associação Internacional dos Trabalhadores, da qual nos declaramos um ramo, efectuem o mesmo movimento, e em cada uma organizam-se e procedem conformes às instituições políticas.

Em Portugal, onde os poderes políticos são constituídos publicamente, os proletários procedem dentro das instituições para realizarem o seguinte:

1.º

Instituição dos municípios.

a) Constituição dos municípios com todos os contribuintes da sua circunscrição.

Divisão dos municípios em círculos administrativos, e constituição destes com todos os contribuintes da sua circunscrição.

Serem contribuintes todos os indivíduos maiores que exerçam alguma profissão.

b) Celebração de sessões periódicas, tanto nos municípios como nos círculos, onde os contribuintes, constituídos em assembleias, proponham, discutam e resolvam os respectivos interesses públicos.

c) Criação de corpos gerentes, tanto dos municípios como dos círculos, por eleição dos contribuintes nas assembleias respectivas.

Responsabilidade individual dos membros dos corpos gerentes municipais e dos círculos perante as assembleias respectivas, e sua sujeição à justiça comum.

d) Elaboração dos recenseamentos dos contribuintes, tanto dos círculos como dos municípios, pelos corpos gerentes respectivos.

Validação dos recenseamentos municipais para todos os efeitos civis e políticos, públicos e privados.

e) Administração dos rendimentos dos municípios feita pelos municípios, e a dos círculos feita pelos círculos, sem dependência de poderes centrais, nem de regulamentos, nem de corpos e autoridades superiores.

f) Integração dos municípios na administração das suas escolas, dos hospitais, cadeias, vias públicas, correios e telégrafos da sua circunscrição.

g) Repartição e cobrança das contribuições públicas feitas pelos municípios, e as destes pelos círculos ou pelos grêmios de profissões.

Concurso e ordenados fixos para todos os oficiais de fazenda, efectuados por cada município.

Instalação das repartições de fazenda nos edificios municipais.

Responsabilidade dos oficiais de fazenda perante as assembleias respectivas, e sua sujeição à justiça comum.

—
h) Provisão dos officios de juizes e seus escrivães, tanto do cível como do crime, por concurso aberto pelos municípios respectivos.

Eleição dos jurados.

Nomeação dos officiais de justiça subalternos pelos juizes e jurados.

Fixação dos vencimentos de todos os officiais de justiça, tanto superiores como subalternos, pagos por cada município.

Instalação dos tribunais de justiça em edificios municipais.

Responsabilidade dos officiais de justiça perante as assembleias, e sua sujeição à justiça comum.

i) Instituição da polícia municipal, regida e paga por cada município.

j) Estabelecimento de escolas de ensino técnico de artes e officios, tanto rurais como fabris, nos municípios, geridas e sustentadas por elles.

m) Alimentação, vestuário e objectos de ensino dados pelos municípios aos menores miseráveis que frequentem as escolas.

— Consequências:

Ab-rogação do código administrativo, e sua substituição por disposições gerais no código fundamental, isto é, substituição de leis por instituições, que estabeleçam e garantam as liberdades políticas, públicas e individuais, pela extinção das camaras municipais, das juntas gerais, dos conselhos de distrito, dos governos civis, das administrações dos concelhos, das regedorias e das juntas de paróquia.

2.º

Conformação dos códigos civil, commercial, judicial e penal com as disposições de igualdade civil e politica estatuidas no código fundamental, ab-rogando-se no cível a parte que regula as condições da servidão e todos os contratos unilaterais.

Revisão periódica dos códigos.

—
Abolição do juramento, tanto no foro político, como no civil, judicial e militar.

3.º

Constituição do poder legislativo com os delegados representantes de cada município, eleitos nas assembleias dos círculos pelos seus contribuintes.

4.º

Abolição do recrutamento e das matrículas marítimas.

Serviço militar voluntário.

Sujeição dos militares às leis e aos tribunais comuns nos casos de ofensas de direitos civis e políticos.

5.º

Redução de todas as contribuições, tanto para o Estado como para os municípios, a uma única, directa.

Extinção imediata das barreiras, estabelecendo a livre circulação dos géneros alimentícios.

Criação de bilhetes de contribuição divisíveis e vendáveis como os selos, para que todos possam oportunamente comprá-los durante o ano e pagarem assim a sua contribuição.

6.º

Extinção dos privilégios a companhias e associações. Rescisão de seus contratos com o Estado, e sua sujeição e de seus membros à justiça comum.

7.º

Extinção dos privilégios, subsídios ou mercês, subvenção ou intervenção do Estado e dos municípios a indivíduos, a empresas, a estabelecimentos e a instituições industriais, científicas, literárias e religiosas.

8.º

Taxação de todos os serviços públicos ao estritamente necessário para o custeamento das suas despesas correntes.

—

—

III

A COOPERAÇÃO DOS TRABALHADORES

A solidariedade operária não é senão um resultado da cooperação. Disse-o Cesar de Paepe, num discurso eloquentíssimo, pronunciado no congresso internacional cooperativo de Paris.

«Não há, na Bélgica, um Lassalle e um Schultze inimigos, exclamava o ilustre chefe do socialismo belga; há sim um partido operário que é, ao mesmo tempo, cooperativista, republicano e socialista.»

E acrescentou:

«Os cooperadores belgas associaram-se sempre às manifestações em favor do sufrágio universal.

As nossas sociedades cooperativas não têm por fim realizar interesses para alguns indivíduos, senão, ao contrario, desenvolver os sentimentos de solidariedade entre os seus membros.»

A cooperação dos trabalhadores pode e deve tomar-se em dois sentidos diferentes: um sentido restrito e um sentido amplo e genérico. No primeiro caso, a cooperação limita-se a explorar as cooperativas sociais, quer sejam as de produção, quer sejam as de consumo, quer sejam as de crédito. No segundo caso, a cooperação estende-se além das fronteiras e afirma-se pelo princípio da solidariedade de classe, no combate quotidiano contra o capitalismo e o industrialismo, em favor das reivindicações operárias.

Do mesmo modo que para todo o cidadão há duas pátrias — a pátria onde cada um exerce a sua actividade e essa outra grande pátria, a que estamos vinculados pelos nossos ideais e pelas nossas aspirações, que se chama humanidade; assim também a cooperação dos trabalhadores tem de ser, ao mesmo tempo, nacional e internacional: nacional pela afirmação da

solidariedade operária, em cada país, e internacional pela afirmação da solidariedade com os companheiros de todos os países, de todas as raças, de todas as religiões e de todas as línguas.



César de Paepe

Da legislação internacional do trabalho, fizeram os socialistas o artigo 1.º do seu programa. O internacionalismo manifesta-se, a cada passo, nas relações entre os povos. A facilidade de comunicações tem concorrido extraordinariamente para isso. Mas ao facto material da rapidez nas viagens, devemos juntar o facto moral da transformação, realizada nos velhos processos políticos e da corrente, cada vez mais intensa e cada vez mais poderosa, das ideias modernas.

Proletários de todo o mundo, uni-vos! Era esta a divisa de Karl Marx, e é esta a divisa do socialismo revolucionário.

Mas a verdadeira união só poderá conseguir-se pelas associações de classe. No dia em que o proletariado tiver realizado este grande e supremo *desideratum*, nesse dia terá soado a hora da sua emancipação. E diante do formidável exército, não haverá nem canhões Krupp nem espingardas Kropateschaek que valham ou prevaleçam. Isto matará aquilo. O proletariado organizado matará a realeza armada. O trabalhador vencerá o soldado. O homem livre e consciente transformará o velho mundo, entronizando a paz e a justiça, no lugar onde campeava a iniquidade e a desigualdade social.

A beneficência pública e particular, a caridade oficial e outros paliativos de igual natureza, são impotentes para resolver o problema, porque humilham aquele que se pretende beneficiar, rebaixam o carácter, engendram a preguiça e entretêm a mendicidade.

Não se trata apenas, de socorrer os pobres: o que se trata é de suprimir a pobreza. E para isso é mister que a sociedade, em vez de uma madrastra odienta, se converta em mãe protectora e desvelada; é mister que a todos, sem excepção, seja garantido o direito à instrução e o direito ao trabalho, que são uma consequência do direito à existência; é mister que a educação e os meios de produzir não constituam o privilégio de uma minoria rica e favorecida da sorte; é mister, não só que todos sejam iguais perante a lei, senão também que todos sejam iguais perante a sociedade, pelo desenvolvimento físico e moral, pela posse dos instrumentos de produção e pelo gozo

do crédito; é mister, enfim, que o altruísmo e a bondade se sobreponham ao egoísmo e à crueldade das modernas sociedades.

AS COOPERATIVAS OPERÁRIAS

Há quem pense que as cooperativas operárias podem concorrer poderosamente para a extinção da miséria. Não somos desse número. As cooperativas, (e quando falo em cooperativas, refiro-me particularmente às cooperativas de consumo) podem, quando muito, atenuar, e atenuam, com efeito, as condições de existência do proletariado. Mas daí a resolver o problema da sua emancipação, vai um abismo.

Quer isto dizer que tenham sido estéreis todas as tentativas feitas para manter e sustentar as cooperativas? De modo algum. Entre os que tudo pedem e esperam da iniciativa das corporações operárias e os que tudo esperam do Estado, entre os dois exclusivismos, há um meio termo que Malon sintetizava nas palavras de um velho provérbio: *Aide-toi, les pouvoirs publics t'aideront*.

Os esforços cooperativos e corporativos, do mesmo modo que a procura de uma melhoria imediata, devem ter por alvo a educação administrativa e a organização dos trabalhadores, para se chegar à abolição do assalariado, com o concurso dos poderes públicos, influenciados primeiro e conquistados depois.²⁷

Tal era o programa do pai da cooperação, o ilustre Robert Owen; mas não foi esta a política seguida pelos seus sucessores, que mutilaram a ideia do mestre, fazendo da cooperação um *fim*, quando não é nem deve ser senão um *meio*.

OS APÓSTOLOS DA COOPERAÇÃO

Durante muito tempo, foi grande e profunda a inimizade entre cooperativistas e socialistas, se bem que o princípio da

²⁷ B. Malon — *Socialismo integral*.

cooperação tenha uma origem de carácter socialista, tendo sido, como já dissemos, Robert Owen o seu primeiro apóstolo. A ele se devem as primeiras tentativas de cooperação; foi ele quem inventou a palavra e quem propagou a teoria. Robert Owen, o inventor e o apóstolo das *sociedades cooperativas* — escrevia d'Assailly que para todos deve ser insuspeito, pela sua tendência conservadora e retrógrada — pretendeu realiza-las num estabelecimento onde o trabalho colectivo abraçasse, ao mesmo tempo, a agricultura e a indústria; onde o espírito tivesse, como o corpo, a sua parte de legítima satisfação; onde o trabalho fosse voluntário; onde não fosse punida a mínima infracção; onde não fossem obrigatórias quaisquer privações, e onde o respeito dos direitos fosse o resultado de um mútuo interesse.»

A ideia de Robert Owen era demasiadamente idealista e sintética para o proletariado da Inglaterra. Mas, prático como é, o operário inglês descobriu-lhe logo o lado útil, e assim nasceram as cooperativas de consumo, que, após algumas tentativas, chegaram a ter um resultado brilhante nos *Pionniers de Rochdale*.

Só é eficaz a cooperativa de consumo; a de produção é impotente para lutar com outras empresas congéneres, atenta a dificuldade em obter o capital que é, por via de regra, superior às forças operárias; e a de crédito, por seu turno, tropeça praticamente com embaraços e obstáculos insuperáveis.

Devemos, porém, repetir, com Malon, que todas as formas cooperativas servem, em geral, para preparar a educação administrativa do proletariado, tornando-o mais apto para as reivindicações de ordem política e social.

Os socialistas fazem mal, rebaixando e combatendo as tentativas cooperativistas. Do mesmo modo que a iniciativa individual só por si seria impotente, assim também a acção dos poderes públicos não poderá ser nunca verdadeiramente benéfica, se não for secundada pelos esforços colectivos de

um proletariado já familiarizado com as dificuldades administrativas das organizações políticas e económicas.

Sob este ponto de vista, a cooperação, verdadeira escola de prática industrial e comercial, desembaraçando-se pouco a pouco do primeiro exclusivismo, é uma excelente preparação para as reformas sociais, que o proletariado terá um dia de arrancar aos poderes públicos.

Numa palavra, cooperadores e socialistas são militantes na mesma obra de renovação e de justiça. Os trabalhos de uns e as lutas dos outros completam-se mutuamente, e a sua união apressaria o dia, por todos desejado, da emancipação humana.

Associamos-nos, pois, de todo o coração ao generoso apelo dirigido aos socialistas por Louis Bertrand, que é, ao mesmo tempo, um dos primeiros vulgarizadores do colectivismo e um cooperador prático.

«À obra, pois, companheiros, à obra! Não esqueçais nunca que qualquer nova sociedade cooperativa é um passo a mais para a sociedade do futuro, a sociedade que sonhamos, feita de justiça e de solidariedade, e na qual todos encontrarão o seu bem-estar em troca de um trabalho fácil e remunerador.

Mas não olvideis, sobretudo, que o fim a atingir não se limita a beneficiar ou a fazer beneficiar os operários de alguns francos por semana ou por mês, e que é preciso ter sempre em vista o fim supremo: a libertação completa da classe operária pela supressão do assalariado e pela aplicação das doutrinas socialistas.»²⁸

Na cooperação belga destacam-se cinco grandes realizações, porventura as primeiras e as mais sólidas realizações do princípio cooperativista: a sociedade do *Vooruit* (*Avante*), de Gand; o *Progrès*, de Jolimont-La-Louvrière; a *Maison du Peuple*, de Bruxelas; o *Werker*, d'Anvers; e a *Populaire*, de Liège.

A mais importante, o *Vooruit*, possui uma padaria, oficinas de calçado, de vestuário, de quinquilharia, *armazéns* de

²⁸ Louis Bertrand — *La Cooperation, ses avantages et son avenir*.

carvão e um café restaurante onde é proibida a venda de bebidas alcoólicas. O *Vooruit* possui também uma caixa de socorros, sendo os doentes curados gratuitamente. O jornal que se intitula *Vooruit* tira por dia 10.000 exemplares. A sociedade *Vooruit* tem 40 administradores e 150 empregados, e fazem negócios de 2.500.000 francos por ano. O centro de estudos, as câmaras sindicais, as sociedades de música e de ginástica, constituem outras tantas secções da cooperativa que tem servido de modelo a todas as outras cooperativas belgas.



Louis Bertrand



Edward Anseele

Anseele é o gerente do *Vooruit*, como Jean Volders é o gerente da *Maison du Peuple*. A eles se deve uma parte da propaganda socialista da Bélgica, porque as cooperativas, naquele país, apresentam uma feição eminentemente revolucionária e constituem, para o proletariado, uma formidável arma de combate. Quantas *greves* não têm sido sustentadas com o pão e o carvão distribuído pelas cooperativas?! É que os belgas fizeram das cooperativas de consumo, ao mesmo tempo, um elemento de interesse pessoal,

de resistência política e de propaganda socialista. Os dividendos a distribuir a cada associado constituem o fundo social do partido. E deste modo, tão digno de ser imitado, organizaram os socialistas belgas o mais poderoso e valente exército que temos visto e admirado, o grande e honrado exército da ciência e do trabalho, o invencível exército do povo, o exército do futuro!



Jean Volders

Os cinco grupos, acima referidos, não compreendem, ainda assim, todo o movimento cooperativo belga, que, em 1889, havia atingido os algarismos seguintes:

Cooperativas alimentícias	53
Padarias	36
Bancos populares	19
Sociedades de produção	18
Sindicatos agrícolas	15
Cooperativas de industriais e comerciantes	10
Farmácias populares	6{
Uniões de crédito	5
Diversas sociedades	17
Total	179

E Jean Volders não descansa um momento, percorrendo a Bélgica em missão de propaganda, uma e mais vezes por ano, espalhando a ideia e atraindo prosélitos à sua generosa causa!

Uni-vos, pois, trabalhadores! Organizai-vos e defendei-vos, criando escolas, estabelecendo cooperativas, fundando associações de classe e preparando-vos por todos os meios, para o supremo combate contra os vossos exploradores e os vossos inimigos. Sois hoje o número e sereis amanhã a qualidade! Para isso uma única coisa bastará: que vos associeis, nacional e internacionalmente. Na associação está a vossa força. Usai dela! Reuni os vossos elementos. Instruí, trabalhai, educai-vos. Sereis os vencedores. O mal não está neste ou naquele país: está na sociedade em geral. Os governos recuam e os reis e imperadores pensam que a salvação está na morte ou no desaparecimento dos insubmissos e rebeldes. Puro engano! Os efeitos hão-de ser os mesmos, enquanto subsistirem as mesmas causas. Eliminai o mal, pela vossa perseverança na luta e pela vossa constância no combate. Formai, adestrai os vossos batalhões. Sois regimento e sereis

exército. Tendes por vós a razão e a justiça. Confiai no futuro. Que a voz de comando seja só uma e que a obediência seja geral e completa!

O proletariado é só um, tem um só interesse e uma só aspiração. Não conhece raças, nem línguas, nem religiões. No dia em que ele quiser, nenhuma outra vontade lhe será superior. A humanidade é o supremo ideal, e, pensando nela, abstraímos de nós mesmos, e das misérias e torpezas do mundo.

—

—
IV
ARBITRAGEM
INTERNACIONAL

O movimento em favor da paz, vai-se acentuando de dia para dia. É consolador registar o facto e apreciar as suas consequências.

Sobe a mais de cinquenta o numero das sociedades da paz de que temos conhecimento e que realmente funcionam.

ALEMANHA

Sociedade da Paz (presidente o conde Bodner) — *Wiesbaden*.

Sociedade da Paz em Berlim (presidente o dr. Mühling) — *Berlim*.

Sociedade da Paz em Ulm (presidente H. Eberle) — *Neu-Ulm*.

Sociedade da Paz em Frankfurt (presidente Franz Wirth) — *Frankfurt*.

Sociedade da Paz em Constança (presidente professor Martens) — *Constanz*.

INGLATERRA

International Arbitration and peace association (presidente Hodgson Pratt) — *London*.

Peace Society (presidente Joseph Pease) — *London*.

Local Peace Association (presidente M.^{elle} Peckover) — *Wisbech*.

Peace Society of Liverpool (presidente Thomas Suape) — *Liverpool*.

International Arbitration League (presidente Cremer) — *London*.

Local Peace Association (presidente Rowntree) — *York*.

Woman's Peace and Arbitration Society (presidente Thompson) — *Birkenhead*.

—
ÁUSTRIA

Oesterr. Friedensgesellschaft (presidente a baronesa de Suttner) — *Vienna*.

Société Universitaire de la paix (presidente dr. Steckel) — *Vienna*.

BÉLGICA

Section belge de l'arbitrage et de la paix (secretário Lafontaine) — *Bruxelas*.

DINAMARCA

Association pour la neutralisation de la Danemark (presidente Frederico Bajer) — *Copenhague*.

FRANÇA

Ligue internationale de la paix et de la liberté (presidente Emile Arnaud) — *Luzarches*.

Société française de l'arbitrage entre nations (presidente Frederic Passy) — *Neuilly*.

Ligue du Bien public (presidente Pierre Potonié) — *Fontenay*.

Société de la paix du familistère de Guise (presidente Bernardot) — *Guise*.

Société de la paix perpétuelle par la justice internationale (presidente Philippe Destrem) — *Paris*.

Groupe des amis de la paix du Puy-de-Dôme (presidente Pardoux) — *Clermont-Ferrani*.

Association des jeunes amis de la paix (presidente Dumas) — *Paris*.

Société universitaire internationale (presidente Dumas) — *Paris*.

Société de la paix d'Abbeville et de Ponthieux (presidente Jules Tripier) — *Eancourt*.

Union Méditerranéenne (presidente Gromier) — *Paris*.

Comité de la Sarthe (presidente Destriché) — *Sarthe*.

Société de la paix de Felletin (presidente Abbé Pichot) — *Felletin*.

HOLANDA

Pax Humanitate (presidente Schook) — *Amsterdam*.

Société Générale de la paix (presidente Moddermann) — Haya.

ITÁLIA

Union Lombarda (presidente Theodoro Moncta) — Milão.

Comité Romano da Paz (presidente Boughi) — Roma.

Sociedade da paz de Turim (presidente Armandon) — Turim.

Sociedade da paz de Palermo (presidente Aguanno) — Palermo.

Sociedade da paz e da arbitragem de Perugia (presidente Leopoldo Tiberi) — Perugia.

SUÉCIA

Sociedade da Paz (presidente Wawrinsky) — Estocolmo.

SUIÇA

LIGA INTERNACIONAL DA PAZ E DA LIBERDADE

— *Comité central* (secretario M.^{me} Goegg) — Genève.

— *Secção de Neuchatel* (presidente Gustavo Renaud) — Neuchatel.

— *Secção de Berne* (presidente W. Marcussen) — Berne.

— *Secção de Saint Gall* (presidente Schimd) — Saint Gall.

— *Secção de Zurich* (presidente Gustavo Vogt) — Zurich.

— *Secção de Genebra* (presidente dr. Cordés) — Genève.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

— *Sociedade americana da paz* (presidente dr. Trueblood) — Boston.

Sociedade cristã para a arbitragem da paz (presidente Wood) — Philadelphia.

Associação nacional da arbitragem (presidente Gardener) — Washington.

National Association for the Promotion of Arbitration (presidente Lockwood) — Washington.

Associação da arbitragem da California (presidente Berwick) — Monterey (California).

Universal Peace Union (presidente Loye) — Philadelphia.

Peace Department of the N. W. C. T. U. (presidente Bailey) — Maine U. S. A.

—
Peace Association of friends in America (Daniel Whill secret.) — *Richmond, Ind. U. S. A.*

South Carolina Peace Society — *Columbia S. C.*

Illinois Peace Society (presidente Allen) — *Chicago Ill.*

Connecticut Peace Society (Whipple, secret.) — *Old Mystic Conn. U. S. A.*

Rhode Island Peace Society (Robert, secret.) — *Providence R. I. U. S. A.*

Friend's Peace Association of Philadelphia (presidente Wickersham) — *Philadelphia.*

National Peacy Society (presidente Ellen Lease) — *Topeka (Kausao) U. S. A.*

A paz constitui hoje o supremo *desideratum* da humanidade trabalhadora. Mas a paz tem um complemento indispensável — a liberdade e a justiça. Deste modo o antigo adagio: *Si vis pacem, para bellum* (*Se queres a paz prepara a guerra*), que havia sido substituído por este outro, não menos ilusório: *Si vis pacem, para pacem* (*Se queres a paz prepara a paz*), foi transformado, ao sopro da revolução, pelo seguinte principio: *Si vis pacem, para libertatem* (*Se queres a paz prepara a liberdade*).

Com o progresso dos tempos, reconheceu-se, porém, que a paz pela liberdade era ainda pouco, e Aurelio Saffi, traduzindo as aspirações dos filósofos e pensadores da sua época, estabeleceu o lema da *paz pela liberdade e pela justiça* (*si vis pacem, para libertatem et justitiam*).

Mais tarde, Carlos Lemmonier reforçou esta fórmula, demonstrando que a paz, assim como a liberdade, não devia ser um *fim*, mas apenas um *meio*. E os filantropos, aceitando a observação, principiaram então de apregoar a paz *pela* liberdade e *por amor* da justiça.

*Emile Arnaud*

A fórmula de hoje — diz ajuizadamente Emile Arnaud — a única que corresponde ao estado actual da Europa e à situação especial de cada país, é a seguinte: *Si vis justitiam, para pacem* (*Se queres a justiça, prepara a paz*).

E, uma vez que falamos em Emile Arnaud, o glorioso continuador da doutrina de Carlos Lemmonier, devemos dizer que dos apóstolos e evangelistas da paz, é ele um dos mais ardentes, um dos mais convictos e um dos mais activos. A *Liga Internacional da Paz e da Liberdade* está organizada como nenhuma outra sociedade, com

ramificações em toda a Suíça e secções e *comités* em todos os outros países da Europa.

O MILITARISMO

Em caso de guerra, qual deverá ser a atitude do partido operário socialista? — perguntava-se no congresso de Zurique.

Domela Nieuwenhuis, o simpático e benemérito chefe do socialismo na Holanda, já havia respondido a esta pergunta no congresso de Bruxelas, em 1891.

Em caso de guerra, aconselhava Nieuwenhuis a *proclamação de uma greve militar e de uma greve geral*. Esta mesma ideia havia já sido enunciada na mesma cidade de Bruxelas, em 1868, por ocasião do Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores. Por unanimidade havia sido aprovada a resolução seguinte:

«O congresso recomenda, sobretudo, aos trabalhadores a suspensão de todo o trabalho, no caso em que uma guerra viesse a explodir nos seus respectivos países. O congresso conta suficientemente com o espirito de solidariedade, que anima os trabalhadores, que não se negarão a prestar o seu apoio a esta guerra dos povos contra a guerra.»

Cesar de Paepe propôs dois meios:

1.º A recusa em satisfazer o serviço militar, ou, o que vale o mesmo, a greve geral;

2.º A resolução definitiva da questão social, ou, por outros termos, a revolução social na Europa.

O militarismo não pode ser combatido com simples protestos. À guerra é mister opor a guerra, diz muito bem Domela Nieuwenhuis. Já era este também o grito de Victor Hugo. Guerra à guerra! Morte à morte!

*Domela Nieuwenhuis*

Não basta só condenar a guerra. É mister impedi-la, por todos meios, evitá-la e *desonrá-la*, ainda na frase do Mestre.

No manifesto, feito por ocasião da guerra civil em França, e redigido por Karl Marx, o conselho geral da Internacional declarou que, no longo curso da história, uma única guerra podia justificar-se — era a guerra dos escravos contra os senhores. Eis o motivo por que, em caso de guerra, nós devemos responder, recusando-nos ao serviço militar, quer dizer, proclamando a guerra civil. O partido socialista quer acabar com as guerras nacionais, substituindo-as pela guerra internacional, cujo último resultado será a emancipação do proletariado.

Propomos a greve geral, sobretudo nos ofícios e profissões, que tenham qualquer relação com a guerra, porque isso pode ser de grande utilidade.

Com efeito, se, em caso de proclamação de hostilidades, os operários fizerem tudo quanto puderem, para destruir as redes telegráficas, os *rails*, as máquinas, numa palavra para impedir o encontro dos exércitos, é claro que a guerra se tornará impossível.

Apesar de tudo — concluía Domela Nieuwenhuis²⁹ — continuaremos a nossa propaganda, para fazer germinar a ideia da *recusa de serviço em caso de guerra*, acompanhada de uma greve geral. Esta ideia fará o seu caminho. O proletariado deve arriscar o seu sangue unicamente contra o seu único e verdadeiro inimigo: *o capitalismo*.

ARBITRAGEM INTERNACIONAL

Para acabar com a guerra, propõe Michel Revon, pelo seu lado, e com ele outros notáveis pensadores, à frente dos quais se encontra Frederico Passy, a arbitragem internacional. Atravessamos um período de transição — escreve ele³⁰ — que pode durar ainda dois ou três anos, mas que não poderá prolongar-se. Em dez anos, ou a guerra geral terá arruinado a Europa, ou o militarismo se haverá tornado impotente. A luta entre o espírito da guerra e o espírito da paz, está por ora indecisa. O momento «psicológico» poderá surgir em 1894, como em 1895 ou em 1896.

Em 1900 é que não.

Segundo o critério desenvolvido por Michel Revon no seu belo livro, a guerra teve outrora a sua razão de ser. Foi já um fenómeno divino, mas é hoje um anacronismo e uma brutalidade sem nome. Em três seculos os armamentos actuais pertencerão aos museus arqueológicos.

São precisos os exércitos permanentes, para quê? — Para que os ricos durmam descansados, como dizia Balzac?

²⁹ Discurso proferido no congresso de Zurique.

³⁰ Michel Revon — *L'arbitrage international*.

—
É precisa a guerra para quê? Para devastar e exterminar a humanidade? Nesse caso, proclamem também as vantagens das epidemias que dizimam as populações e das grandes catástrofes que enchem de vítimas as localidades.

A guerra só se justificava entre povos bárbaros, em plena noite da história.

Vergniaud pinta-nos efectivamente os povos, combatendo durante a noite, como amigos ou irmãos que se não conhecessem, mas prontos a abraçarem-se e a fraternizarem, desde que a luz, descobrindo-os, os tornou conhecidos uns dos outros.

Quem é que não conhece o obra-prima de Proudhon: — a Justiça e a Vingança perseguindo o crime? A vítima jaz por terra; o assassino foge; no ambiente azulado da noite, entrevêm-se, porém, as duas deusas agitando-se, terríveis e fatais, compasso seguro e tranquilo; elas sabem perfeitamente, as imortais, que, cedo ou tarde, o criminoso lhes há-de cair nas mãos, porque nenhum ainda lhes escapou. Esta perseguição dramatizada do mal pelo direito, esta vibrante condenação desse hediondo crime que se chama a guerra, esta passagem formidável da vingança e da justiça de Deus, não é outra coisa, no fundo, senão a própria revolução da civilização humana. É, numa palavra, a verdade suprema da história, o seu princípio de vida e o seu mais salutar ensinamento.

Para todos aqueles que, estudando a história, observaram as duas tendências que nos oferecem as civilizações da antiguidade — a tendência para a paz e a tendência para a guerra, numa luta épica, semelhante à luta entre a morte e a vida; para aqueles que, analisando o cristianismo, as perturbações da idade média, e o esforço imenso do papado, chegaram, enfim, aos tempos modernos e à transformação dos Estados europeus, para esses não pode a arbitragem internacional apresentar a mínima dúvida, por isso que ela não é senão o resultado dos progressos alcançados pelo direito positivo moderno, que nola apresenta em nossos dias, na sua preparação social, na sua elaboração jurídica e nas suas aplicações.



A arbitragem é, no dizer de Revon, uma reforma absolutamente necessária, muito possível de realizar, mas, ao mesmo tempo, de uma dificuldade extrema, visto como a sua prática depende não só de uma transformação moral, económica, jurídica, e sobretudo do meio em que terá de se desenvolver, senão também do funcionamento de uma jurisdição internacional, sob todas as suas formas variadas, insensíveis, e necessariamente ligadas umas às outras, desde a simples arbitragem facultativa até ao tribunal geral, no tríplice ponto de vista da sua organização, da sua competência e do seu processo.

A FEDERAÇÃO E OS SEUS APÓSTOLOS

«A guerra é um facto bárbaro, e os exércitos são instituições bárbaras, disse-o Victor Considérant. O principal dogma da república democrática — *Liberdade, Igualdade, Fraternidade* — constitui, com a guerra e os exércitos, uma tríplice contradição. O progresso nos povos deve contribuir para o desaparecimento da guerra, transformando os exércitos *destrutores* em exércitos *produtores*.»

Herbert Spencer, no fim do terceiro volume dos seus *Princípios de Sociologia*, resume do seguinte modo o seu profundíssimo estudo sobre as instituições políticas:

«A possibilidade de um Estado social superior, tanto em política como em geral, depende de um facto fundamental: a cessação da guerra. Tal é a conclusão mais importante a que chegam todas as partes do nosso trabalho. Depois de tudo o que dissemos, é inútil insistir ainda sobre os efeitos da persistência do militarismo, o qual, conservando as instituições adaptadas às suas necessidades, impede ou neutraliza a transformação dessas instituições ou dessas leis num sentido mais equitativo, ao passo que a paz permanente há de ser seguida necessariamente por melhoramentos sociais de toda a espécie.

«A guerra deu tudo o que podia dar. A ocupação da terra pelas raças mais poderosas e inteligentes é um benefício, já

realizado em grande parte; o que está por conquistar não reclama senão uma coisa: a pressão crescente que exerce uma civilização industrial sobre uma barbárie que recua. A integração que funde grupos simples em grupos compostos, como resultado de um estado de guerra, e que conduz no fim de certo tempo à formação das grandes nacionalidades, é uma operação que parece ter tocado o seu termo. Os impérios formados de povos estranhos uns aos outros, desmembram-se ordinariamente, quando desaparece a força coerciva que os mantinha. E, ainda quando mesmo ficassem unidos, não poderiam jamais constituir um todo harmonioso. Uma *federação pacífica* é o único processo de *consolidação* que se pode prever.»

Tal é a opinião do grande filósofo. Para ele a paz é o fundamento da moral.

Era esta também a opinião de Kant que consagrou a moral como a base de toda a política. Em sua opinião, todo o direito civil, político ou internacional constitui uma ligação entre duas vontades, e baseia-se no respeito recíproco das liberdades. Quer se trate de dois povos, quer de duas pessoas, o estado de guerra significa estado de natureza, e é um dever sair dele. Sob o ponto de vista da razão, não há senão um meio de tirar os Estados da situação violenta em que se encontram, renunciando à liberdade anárquica dos selvagens, e submetendo-os ao império de leis mais liberais, a fim de formar assim um Estado de nações (*civitas gentium*) que possa aumentar insensivelmente, até abraçar, pouco a pouco, todos os povos da terra.

Será quimérico este ideal de paz? Não, responde Kant, por isso que é obrigatório.

E que terá de realizar-se, prova-o não só o inevitável progresso do direito, senão também o progresso dos interesses.

Os interesses económicos deverão tornar a guerra impossível. A natureza garante a paz, pelo simples equilíbrio das paixões humanas.

A federação dos povos não será só o desarmamento dos reis e imperadores; será também o aniquilamento da guerra.

No dia em que todos os cidadãos souberem conciliar, no seu coração, a ideia de pátria e a ideia de humanidade, nesse dia a paz pela federação haverá triunfado definitivamente no mundo.

O que torna os povos inimigos uns dos outros, é o sentimento de nacionalidade, levado até à barbárie. Mas o homem moderno é essencialmente cosmopolita. O amor pela pátria não exclui o amor da humanidade. Ao contrário, estes dois sentimentos completam-se e identificam-se, num mesmo ideal e numa mesma aspiração de progresso. Da compreensão de este princípio deriva, a nosso ver, toda a moderna filosofia social.

Dir-nos-ão, talvez, que não somos patriotas. A esta acusação responde Alfredo Naquet, o grande e glorioso pensador, numa soberba carta que nos dirigiu, a propósito da *Federação Ibérica*:

«Não! se o patriotismo é feito de um espírito estreito e sectário, e à custa do ódio dos outros povos e de aspirações militares — eu não sou patriota.

Mas se o patriotismo consiste em amar profundamente o país onde nascemos, e onde exercemos a nossa actividade, nesse caso sou patriota.

Amo apaixonadamente a França. Amo-a porque foi no seu espírito que moldei o meu cérebro, e porque as minhas aspirações, os meus sentimentos, e os meus instintos, nela se desenvolveram; amo-a porque ela constitui um factor indispensável do grande trabalho humano; e, mesmo por cosmopolitismo, teria ainda de ser patriota. Amo-a bastante para tudo sacrificar por ela e pela sua defesa no dia em que fosse necessário — a minha fortuna, a minha liberdade e a minha vida.

Mas estou convencido que a pátria europeia será tão superior às pátrias de hoje, como a França o é à Borgonha, a Espanha à Andaluzia, e o Reino-Unido à Inglaterra ou à Escócia.

E, no dia em que for possível substituir a pátria nova às antigas pátrias, sem prejuízo do amor e das homenagens que estas nos merecem, nesse dia, entre o que foi grande e o que deverá ser ainda maior, a minha escolha far-se-á sem hesitação.

Não tenho a esperança de assistir a esse espectáculo radioso. É provável, quem sabe? que eu morra francês, pensando quase exclusivamente, além das minhas meditações filosóficas, na defesa, na grandeza e na prosperidade deste belo e nobre país. Mas invejo aqueles que tiverem de assistir à criação dos Estados Unidos da Europa.»



Alfred Naquet

E pensam assim todos os grandes pensadores modernos. No estabelecimento de uma *Federação Ocidental*, baseava

Litré toda a política do futuro. Emile de Laveleye conclui o seu belo livro *La Démocratie*, pela apologia de uma *federação fraternal*. Federalista foi Garibaldi, que presidiu, em 1867, ao primeiro congresso da *Liga Internacional da Paz e da Liberdade*; federalista foi Mazzini; federalista foi Victor Hugo. São federalistas todas as sociedades de paz, que, presentemente, existem e funcionam. Em Itália, como em Espanha e Portugal, o federalismo ganha terreno de dia para dia. O próprio sr. Crispi, actual presidente de conselho de ministros, declarava, num dos seus últimos discursos que era para a federação que os povos caminhavam. Em França, são muitos os partidários da federação. Citemos, principalmente, dois — um por ser o representante destas ideias no parlamento, e outro por ser, na imprensa, o seu glorioso intérprete. Refiro-me a René Goblet e a Auguste Vacquerie.

RENÉ GOBLET

Para bem se apreciar esta altíssima personalidade, seria necessário fazer a história da política francesa destes últimos vinte anos. Eleito deputado à Assembleia Nacional em 1871, Goblet nunca mais deixou de pertencer ao parlamento, a não ser no período que decorreu desde as eleições gerais de 1889 até à sua eleição para o Senado em 1891.

Goblet pensa, e muito bem, que a república é mais alguma coisa do que uma simples mudança de pessoal governamental, e que deve, sob pena de morte, tirar todas as consequências do seu princípio, correspondendo plenamente à confiança que o povo nela deposita. E eis aí o motivo por que não duvidou aproximar-se dos socialistas. Mudar de instituições, unicamente para beneficiar meia dúzia de favorecidos de um dado partido ou de uma determinada política, é coisa que não pode merecer o sacrifício do povo. Se, com a mudança de instituições, se não pode, ao mesmo tempo, reorganizar economicamente a sociedade ou remodelar o seu modo de ser social, a transformação é estéril e sem resultado.

*René Goblet*

Assim pensa Goblet, e assim deveriam pensar todos os que sinceramente amam os princípios republicanos.

«Duas espécies de política são possíveis — dizia ele num dos seus maravilhosos discursos — a política conservadora e a política de progresso, que consiste em realizar as reformas políticas, sociais, económicas, financeiras e administrativas, que, em todos os tempos, foram consideradas, como que o programa necessário da democracia republicana.»

Goblet é republicano socialista, e é, na actual câmara francesa, um dos chefes mais autorizados do glorioso grupo a que pertencem Millerand, Jaurés, Rouanet, etc., e que pretende

a revisão imediata da Constituição e a discussão e aprovação de alguns dos primeiros artigos do programa socialista.

É também federalista convicto, e um daqueles que acreditam que é no Estado federativo que reside o futuro para as nações da Europa. O problema da guerra só no princípio federalista poderá encontrar a sua solução lógica e natural. É esta a sua opinião que muito o honra e a que eu não posso deixar de prestar a minha respeitosa e profunda homenagem.

AUGUSTE VACQUERIE



Auguste Vacquerie

Auguste Vacquerie é, em França, o continuador da obra de Victor Hugo. Jornalista primoroso, poeta e escritor dramático

—
aplaudidíssimo, a sua vida podia e devia servir de modelo a todos os que às letras e à política se consagram. É um puro, na verdadeira acepção da palavra e nunca jamais a ambição maculou os seus princípios ou a vaidade toldou as suas aspirações. Propugnador das doutrinas do Mestre, tem sempre defendido, com entusiasmo e ardor, o belo e supremo ideal da criação dos *Estados Unidos da Europa*, como meio de pôr um termo aos conflitos internacionais e de levar os povos à fraternização universal, pela pratica e realização dos princípios federais.

Auguste Vacquerie é hoje, na Europa, um dos principais e um dos mais brilhantes apóstolos da federação latina, e, como premissa, da federação ibérica. É daqueles que acreditam como nós, que só pelo federalismo poderemos chegar à supressão dos exércitos permanentes, e, consequentemente, à supressão da guerra.

A GUERRA VENCIDA PELA ARBITRAGEM

A federação dos povos tornará a guerra impossível. Mas, enquanto a federação se não realiza, urge estabelecer a arbitragem internacional, como meio pacificador. Está ainda na memória de todos a decisão que o tribunal de arbitragem, constituído pelo tratado de Washington, deu acerca das reclamações do Alabama. O conflito levantado entre os Estados Unidos e a Inglaterra foi assim regulado de uma maneira pacífica. O governo inglês acatou a sentença, sendo obrigado a pagar ao governo americano uma indemnização de 75 milhões de francos.

Ora, se a questão do Alabama pôde assim ser resolvida, sem derramamento de sangue, porque não hão de resolver-se, pelo mesmo processo, todas as questões internacionais?

Sob o ponto de vista jurídico e sob o ponto de vista político, é pois, evidente a necessidade da arbitragem: sob o ponto de vista jurídico, porque, sem um sistema de arbitragem, o direito das gentes é um edificio incompleto; sob o ponto de

vista político, porque a situação actual exige manifestamente uma solução.

Mas os sistemas é que variam; havendo uns que advogam a jurisdição internacional facultativa, outros que defendem a criação de tribunais internacionais especiais, outros ainda que são por um tribunal internacional geral desprovido de sanção, e os últimos que aceitam o tribunal internacional geral, mas com sanção.



Emile de Laveleye

Poderá, porém, realizar-se a arbitragem internacional, independentemente da ideia de federação?

Opinam uns pela afirmativa, sendo outros de opinião que só pela constituição dos Estados Unidos da Europa, poderemos chegar à realização efectiva e imediata da arbitragem.

O sábio professor, Emile de Laveleye publicou, em 1873, um interessante estudo, sobre as causas actuais da guerra na Europa, concluindo pelo estabelecimento de um tribunal internacional. Dois eram os meios aconselhados pelo eminente publicista, para acabar com o flagelo da guerra: em primeiro lugar, mostrando aos povos e convencendo-os, que, em nenhum caso, teriam a ganhar com a guerra, e, em seguida, realizando duas grandes reformas jurídicas: a elaboração de um código internacional e a criação de um tribunal para o aplicar. Este tribunal seria permanente, reunindo-se todas as vezes que se levantasse um conflito internacional, tendo a sua sede na capital de um país neutro — a Suíça ou a Bélgica — e sendo composto dos representantes diplomáticos das potencias, coadjuvados por juristas versados na ciência do direito das gentes.

Laveleye era um apóstolo da ideia federativa, e propunha este alvitre, por o considerar de mais fácil aceitação por parte dos governos actuais.

Para aqueles que admitem o princípio federalista, o tribunal internacional não deve ser senão um dos órgãos do futuro Estado jurídico. Quatro são as instituições, essenciais a este sistema: uma convenção federativa, que garantisse às nações associadas a soberania e a autonomia de cada uma; uma lei, livremente votada por todas essas nações, e pela qual seriam julgados todos os conflitos, litígios e dificuldades que se levantassem entre elas; um tribunal, com membros eleitos por estas mesmas nações, que pronunciasse a sentença em último recurso sobre as questões que lhe fossem submetidas; e um poder executivo, também livremente eleito por todas as nações, encarregado de assegurar a execução da lei e as determinações do tribunal. Os partidários desta doutrina não visam somente, por este sistema, a aperfeiçoar o direito

internacional ou a estabelecer uma jurisdição internacional obrigatória; vão mais além e chegam a um resultado final pela criação dos Estados Unidos da Europa.

A guerra é um crime, condenado pela moral, pelo direito e pela filosofia social.

A ciência e o trabalho exigem o seu desaparecimento imediato.

Como?

Pela arbitragem internacional e pela federação. Entre Estados confederados, a solução impor-se-ia sem dificuldade. Na expectativa, porém, que em caso de guerra, é dever apelar para a arbitragem, sempre que o permitam as circunstâncias especiais dos países, cujos interesses se digladiam.

«Ou o desarmamento ou a ruína!»

— É este o dilema que se levanta, sinistro e ameaçador, ante as potencias da Europa, cada dia mais sobrecarregadas com a contribuição de guerra.

Se tal Estado continua por mais dez anos, os receios de guerra haverão desaparecido, dizia Liebknecht e muito bem; o resultado será, então, a ruína geral, e, como consequência ainda, a revolução social triunfante e generalizada a todos os países.

Bem sabemos nós que a arbitragem internacional há de triunfar e há-de estabelecer-se no mundo, como uma consequência lógica da federação. Mas, enquanto o actual estado de cousas subsistir, não seria demais que as nações submetessem as suas contendas a um tribunal arbitral, imitando, deste modo, a Inglaterra e os Estados Unidos da América, na questão do Alabama.

Isto seria possível, e isto seria, principalmente, humanitário.

O espírito moderno detesta a guerra. Só o trabalho liberta. Só a paz emancipa. Convertamos os exércitos da destruição em exércitos da produção e da abundância.

O DESARMAMENTO

Depois da morte do general Eudes, e, ainda mais, depois da cisão que se deu no partido blanquista, por causa do boulangismo, ficou sendo Eduardo Vaillant o chefe incontestado do partido comunista revolucionário, que preconiza o emprego da acção, da força, da propaganda pelo facto, para conquistar o poder e fazer cessar as iniquidades sociais.

Sob a sua iniciativa, porém, a concepção do velho Blanqui parece haver passado por uma espécie de transformação. O movimento insurreccional de 1871, deixara no espírito de Vaillant uma impressão profunda e inextinguível.

Vaillant não limita o seu comunismo às forças produtoras e à repartição dos produtos, segundo as necessidades de cada um, vai até à organização da comuna de Paris, como primeiro passo para o estabelecimento da nova ordem social.

Na sua profissão de fé encontra-se esta ideia, profundamente acentuada:

«É mister dar ao país, emancipado da tirania administrativa, policial e judiciaria, como elemento do seu organismo politico, a organização comunal e cantonal, dando a Paris a liberdade comunal, e fazendo-a entrar no direito comum, pelo restabelecimento da *Comuna de Paris*.» Mais adiante pede, «que a comuna seja senhora da sua administração, das suas finanças, e da sua policia.»

A vida política de Vaillant, começou no ano terrível. Regressando da Alemanha, por ocasião da declaração de guerra, fez parte da comuna, refugiando-se depois em Inglaterra.

A amnistia trouxe-o novamente a França, em 1880.

Ao lado de Blanqui que os eleitores de Lyon e Bordeaux haviam arrancado à prisão, Vaillant prossegue na sua obra revolucionária, organizando o comité central revolucionário e sendo um dos fundadores do jornal *Ni Dieu ni Maitre*, que pouco tempo pôde resistir às forças combinadas da policia e da reacção.



Édouard Vaillant

Foi eleito conselheiro municipal em 1887, 1890 e 1893, e é hoje um dos deputados socialistas de Paris.

Foi ele o autor de um importantíssimo projecto de lei apresentado ultimamente, em nome do partido socialista, à câmara dos deputados sobre *a supressão do exército permanente e a sua transformação progressiva em milícias nacionais*.

Artigo primeiro. — É suprimido o exército permanente.

«Esta supressão far-se-á pela transformação imediata e rápida do exército permanente em milícias nacionais, de modo que o poder defensivo da nação, longe de diminuir, pelo contrário se eleve e aumente, até ao ponto de poder pôr em acção integralmente todas as suas forças. A defesa do país e da República, da sua independência e das suas liberdades, tornar-se-ia, assim, invencível.»

É a renovação do projecto de Blanqui e de Gambon.

«A Republica francesa, pela transformação democrática das suas instituições militares, deve pôr-se ao abrigo de todos os perigos de guerra ou de invasão, e de toda a ameaça de intervenção ou influência de qualquer inimigo estrangeiro. Para esse fim, devem ser educadas, exercidas e organizadas todas as suas forças, e aproveitados todos os cidadãos validos.»

O desarmamento só poderá realizar-se, em virtude de um acordo, feito e aceite pelas diferentes potências. Não se concebe que uma nação desarme, ficando à mercê de nações inimigas e armadas. Seria um contra-senso e uma leviandade sem nome.

O notável criminalista italiano, N. Colajanni, termina o capítulo da guerra e do militarismo, da sua *Sociologia Criminale*, pelas seguintes, conceituosas palavras:

«Em resumo: a guerra e o militarismo engendram o desgosto de todo o trabalho útil; favorecem a tendência para a preguiça; despertam no soldado novas necessidades, sem os meios necessários para as satisfazer; excitam os primitivos instintos, ferozes e egoístas, transformam o respeito do direito em respeito exaltado pela força bruta; conduzem ao servilismo e à prepotência; e, por vias directas e indirectas, levam à miséria, ao suicídio, à alienação mental e ao crime. — Tais são os tristes resultados destas instituições sinistras, deduzidos das provas históricas e estatísticas.

Numa palavra conclui o ilustre e honrado socialista — «*o militarismo constitui a verdadeira escola do crime.*»

O eminente escritor e filósofo russo, Léon Tolstoi, é de opinião que a principal origem da guerra deriva da actual ordem social, baseada sobre a violência. A organização militar dos Estados modernos está toda concentrada nas mãos dos governos, que não desejam perder o monopólio, servindo-se para isso de meios poderosos, tais como o *terrorismo*, o *egoísmo*, a *disciplina militar*, etc.

A guerra, apesar de iniqua, não poderá nunca ser destruída, senão pela educação, generalizada a todos os países. Quando a maioria dos povos reconhecer que a guerra é injusta, nesse dia cessará a guerra. Esta revolta do direito e da justiça contra a força e a violência, está certamente destinada a fazer algumas vítimas; mas, como todas as ideias nobres e generosas, penetrará, pouco a pouco, nas consciências e acabará por triunfar.

Em Paris, publicou-se recentemente um livro interessantíssimo de A. Hamon, o sábio socialista, sobre a *psicologia do militar de profissão*, que não podemos deixar de mencionar neste lugar, por ser de uma actualidade palpitante.

O Dr. Hamon parte do princípio de que a criminalidade legal é ínfima, quase impercebível, relativamente à criminalidade oculta.

O fim da profissão militar é a guerra, e toda a guerra implica necessariamente a violência, manifestando-se por assassinatos, violações, pilhagens e incêndios.

Os indivíduos que escolhem esta profissão, fazem-no levados pelo seu interesse pessoal. Tais indivíduos sentem-se predispostos para a violência pela sua organização psíquica, resultante do seu organismo fisiológico, pelo meio em que vivem e pela sua educação profissional.

O livro de A. Hamon é a justificação da *Delenda Caserna* do capitão Siccardi. Estabelece a superioridade moral dos exércitos nacionais sobre os exércitos profissionais. Nos primeiros encontra-se maior respeito pela dignidade humana, e isto basta para que se não registem os actos de

—
grosseria, de brutalidade e de violência, que se registam ordinariamente nos segundos.

«O militarismo é a escola do crime!»—tal é a conclusão a que chega Hamon no seu belo estudo de psicologia social.

Quando é, porém, que os povos poderão celebrar, no mundo, o supremo benefício da paz, do amor e da concórdia?!

Quando é que o homem se libertará, por completo, dos velhos prejuízos selvagens e das antigas e bárbaras tradições?

Quando soará a hora da completa maioridade e da completa emancipação?

A humanidade caminha, — lentamente, é certo! — mas caminha...

Confiemos no futuro!

—

—
V

A MULHER

Relativamente ao trabalho das mulheres nas fábricas, o congresso de Zurique adoptou as seguintes resoluções, prometendo envidar, nesse sentido, todos os esforços dos seus delegados:

— Dia de trabalho máximo de dez horas para as mulheres, e de seis horas para as jovens de menos de dezoito anos;

— Descanso semanal de trinta e seis horas consecutivas;

— Proibição do trabalho nocturno;

— Proibição do trabalho das mulheres em todas as indústrias insalubres;

— Proibição do trabalho das mulheres nos quatro meses seguintes ao parto e nos dois últimos meses de gravidez;

— Criação dos lugares de inspectoras de fábricas, em numero suficiente à eficaz vigilância de todas as oficinas, onde se empreguem mulheres;

— Aplicação destas disposições a todas as mulheres empregadas nas fábricas, oficinas, armazéns e na indústria doméstica e agrícola.

De futuro reclamar-se-á formalmente a equiparação dos salários das mulheres, conforme o seu trabalho.

A situação da mulher, na sociedade, constitui evidentemente uma das questões mais importantes do nosso século, e reclama por isso um estudo especial. A população da Europa é formada, na sua maioria, por mulheres. Daí a sua importância, e o grande número de opiniões, formuladas, acerca da sua condição. Pensam uns que é a vocação natural da mulher que determina a esposa, a mãe e a dona de casa. Mas esquecem que, apenas, uma parte mínima da população feminina está no caso de preencher os seus deveres. Contam-se por milhões as mulheres que nunca puderam ser nem esposas, nem mães, nem donas de casa, e muitas outras que nem sequer puderam satisfazer a esta vocação natural, sendo,

como é, o casamento, para elas, uma escravidão, graças às condições da indústria moderna. Outros reclamam o acesso da mulher a todos os ramos do trabalho, manual e intelectual, e outros vão ainda mais longe pedindo que lhes sejam também conferidos direitos políticos.

Na opinião de Bebel, este assunto está intimamente ligado à questão social. A sua solução, assim como a da questão operária, é impossível, enquanto não forem radicalmente transformadas as condições do actual estado social³¹.

A SITUAÇÃO DA MULHER

Os defensores da ordem actual dizem e sustentam que o casamento é a base da família, esta a base do Estado, e que, por conseguinte, atacar o casamento é o mesmo que atacar a sociedade e o Estado.

Perguntaremos, em primeiro lugar, qual dos casamentos é o mais moral?

Será o casamento forçado, o casamento venal da sociedade actual, ou o casamento livre, fundado sobre o amor e a estima recíproca, e que, de resto, não poderá realizar-se senão numa sociedade socialista?

O casamento dos nossos dias, que é um resultado de considerações puramente materiais, está intimamente ligado à sociedade actual e destinado a cair com ela. A luta pela existência, tornando-se, de dia para dia, mais acerba, transformou o casamento num acto de perfeita especulação mercantil.

A prostituição é, pois, uma instituição necessária à sociedade burguesa, e tão necessária como a polícia, o exército permanente, a Igreja, etc.

Na Grécia, em Roma e na Idade Média, a prostituição era organizada pelo Estado, e Santo Agostinho chegou

³¹ Serviu-nos de guia, neste estudo, a tradução analítica da obra de Rebel — *La femme et le socialisme* — publicada por P. Argyriadés. Vulgarizando a excelente doutrina, procurámos fazer obra de propaganda e nada mais.

mesmo a afirmar a sua necessidade. A sociedade burguesa, não só a julgou indispensável, senão também a regulamentou.

Hügel, na sua história sobre a *Estatística e Regulamentação da Prostituição em Viena*, exprime-se do seguinte modo:

«Com os progressos da civilização, a prostituição transformar-se-á, adoptando uma forma mais doce e mais conveniente, mas existirá enquanto existir o mundo.»

Quais são as consequências deste estado de coisas?

As doenças sifilíticas e a degeneração da humanidade que delas resulta.

O abaixamento progressivo da moral.

A humilhação da mulher e a sua escravidão.

O infanticídio e o suicídio das mulheres são devidos, em grande parte, à prostituição, devendo ainda acrescentar-se que são os órfãos e os filhos bastardos que constituem, também, em grande parte, os criminosos da nossa sociedade burguesa.

A sociedade inteira encontra-se em estado de enervamento e de excitação, sendo a mulher a vítima.

Mulheres há que sentem e vêem claramente a situação, e procuram remediá-la. Reclamam primeiro a sua independência económica. Pretendem ser admitidas em todos os trabalhos e em todos os empregos que a sua força física e a sua capacidade moral lhes permitem; pedindo, sobretudo, o acesso às chamadas profissões liberais.

Serão justas e realizáveis semelhantes tendências?

É isso o que procuraremos demonstrar.

O casamento, na antiguidade, era fundado sobre o desprezo e a escravidão da mulher; o casamento cristão tinha, por princípio, a inferioridade e a servidão da mulher; o casamento burguês actual baseia-se sobre a única conveniência dos interesses mercantis e ainda na subordinação da mulher. Pela primeira destas formas matrimoniais, o filho era para o pai uma simples coisa; pela segunda, o seu servo; e pela terceira quase se pode dizer que continua sem direitos. É indispensável

libertar a mulher e conceder direitos aos filhos. O casamento futuro terá, por condição, a escolha revogável dos interessados, escolha livre e baseada unicamente sobre as afinidades intelectuais, morais e físicas. Assim ficarão assegurados a felicidade e o aperfeiçoamento dos cônjuges; assim poderá efectuar-se a perpetuação da espécie nas melhores condições morais e físicas³²

Todos os socialistas dos partidos operários são partidários da emancipação da mulher, e da manutenção e educação dos filhos pela Comuna ou pelo Estado. A única divergência está em saber se, de futuro, as uniões deverão ou não ser consagradas pela lei, admitindo todos que devem ser fundadas sobre a livre escolha dos afectos.

O inconveniente da família actual não é, como querem alguns, a monogamia que deve considerar-se a forma mais digna da união dos sexos e que subsistirá, através de todas as reformas e inovações. É antes, a sua quase indissolubilidade, a subordinação legal da mulher, e o rebaixamento do sentimento, pela preocupação de um mercantilismo vil que preside aos actos conjugais.

O congresso internacional de Bruxelas de 1891 afirmou, no seu programa, a igualdade completa dos dois sexos, e reclamou para a mulher os mesmos direitos civis e políticos, concedidos aos homens. Como esposa, como mãe de família, como trabalhadora, a mulher é tão interessada como o homem, na confecção das leis. A humanidade compõe-se, por igual, de homens e mulheres, inseparáveis em direitos e iguais perante a justiça.

A MULHER EM RELAÇÃO À INDÚSTRIA

A burguesia, diz Bebel, concedeu à mulher a independência individual e o direito ao trabalho: resultou daqui a sua admissão em quase todos os ramos da indústria.

³² B. Malon — *Le Socialisme Integral*.

A burguesia reconheceu que era esse o seu interesse, é por isso que o trabalho da mulher é menos retribuído que o do homem.

E isto porquê?

Porque a mulher foi sempre considerada como um ser subordinado, inferior ao homem, por causa das suas particularidades sexuais. Sendo muitas vezes forçada a suspender o seu trabalho, os capitalistas exploraram habilmente essa circunstância como pretexto para o abaixamento do salário.

Além disso, a mulher é mais dócil, mais paciente que o homem, deixando-se também explorar mais facilmente do que ele.

Deste modo, a mulher substitui o homem, e, é, por seu turno, substituída pela criança. — Tal é «a ordem moral» na indústria moderna.

Em vista de semelhantes abusos, tem-se já pedido a proibição completa do trabalho da mulher.

Não esqueçamos que a mecanização representou um papel importante na transformação industrial e que foram justamente os progressos da mecanização, que, suprimindo os trabalhos mais rudes, tornaram possível o emprego da mulher em certos ramos da indústria.

Só um limitado número de pessoas, porém, graças ao auxílio dos seus capitães, podem aproveitar os resultados que as descobertas científicas trouxeram à sociedade; e é revoltante que milhares de operários sejam lançados à margem, em virtude dos progressos da mecanização que substituiu o trabalho manual.

Resulta de tudo isto, que se torna indispensável mudar as actuais bases sociais, procurando-se a forma de uma distribuição mais equitativa dos bens e dos instrumentos de trabalho.

Na sociedade nova, os instrumentos de trabalho serão propriedade de todos, sem distinção de classes nem de

sexos. Cada um será obrigado a trabalhar, e os melhoramentos e as descobertas técnicas a todos aproveitarão.

A mulher tornar-se-á igual ao homem, podendo exercer e desenvolver as suas qualidades físicas e intelectuais e gozar de todos os seus direitos.

Sustentam alguns que a mulher é inferior ao homem, sob o ponto de vista intelectual, e que não é susceptível de uma elevada cultura, sendo, como é, o peso do seu cérebro inferior ao do homem.

Se a mulher é hoje menos inteligente que o homem, provém isso de haver sido descurada a sua educação. Quanto ao cérebro, não é o peso que lhe é necessário, mas a boa organização e o exercício. Averiguou-se, além disso, que, em muitos homens notáveis, o peso do cérebro era quase igual à média dos cérebros femininos.

No dia em que a mulher for tão instruída, tão educada e tão desenvolvida, como o homem, nesse dia terá proclamado a sua emancipação, pela conquista dos seus direitos civis e políticos, e pela equiparação do seu salário ao do homem, em todos os ramos da indústria.

Para esse estado caminhamos. Na vida da família, tem-se operado, nestes últimos cinquenta anos, uma verdadeira revolução. A mulher tornou-se mais livre, e está menos adstrita às funções de dona de casa. Com o andar dos tempos chegará a emancipar-se completamente.

A MULHER NO ESTADO SOCIALISTA

Na sociedade nova, a mulher, gozando de inteira independência, não estará mais exposta a qualquer domínio ou exploração, e tornar-se-á a igual do homem. Receberá a mesma educação que o homem, excepto nas especialidades em que a diferença de sexo exige uma cultura especial. Como o homem, ela poderá, pois, desenvolver livremente as suas forças, as suas capacidades físicas e intelectuais, e escolher, para a esfera da sua actividade, o que for conforme aos seus gostos e às suas aptidões.

Pelo que respeita ao amor, a mulher gozará de tanta liberdade como o homem. Poderá, pelos mesmos títulos, manifestar os sentimentos que ele lhe inspirar. Na sua união, não será guiada senão pelo amor, como nos tempos primitivos. Tal união dependerá de uma simples combinação particular, sem o concurso de nenhum funcionário, com a diferença de que a mulher deixará de ser a escrava do homem e não lhe será dada como um presente ou uma mercadoria.

Devemos, pois, trabalhar para esse futuro próximo que há-de inaugurar o regime das uniões monogâmicas, livremente contractadas, e, em ultimo caso, também livremente dissolvidas, por simples consentimento mutuo, à semelhança do que se faz já hoje com os divórcios, nos diversos países europeus, em Genebra, na Bélgica, na Roménia, etc., e com a separação na Itália.

O discernimento, a instrução e a independência facilitarão as uniões. No caso em que a antipatia, o desgosto, e a incompatibilidade de génio sucedessem ao amor, entre o homem e a mulher, a moral impor-lhes-ia o dever de romperem uma união, que, não sendo já baseada sobre o affecto, se havia tornado anormal.

Numa palavra, sendo suprimida a herança, os casamentos de mero interesse deixarão de ter uma razão de ser.

A PRIMEIRA VITÓRIA

As mulheres francesas acabam de alcançar a sua primeira vitória, no campo político: o Senado adoptou, em primeira leitura, um projecto de lei que concede à mulher o direito de participar, como eleitora, na formação dos tribunais de comércio. Se a câmara partilhar esta opinião, de hoje em diante as mulheres commerciantes poderão nomear os seus juizes.

A 3 de Dezembro de 1883, a câmara dos deputados tinha de examinar a nova lei que lhe era proposta, sobre a eleição dos juizes consulares. A comissão das petições, havia recebido

de Madame Maria Deraismes uma petição, pedindo para que fosse estendido às mulheres este direito de sufrágio. O relator introduziu efectivamente, na lei, uma emenda, assim concebida: «Os membros dos tribunais de comércio serão eleitos pelos comerciantes e *pelas comerciantes...*» A comissão, porém, por razões de simples oportunidade, não adoptou esta emenda.

Na sessão de 11 de Março de 1884, o deputado Hubbard apresentou um novo projecto, em que se propunha «que as mulheres commerciantes tinham pela lei obrigações e encargos especiais inerentes à qualidade da sua profissão. A commerciante paga, como o commerciante, um imposto especial, a patente; está submetida às disposições rigorosas da lei commercial; pode ser declarada falida e pode ser perseguida por quebra fraudulenta. É impossivel citar uma única das obrigações impostas aos homens que lhe não incumbam. Estando submetida aos mesmos deveres especiais, é justo que aproveite dos direitos especiais que a lei confere ao commerciante. E desde que ao commerciante é dado eleger os magistrados que têm de julgar as suas causas, à commerciante, sob pena de inferioridade, não pode deixar de ser concedido o mesmo direito.»

O relator terminava, afirmando que as mulheres que têm a direcção e a responsabilidade de um estabelecimento commercial, assinalam-se, em geral, mais que os homens, por qualidades de ordem, de economia e de probidade.

A 17 de Fevereiro, a câmara dos deputados tomava em consideração um relatório do sr. Colfavru favorável aos direitos civis da mulher.

Finalmente, em Junho de 1889, Ernesto Lefèvre, vice-presidente da câmara, com mais 53 dos seus colegas, renovou a iniciativa da proposta, que tinha por fim conferir às mulheres o eleitorado nos tribunais de comércio. A câmara tomou-a na devida consideração, elegendo-se uma comissão de 9 membros, todos favoráveis ao projecto, e, sendo votada a lei, depois de aprovado o relatório do Sr. Colfavru.

Após quatro anos e meio de demora, acaba também o Senado de dar o seu assentimento ao projecto. O tempo pouco faz ao caso. O importante a registrar, foi o triunfo obtido pelas mulheres, triunfo que não será certamente o ultimo, e que é, porventura, o primeiro de uma longa serie de outros a contar e a celebrar.

MADAME PAULE MINK

Entre as mulheres que, em França, mais se têm distinguido na gloriosa campanha, em favor da emancipação da mulher, seria ingratidão esquecer Madame Paule Mink, que, ainda nas ultimas eleições, foi apresentada como candidata à deputação por Paris.



Paule Mink

Conheci-a, em Madrid, por ocasião do centenário de Colombo. Era delegada ao congresso dos livres-pensadores e fora-me recomendada por Benoit Malon e P. Argyriadés.

Modesta, despretensiosa e dedicada, Madame Paule Mink tem sido para muitos uma incompreendida, mas é seguramente para todos um belo e luminoso talento, engastado num coração de ouro.

Quem a visita, na sua casa de Paris, encontra-a sempre rodeada das suas gentis filhas que estremece e adora, e absorvida pela leitura dos seus autores predilectos. É uma mãe desvelada e terna e uma companheira leal e afectuosa.

Madame Paule Mink fez parte da Comuna de Paris, e ainda ultimamente, por ocasião da greve de Pas de Calais, foi presa, no momento em que se preparava para fazer uma conferência, e depois julgada e condenada.

As perseguições têm-lhe avigorado ainda mais, se é possível, as convicções puríssimas. Nada a contraria e nada a desalenta. Faz consistir toda a sua felicidade, no amor de seus filhos e na dedicação pela causa a que se entregou de corpo e alma. É uma altruísta, no bom e verdadeiro sentido da palavra. Não conhece obstáculos e não conhece sacrifícios. Nem as privações, nem as dificuldades da vida, lograram jamais perturbar-lhe o ânimo ou aniquilar-lhe a vontade indomável. Não é só uma mulher forte; é também um grande e superior carácter, e, neste duplo aspecto, reside o segredo do seu poder, como evangelista e como propagandista da causa social.

P. ARGYRIADÉS

Não encerraremos já agora este capítulo, sem prestar uma homenagem devida a P. Argyriadés, pelo serviço que prestou à democracia socialista, com a tradução analítica da bela e gloriosíssima obra de August Bebel — *A Mulher e o Socialismo*.

Alto, forte, robusto, dotado de um temperamento excepcional e de qualidades verdadeiramente superiores,

Panagiotis Argyriadés nasceu em Castória, na Macedónia, a 15 de Agosto de 1852. Em 1872, instalou-se em Paris, fazendo-se inscrever na faculdade de direito. Em 1878, assistiu, como representante da Grécia, ao congresso dos orientalistas que se realizou naquela cidade, e, no ano seguinte, ao de Londres, também como delegado do seu país. Em 1875, publicou um interessante opúsculo sobre a *Pena de morte, considerada sob o ponto de vista filosófico, moral, legal e pratico*, que teve as honras de ser citado, na tribuna do Senado, por Victor Schoelcher. Foi depois desta bela estreia que se entregou inteiramente ao socialismo. Naturalizou-se francês, em 1880; e desta época em diante, assinalou-se no foro, pela defesa de muitas causas importantes que, ao mesmo tempo, lhe granjearam renome e glória. Em 1883, foi ele quem organizou a manifestação em honra de Flourens; mais tarde, foi ainda, pela sua iniciativa, que se provocou o protesto público contra a chegada a Paris do rei Afonso XII que acabava de ser nomeado coronel de ulanos. Em 1885, fundou *La Question Sociale*, a popularíssima revista que todos conhecem e que tão relevantes serviços tem prestado aos princípios socialistas.

O *Almanach de la Question Sociale* que é o melhor, no seu género, que se publica na grande capital da França, vai já no seu quarto ano, e foi fundado com iguais intuítos e iguais aspirações. É um excelente repositório do actual movimento socialista, e recomenda-se a todos os que se interessam pelo estudo e pela solução dos problemas sociais.

Também lhe é devido o número comemorativo da *Manifestação do 1.º de Maio* que, nos dois últimos anos, se publicou em Paris.

P. Argyriadés reside em Autenil, numa deliciosa e aprazível vivenda, a vinte minutos dos Campos Elíseos. A sua casa é o ponto de reunião de todos os escritores e pensadores socialistas. Foi ali que eu, pela primeira vez, travei conhecimento com Allemane, um glorioso trabalhador e um chefe incontestado; foi ali, em almoços íntimos, e numa doce

e pura confraternidade, que tive o inolvidável prazer de estreitar relações



Panagiotis Argyriadès

com alguns dos principais vultos do socialismo moderno — com Pierre Lavroff, o honrado revolucionário russo, um convicto e um fanático; com Adolphe Tabarant, o autor do *Pequeno Catecismo Socialista*, um poeta adorável, e um espírito vivo e cintilante; com Paul Cassard, o intrépido e valente redactor do *Peuple*, de Lyon; com Aurelien Scholl, o mais delicioso e original conversador que temos encontrado,

—

a prosa transformada em arte, a palavra feita escultura; com Sanial, um americano, trazendo ao socialismo as lições da sua experiência e as observações da sua longa prática na vida; com Duc-Quercy, tão atraente pela sua fisionomia enérgica e comunicativa, como pelo seu carácter firme e decidido; e com tantos outros cujos nomes constituem a imensa e gloriosa plêiade de publicistas, de revolucionários e de combatentes que bem poderíamos denominar a ala dos namorados do Bem, da Verdade e da Justiça.

A estas pequenas festas de família preside de ordinário uma senhora que oculta, sob o pseudónimo de Marianne, um belo e juvenil talento de escritora, e que, além de mãe desvelada e de esposa extremosa, é também a companheira gentilíssima do nosso querido e honrado amigo: é M.^{me} Argyriadés.

Juntos os dois esposos formam como que um núcleo de propaganda socialista, de uma influência decisiva e de um largo e elevado alcance. O socialismo internacional e cosmopolita não tem, seguramente, em França, melhor vulgarizador nem mais dedicado e inteligente apóstolo!

—

VI

A SOCIEDADE NOVA

Já noutro lugar o dissemos: o socialismo desenvolve-se, por toda a parte, de uma maneira espantosa. Nas eleições gerais para deputados, de 1889, obteve o partido socialista, em França, 90.000 votos nas últimas eleições de 1893, elevou-se essa votação a 500.000 votos, cabendo a Paris 226.000. Na Inglaterra, o país do individualismo, conseguiram os socialistas levar ao parlamento onze deputados, na eleição de 1892. A limitação das horas de trabalho e a garantia obrigatória nos acidentes, são uma prova provada da importância e da influência desse grupo, na Câmara dos Comuns. Na Áustria, e especialmente na Boémia e na Silésia, o partido operário dispõe de uma forte organização. Na Suíça, à frente do seu programa, inscrevem os socialistas o direito ao trabalho; na Dinamarca, pela eleição de 1893, foram sete socialistas eleitos para o conselho municipal de Copenhaga; em França, por duas vezes, no mês de Janeiro corrente, esteve o governo da república ameaçado de dar a sua demissão: a primeira vez pela proposta de Paschal Grousset, o antigo comunista e um panfletário destemido, sobre a amnistia, e a segunda vez pela emenda de Jaurés, um pensador e um parlamentar distintíssimo, acerca da conversão dos títulos da dívida pública. Enfim, não há já hoje governo ou indivíduo, qualquer que seja a sua posição ou fortuna, que não acompanhe ou se não interesse pela solução dos problemas sociais. O exército do futuro é cada vez mais numeroso. Sobre o fundo vermelho da sua bandeira, desfraldada aos ventos, destaca-se esta divisa, escrita em letras de fogo: *«Emancipação de todos os oprimidos e de todos os explorados. Renovação total, pela bondade, pelo amor, pela ciência, pela justiça e pela solidariedade.»*

A todos se afigura não só possível, senão também inevitável uma revolução social.

Luiz Blanc dizia-o há cinquenta anos, dirigindo-se à burguesia francesa.

«Deve tentar-se uma revolução social:

«1.º — Porque a actual ordem social está cheia, em demasia, de iniquidades, de misérias e de servidões, para que possa durar muito tempo;

«2.º — Porque não há ninguém que deixe de ter interesse numa nova ordem social;

«3.º — Porque, enfim, esta revolução, tão necessária, é possível e até fácil de se proclamar pacificamente.»

Assim falava o eloquente autor de *L'histoire de dix ans*, há meio século. De então para cá, os factos tem-lhe dado razão. A transformação social impõe-se a todos os espíritos, a todos os países e a todos os governos, e isto explica, até certo ponto, o motivo por que o socialismo está tanto em voga e porque o perfilham e adoptam os povos modernos, não só por intermédio dos seus pensadores mais notáveis, senão também pelos seus representantes de classe e pelos interpretes da opinião popular.

O QUE É O COLLECTIVISMO

Toda a teoria, como toda a civilização, diz Benoit Malon, tem a sua dominante, pela qual se julga e afere. A dominante da sociedade contemporânea encontra-se na prática do individualismo universal, pelo odioso *cada um para si e pela guerra de todos contra todos*.

De todas as questões que o socialismo pretende resolver, é, sem duvida, a questão da propriedade a mais importante. Da sua solução depende o juízo a fazer sobre o pensamento social contemporâneo. O colectivismo derivou do modo de conceber a apropriação das coisas. Há mais de quarenta anos que os socialistas procuram explicar a significação desta palavra, e, sem embargo, o vulgo ainda muitas vezes confunde o colectivismo com o comunismo, não obstante haver uma diferença radical entre um e outro.

No *comunismo*, as forças produtoras e os produtos, postos em comum, ficam sob a gestão directa do Estado; o *colectivismo* não é senão a inalienabilidade das forças produtoras, colocadas sob a tutela do Estado, que, por seu turno, as confia, temporariamente e mediante indemnização, aos grupos profissionais. Nestes grupos a repartição faz-se pelo *divisão igualitária* do trabalho. O consumo é inteiramente livre. Cada um gasta, conforme lhe apraz, o equivalente que lhe cabe, do produto do seu trabalho, depois de satisfeitos os encargos sociais.

O colectivismo é, pois, uma concepção socialista que comporta:

1.º — A apropriação em comum, mais ou menos gradual, da terra, dos instrumentos de produção e da troca;

2.º — A organização corporativa, comunal ou geral, da produção e da troca;

3.º — A faculdade para cada trabalhador de dispor, a seu bel-prazer, do equivalente de maior valor por ele criado;

4.º — O direito ao desenvolvimento integral para as crianças; o direito à existência para os inválidos do trabalho; e a garantia, para todos os válidos, de um trabalho remunerador na associação da sua livre escolha.

Querer isto — afirma muito bem Malon — não é perfilhar os erros do comunismo utópico: é combinar simplesmente a necessidade do concurso para a produção com a justiça económica e as justas exigências da liberdade humana.

O ESTADO SOCIALISTA, SEGUNDO AUGUST BEBEL

Não se destrói radicalmente senão aquilo que se substitui — dizia Danton, na sua frase grandemente revolucionária.

O Estado socialista opõe:

1.º — *ao Estado de guerra, a paz internacional e a federação dos povos;*

2.º — *aos antagonismos económicos, a organização solidária da produção e da distribuição das riquezas;*

3.º — *à ignorância, a universalização do saber e a cultura moral.*

Todos os pensadores progressistas são, pois, acordes em reconhecer que os Estados socialistas, de um futuro mais ou menos próximo, hão de ser formados por repúblicas federadas, que, em si mesmo, não serão outra coisa, senão uma estreita federação de comunas, engrandecidas e transformadas, política e socialmente. Para essa concepção de formas sociais superiores se dirigem presentemente todas as vistas e todas as escolas. Só os processos variam, segundo o indivíduo que os emprega ou segundo o meio em que têm de actuar.

Vejamos, primeiro, como August Bebel, um socialista republicano, segundo a sua própria confissão, concebe as relações sociais que hão-de vigorar num regime socialista, isto é, numa sociedade futura.

A. — *A expropriação capitalista inerente ao novo regime, será feita em proveito de todos e no interesse de toda a sociedade. Realizada esta expropriação, a sociedade assentará em novas bases e a existência humana mudará por completo. A organização actual tornar-se-á inútil, e o próprio Estado se tornará desnecessário, tendendo a desaparecer, como desapareceram as religiões, desde que deixou de existir a crença no sobrenatural.*

B. — *A lei fundamental da sociedade socialista é o trabalho para cada um dos seus membros sem distinção de sexo.*

Esta lei é justa e necessária. Em primeiro lugar, ninguém pode satisfazer as suas necessidades sem trabalhar. Sendo válido, ninguém tem o direito, por outro lado, de viver do trabalho do seu semelhante.

A organização da sociedade, fundada sobre a liberdade e a legalidade, na qual cada um responde por todos assim como todos respondem por cada um, suscitará um sentimento de solidariedade, uma emulação e um desejo de trabalho até hoje desconhecidos. Desta forma o trabalho tornar-se-á mais produtivo e o produto aperfeiçoar-se-á.



August Bebel

A falta de trabalho, tão frequente nos nossos dias, não poderá existir na sociedade futura, que apenas produzirá para consumir, em harmonia com os princípios de justiça e tendo sempre em vista o bem geral.

C.—Na sociedade futura, a produção, mudando de forma, fará desaparecer o comércio, apanágio da sociedade actual.

Em vez dos milhares de intermediários que hoje existem,

teremos os grandes estabelecimentos, e o transporte dos produtos far-se-á de uma forma completamente nova.

D. — *Na nova organização as terras serão propriedade comum, assim como o foram já no começo da civilização, mas com formas sociais superiores.*

O bem estar de uma população depende do grau de cultura que o solo atingir. Enquanto a terra se conservar como propriedade privada, nunca a cultura se aperfeiçoará. Os pequenos proprietários não dispõem para isso dos meios necessários, e os grandes proprietários, com as suas florestas e os seus parques, deixam por cultivar uma grande parte das suas terras.

Pela forma indicada desaparecerá o contraste secular entre a população das cidades e a população dos campos.

E. — *Com a expropriação do solo e dos instrumentos de trabalho, desaparecerá um grande número de abusos e de males que nos afligem na organização actual.*

O que determina hoje a posição dos homens, na sociedade, é a quantidade maior ou menor de dinheiro que possuem. No futuro Estado socialista, a sociedade fará tudo por si mesmo. Nem as pessoas nem as classes poderão prejudicar-se entre si. O Estado, tornando-se inútil, desaparecerá. Não haverá, pois, nada a governar nem a suprimir ou a oprimir.

Com o Estado desaparecerá naturalmente tudo o que o representa: ministros, parlamentos, polícia, prisões, exército permanente, procuradores, advogados, numa palavra, todo o aparelho da dominação política. A sociedade ficará na plena posse de si mesma.

F. — *Na organização actual reclama-se, para todos, o mesmo nível de instrução e de educação.*

Ora esta igualdade é impossível no regime burguês, conforme o demonstra August Bebel. Para receber uma instrução mediana é preciso ter dinheiro e vagar. No Estado socialista as condições do desenvolvimento físico, moral e intelectual serão as mesmas para todos. Cada um poderá, pois, instruir-se e viver, conforme as suas aptidões e os seus gostos.

G. — *Sob o regime futuro a vida social tornar-se-á publica.*

São os factos que o provam. A vida tem-se modificado sensivelmente nestes últimos dez anos. A existência torna-se cada vez menos familiar, e, em pouco, será passada inteiramente nas oficinas, nos campos, e nos locais públicos, destinados ao estudo e à instrução.

H. — Bebel diz que, sendo melhoradas e aumentadas as vias de comunicação na sociedade futura, as viagens de instrução tornar-se-ão mais fáceis do que sucede no actual regime. O trabalho será regulado, de modo a permitir a viagem, ao mesmo tempo, de prazer e de estudo.

Quanto aos velhos, aos inválidos, e aos doentes, quando já não possam trabalhar, a sociedade fornecer-lhes-á os meios indispensáveis à existência.

As doenças tomar-se-ão mais raras, por isso mesmo que a vida será mais regular. A alimentação será preparada cientificamente nos estabelecimentos públicos. A vida de família será transformada por completo.

Bebel diz ainda que o socialismo não pode ser realizado por um povo, isoladamente. À primeira vista parece que o princípio das nacionalidades domina o mundo. Mas é um erro. O internacionalismo cosmopolita começa realmente a penetrar nas populações. Todos os povos se encontram nas mesmas condições sociais. Por toda a parte se observam as mesmas lutas de classes que serão decisivas antes do fim do século XIX.

No novo Estado social, fundado sobre bases internacionais, as nações civilizadas formarão uma federação de onde será banida a guerra. A paz universal não é um sonho nem uma aspiração de visionários. Um progresso dará lugar a outros progressos, e a humanidade avançará sem cessar para um ideal de perfeição ilimitada.

O ESTADO SOCIALISTA, SEGUNDO BENOIT MALON

A noção de pátria encerrou-se primeiro na *tribo*; depois na *cidade*; mais tarde na *província*, e por ultimo na *nação*. Porque é, pois, que a pátria não há de ser *continental* ou *intercontinental* (europeia-americana) e finalmente *planetária*?

A filosofia antiga dizia: *Dignidade, Moderação, Virtude*; o Cristianismo: *Fé, Esperança, Caridade*; o budismo: *Vontade, Justiça, Afinidade*; o XVIII século: *Investigação, tolerância, sensibilidade*; a revolução francesa: *Liberdade, igualdade, fraternidade*; o socialismo utópico: *Dedicação, solidariedade, harmonia*; o socialismo integral terá por divisa: *Justiça, fraternidade, solidariedade*.

Tais serão os princípios do Estado social do futuro, no conceito de Benoit Malon.

Não nos acuseis de utópico, diz ele. Possuímos o *saber* e a *actividade*; o que nos falta é a *doutrina* e a *boa vontade*. Nas federações europeia, americana e planetária do futuro, estas quatro forças estarão unidas, e, pelo seu poder, constituirão a origem da felicidade e tenderão a suavizar, no interesse de todos os seres, a crueldade da situação actual.

Como política, o socialismo aconselha: o emprego de todos os meios de luta: a resistência económica (greve); voto; e, sendo necessário, a força, a geradora das sociedades novas, no dizer de Marx.

Tão longe não ia decerto Malon. Ele não renegou nunca o espirito revolucionário que reputava indispensável à existência e à disciplina dos partidos operários. Mas estava persuadido que o convencimento e a persuasão valiam mais que a força, como elementos de propaganda e de transformação social.

Vejamos qual era a sua concepção, sobre o Estado socialista, pela socialização dos monopólios. Mas antes

disso falemos rapidamente num outro artigo, também do seu programa.

A LEGISLAÇÃO DIRECTA PELO POVO

Charles Burkli apresentou, sobre este assunto, ao congresso de Zurique, uma proposta muito notável e muito bem deduzida:

«O congresso, considerando que a lei é o interesse escrito do legislador; que na legislação a determinante deve ser o interesse do povo; que os corpos representativos, segundo a experiência, representam mais os capitalistas do que os operários; e que as leis, por conseguinte, se fazem a favor do capital, em detrimento da classe operária; que o parlamentarismo, em toda a parte onde domina sem limites, conduz à corrupção e ao ludíbrio do povo; e que só pela intervenção directa na legislação é que o povo adquirirá a consciência da sua força, condição indispensável à liberdade da classe operária:

«Declara que é uma condição preliminar da supressão de todo o domínio de classe, que as classes operárias intervenham, como o mais poderoso meio de combate político, a favor da legislação directa pelo povo, segundo a qual o povo exercerá o direito de proposição para as leis (iniciativa) e o direito da votação das leis (referendo).»

Foi Mauricio Rittinghausen o instigador desta ideia e o seu propagandista mais autorizado.

Convencido que só o colectivismo na legislação, isto é, a participação de todos na confecção das leis, pode corresponder ao colectivismo da propriedade, e que nunca chegaremos a este segundo meio, a não ser por intermédio do primeiro: convencido ainda que o sistema representativo, embora fira o privilégio, não resolverá nunca a questão social; Rittinghausen tentou construir sobre este princípio um sistema governamental que tornou aplicável às grandes nações modernas, compostas de

—
milhares de indivíduos, e foi este o sistema que ele intitulou *a legislação directa pelo povo*.

Foi a 8 de Setembro de 1850, que apareceu, na *Démocratie Pacifique*, o primeiro dos três artigos intitulados *A legislação directa pelo povo ou a verdadeira democracia*. Rittinghausen viu-se logo atacado por Luiz Blanc, Emile de Girardin e Proudhon. Mas teve por si o apoio das massas. Poucos meses depois, mais de trinta e seis jornais defendiam a nova teoria. Proudhon publicava, por esse tempo, a sua grande obra: *Idée générale de la Révolution*, e dizia: suponhamos que é esta a questão: «O governo será directo ou indirecto?» — A avaliar pelo sucesso que acabam de ter, para a democracia, as ideias de Rittinghausen e Considerant, quase se pode afirmar, com uma quase certeza, que a resposta da grande maioria será pelo governo *directo*...»

Após longos anos de luta, Rittinghausen logrou ver inscrita a legislação directa, no programa da democracia socialista alemã, aprovado pelo congresso de Eisnach, em Agosto de 1869.

Só em 1868, porém, foi a legislação directa, introduzida em Zurique, por Charles Burkli, o mesmo que apresentou ao congresso de 1863 a proposta a que acima nos referimos.

Mauricio Rittinghausen nasceu em Huckeswagen (Alemanha) a 12 de Novembro de 1814 e faleceu em Ath (Bélgica) a 29 de Dezembro de 1890.

O sistema parlamentar deu já, por toda a parte, o que tinha a dar. A legislação directa pelo povo é o único sistema governamental que corresponde, em política, às exigências e às necessidades do socialismo moderno.

A SOCIALIZAÇÃO DOS MONOPOLIOS

O direito à existência deve ser fundado sobre o direito ao trabalho. Por seu turno o direito ao trabalho engendra a organização social do trabalho, de onde deriva a necessidade de um *ministério do trabalho*.

As atribuições deste ministério seriam:

1.º — A aplicação rigorosa das leis industriais, melhoradas e completadas;

2.º — A reorganização do trabalho das prisões, de molde a proteger os interesses do trabalho livre, e a tornar mais justas, mais humanas e mais moralizadoras as relações entre a administração e os condenados;

3.º — O estabelecimento de um serviço especial de estatística, que sirva de informação aos produtores (operários e patrões) e aos comerciantes, acerca das condições do mercado do trabalho e da troca;

4.º — Reorganização do trabalho nas manufacturas e outros estabelecimentos do Estado;

5.º — Instituição de uma câmara operária consultiva do trabalho, em bases rigorosamente corporativas, e de uma camara do comércio e da indústria, destinada a apresentar os projectos que teriam de ser discutidos em público;

6.º — Instituição de um grande conselho arbitral, eleito em parte pelos sindicatos operários, e em parte pelos sindicatos dos patrões e pelas camaras de comércio, e que se pronunciaria sobre todas as questões económicas a ele submetidas pelas partes interessadas;

7.º — A reorganização do ensino agrícola, industrial e comercial;

8.º — A reorganização dos trabalhos públicos, comportando a constituição de exércitos industriais, de quadros permanentes, mas de pessoal variável, e que poderiam ser quadruplicados em certas estações e redobrados em épocas de crise;

9.º — A fundação de colónias agrícolas e vinícolas;

10.º — O exercício racional da força de ponderação, a fim de atenuar ou prevenir as crises, de regularizar o mercado e de preparar a organização social do trabalho.

A reorganização do crédito far-se-ia, lançando um pesado imposto sobre a agiotagem, abolindo as leis que

—
permitem a emissão de títulos ao portador e a formação das sociedades anónimas, e proibindo a especulação.

Por seu turno, a organização judiciária realizar-se-ia por uma justiça imediata, simplificada e gratuita.

Enfim, todas as questões de finanças e de crédito seriam resolvidas pela nacionalização dos bancos.

Mas estas reformas tornar-se-iam irrealizáveis, se a colectividade, Estado ou Comuna, conforme os casos, não procedesse à transformação, em serviço público produtivo, dos monopólios de facto que gera espontaneamente o sistema capitalista, e a que chamaremos a **SOCIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS**.

A regra efectivamente estabelecida pela teoria do socialismo, é a seguinte: desde que uma indústria ou o principal elemento de uma indústria passa, pela sua natureza e pelo seu desenvolvimento, ao estado de monopólio, constituindo uma poderosa aglomeração de forças produtoras, incumbe à colectividade explorá-la em *régie* ou fazê-la explorar, sob a sua direcção, mediante indemnização.

Deste modo, além dos monopólios do Estado já constituídos, figuram, na primeira linha, os caminhos de ferro, as minas, os poços de petróleo, as fontes de águas minerais, os canais, as fábricas de armas, os grandes fornos, as companhias de vapores, as grandes oficinas de máquinas, que, por seu turno, devem ser colocadas sob a direcção do Estado e transformados gradualmente em *serviços nacionais* produtivos.

Esta socialização dos organismos dominantes da produção e da viação, tem o seu complemento lógico e inevitável na *comunicação* dos monopólios urbanos, que, por sua vez, seriam também transformados em serviços comunais. Nesta categoria entram: a iluminação (gás e electricidade); os transportes em comum (autocarros, eléctricos, carruagens); o serviço das águas (fornecimento, banhos e lavatórios comuns), os grandes armazéns; os serviços de provisão (padarias e talhos municipais), o serviço farmacêutico e a habitação.

A organização dos serviços comunais pressupõe uma completa reconstituição comunal, baseada sobre uma população de cinco mil habitantes, pelo menos.

Uma sociedade, onde se tivessem operado semelhantes transformações — conclui Benoit Malon — teria progressiva e pacificamente vencido a miséria e a ignorância, organizando socialmente o trabalho, criando uma nova consciência social, fundada sobre as bases indestrutíveis da liberdade política, da justiça económica e da solidariedade humana.

Muitos serão os chamados e poucos serão os eleitos — dizia a antiga formula cristã. *Todos serão chamados e todos serão eleitos* — tal é a divisa da moderna escola socialista.

HECTOR DENIS, GUILLAUME DE GREEF E ÉMILE DE VANDERVELDE

Por *socialismo integral* deve entender-se o socialismo encarado sob todos os seus aspectos, em todos os seus elementos de formação, e com todas as suas possíveis manifestações.

O sentimento não abdicará nunca, e será sempre o primeiro móbil dos actos humanos — disse-o Claude Bernard na sua *Filosofia Experimental*.

Faz socialismo o sábio, o pensador, que, ao cabo das suas longas investigações sobre a natureza das coisas, descobre o mistério da evolução universal.

Faz socialismo o inventor, quando aplica as forças produtoras do homem, favorecendo a multiplicação dos produtos e diminuindo, ao mesmo tempo, a duração e as agruras do trabalho.

Faz socialismo o escritor quando no livro, no drama ou no jornal, faz a apoteose dos sentimentos de justiça para com os homens e de piedade para com os animais.

Faz socialismo todo aquele que combate pela liberdade.

Faz socialismo o altruísta que passa a sua existência, fazendo o bem, socorrendo, consolando e fortalecendo os que sofrem e os que são desventurados.

Faz socialismo o poeta, quando canta o heroísmo, a bravura, o desinteresse e consagra as grandes e supremas virtudes cívicas.

Faz socialismo o professor, quando à ortodoxia das velhas formulas inúteis, antepõe o sagrado ideal de emancipação humana, pregando-o e ensinando-o aos seus discípulos.

Enfim, o socialismo já não é apenas uma doutrina abstracta. O socialismo faz-se e pratica-se por toda a parte: por sentimento uns, por convicção muitos, por raciocínio outros e por necessidade todos. E daí a grande variedade de escolas e um sem número de teorias e de programas.

Mas, em nosso juízo, é o socialismo professoral ou catedrático aquele que mais tem concorrido para o desenvolvimento da ideia emancipadora, no seio das sociedades modernas. E entre os principais apóstolos da escola, seria erro imperdoável esquecer os professores belgas que tão grande relevo têm sabido dar às doutrinas socialistas. Não falando já no falecido Emile de Laveleye, o mais célebre dos economistas contemporâneos e autor de um livro que se tornou clássico — *Da Propriedade e das suas Formas Primitivas*, cumpre-nos mencionar aqui Hector Denis, Guilherme de Greef, o sábio autor da *Introdução à Sociologia*, e Emile de Vandervelde que, sendo advogado, pertence, todavia, a esse glorioso grupo.

A Universidade livre de Bruxelas conta, no seu seio, dois socialistas — Hector Denis e Guilherme de Greef, e um anarquista — Elisée Reclus.

Estão ainda na memória de todos os recentes acontecimentos, que se originaram pela suspensão oficial do curso de Elisée Reclus. Os estudantes tomaram uma parte activa no assumpto. Hector Denis, o reitor da Universidade, demitiu-se, e Guilherme de Greef interveio a favor dos que protestavam contra a intervenção dos poderes públicos. O governo viu-se obrigado a reconsiderar, e o socialismo saiu mais uma vez triunfante da luta.

Na campanha figurou também Emile de Vandervelde, antigo aluno da Universidade, um nobre e generoso espírito e autor de um belo estudo sobre *os parasitas orgânicos e os parasitas sociais*.



Émile Vandervelde

Émile de Vandervelde exerce, sobretudo, uma acção espiritual sobre o socialismo belga. A sua influencia é enorme, e o seu prestigio cresce e aumenta de dia para dia.



Entre os socialistas catedráticos, há uma escola moderada que aspira à implantação da teoria socialista por uma transformação gradual e lenta da sociedade actual. Assim, são alguns de opinião que, para se chegar à completa abolição da propriedade, se deverá principiar pela abolição da grande propriedade que estabelece um desequilíbrio económico no mundo, concentrando e monopolizando nas mãos de alguns os capitais e os recursos que deveriam estar nas mãos de todos. Outros fazem distinção entre a propriedade industrial e a propriedade agrícola, reclamando a supressão da primeira e conservando a segunda, visto mediar uma enorme distância entre o industrialismo e a agricultura.

Sucede o mesmo com relação à grande e à pequena indústria e com relação às heranças. Neste ponto divergem também muitos socialistas, querendo uns a extinção total das heranças, além de uma certa quantia e revertendo o excedente para o fundo da educação nacional, contentando-se outros apenas, com a sua extinção imediata em linha colateral.

Como quer que seja, há um ponto fundamental em que todos estão de acordo — a negação do existente. É indispensável pois, destruir o que está para o substituir. E a reconstrução social será tanto mais fácil, quanto maior for o numero de ideias emitidas. Da variedade de teorias é que há-de resultar a unidade do conjunto. E a luta travada entre o capitalismo e o proletariado ainda mais apressará e favorecerá a solução do problema.

A NOVA GERAÇÃO PORTUGUESA

A evolução que, nestes últimos anos, se tem operado na parte sã, intelectual, deixem-me dizer assim, da nova geração portuguesa, é muito digna de registar-se. À frente desses moços estudiosos e entusiastas, encontra-se Fernando Martins de Carvalho, um grande e sólido talento, disciplinado pelo estudo da filosofia moderna e educado na convivência dos grandes mestres da ciência social.

A tendência federalista e socialista acentua-se na nova geração portuguesa, como um resultado da corrente internacionalista que, por toda a parte, se impõe e afirma, e como uma consequência lógica e necessária das ideias do nosso tempo.

Prova este facto que marchamos para a conquista de um novo ideal e que a política, entre nós, vai perdendo o seu antigo carácter sentimental e jacobino, para se transformar numa solução orgânica, positiva, liberal e moral.

Procedendo assim, a nova geração portuguesa afirma a sua solidariedade com o movimento social moderno e mostra-se em tudo digna e à altura dos grandes problemas que agitam a sociedade.

Parabéns, muito sinceros a todos esses bons e leais companheiros, e, em especial, a Fernando Martins de Carvalho, o chefe incontestado da gloriosa cruzada!

Os excertos que vão ler-se representam mais do que um simples estudo ou uma simples aspiração: são, para assim o dizer, o programa ou o manifesto dos novos. Por isso julgámos que tinham aqui o seu lugar, e que seria de suma utilidade reproduzi-los, embora neles se notem umas lisonjeiras referencias à minha pessoa que não posso nem devo atribuir senão à muita bondade de Martins de Carvalho.

«A aproximação do individualismo económico do individualismo político é o resultado de uma viciosa associação de ideias. A sociologia moderna deve aceitar o individualismo, como solução política, e o comunismo, como solução económica. Nem há qualquer conflito entre estas duas fórmulas, restritas aos campos próprios: o neminem laede, essa fórmula fundamental do individualismo, tem evidentemente consequências comunistas; não lesar a ninguém é não tolher a ninguém a apropriação do necessário, não é apenas não perturbar ninguém na sua situação actual, justa ou injusta. Spencer, que generalizou a economia ortodoxa na sociologia, é

decididamente individualista e afirma a tendência evolutiva para a propriedade social.

Do primitivo comunismo genealógico, de carácter familiar, passou-se para o comunismo local, dos que habitam o mesmo território. Dos comunismos das tribos passa-se para o comunismo universal, para a confederação de todas as comunas.

A passagem de uma a outra forma do comunismo deu lugar ao individualismo económico, a desintegração, sucessiva e gradual, do comunismo genealógico, desde o condomínio familiar até á simples quota legitimaria dos parentes. O individualismo não poderá ser uma integração social; os elementos que ele dispersou precisam de se integrar numa nova forma comunista.

A evolução social realiza-se em virtude da lei do uso e do desuso, de que deriva a divisão do trabalho, e que é o princípio fundamental do transformismo, em que se acentua hoje uma renascença lamarckista. Lamarck deveria ter aplicado aquela lei, que aplicou só aos organismos individuais, também directamente aos organismos colectivos, às espécies. A influência do uso e do desuso actua sobre os órgãos dos organismos individuais, mas actua também sobre os organismos individuais, como órgãos dos organismos colectivos. A doutrina da selecção natural não representa senão uma tentativa para aplicar á diferenciação das espécies a lei do uso e do desuso; na selecção social, uma forma da selecção natural, desaparecem todos os inúteis, embora as subsistências cheguem para todos. A evolução realiza-se pela diferenciação estrutural das massas orgânicas primitivas, constituindo os organismos individuais; pela diferenciação dos organismos individuais formando o protoplasma social primitivo, em variedades, espécies, reinos. Uma espécie constitui-se organicamente pela sucessão de fórmulas cada vez mais perfeitas da divisão do trabalho, pela formação de uma solidariedade social, generalizando-se gradualmente dos pequenos grupos às raças, e a toda a espécie; à concorrência

vital dentro das espécies sucede-se a concorrência vital com outras espécies, até que umas e outras entrem num hiper-organismo superior, que irá até estabelecer a solidariedade de toda a existência.

A sociedade, que começou a sair da primitiva homogeneidade comunista pela antropofagia, com manifestações jurídicas notáveis, como por exemplo a condenação do criminoso a servir de alimento à tribo, pelas formas parasitárias e consumistas, vai pouco a pouco aproximando-se da forma superior da divisão do trabalho, o comunismo, que é a forma de repartição nos organismos perfeitos — a cada órgão segundo as suas necessidades.

À medida que esta evolução se realiza a concorrência social torna-se cada vez menos intensa; o parasitismo interno da espécie transforma-se em parasitismo com relação às outras espécies. As profundas diferenciações antropológicas, produzidas pelas velhas formas parasitárias da constituição social, vão-se atenuando. A analogia real da sociedade com o organismo, que tem sido muito exagerada e tem dado lugar a mil espanholadas científicas, a doutrinas muito estéticas que se têm destacado por gemiparidade das teorias de Comte e Spencer, não nos pode levar a idealizar a sociedade futura como a perfeita reprodução do organismo individual, com a sua forte diferenciação de estrutura, a sociedade é um organismo superior, que reproduz na sua fase embrionária a evolução dos organismos individuais (como pela lei biogenética o indivíduo reproduz na vida fetal toda a evolução orgânica anterior), mas que na sua fase pós-embrionária a continua.

A economia da divisão do trabalho, que se sucede à primitiva economia comunista, tem duas fases preparatórias: uma militar, violenta, — a escravidão, a servidão, o feudalismo —, outra pacífica, — o capitalismo moderno. A distribuição da riqueza pelo produto do trabalho, dando lugar à intervenção da concorrência, produz o capitalismo; a teoria comunista quer que se pague o trabalho-função social e não

o trabalho-produto, como o capitalismo e mesmo o colectivismo, uma doutrina transitória evidentemente, e que se vê em dificuldades para provar que o capital não é acumulação de trabalho, coisa absolutamente indiferente no ponto de vista comunista.

As castas não são diversas raças, diversos povos, que se sobrepõem; são diferenciações antropológicas, que se formam dentro de todas as sociedades pela acção de factores eminentemente sociais, as formas primitivas da divisão do trabalho. As castas correspondem às raças occipital — a exploradora pela violência — e à frontal, a primitivamente explorada, que se liberta pela inteligência; — a teoria de Gratiolet é verdadeira, admitindo-se factores sociais da diferenciação dentro das primitivas raças, que pouco a pouco desaparecem perante as nacionalidades, um parasitismo de que resultam diferenciações antropológicas, e perante as castas. O militarismo exterior e internacional e o militarismo nacional ou aristocracia, têm origens económicas, e produzem diferenciações antropológicas.

No regime comunista primitivo o direito é a coacção à adaptação social pela intimidação, ou o apressamento violento da inadaptação. Existia a promiscuidade. Havia perfeita igualdade económica e perfeita igualdade política.

Fez-se sentir a necessidade da divisão do trabalho: ia-se constituir a primeira forma de parasitismo. Ninguém ousava violar a tradição, com profunda sanção religiosa, da própria tribo. Começa a guerra permanente entre as tribos de bímanos. O que se não aventurava a escravizar indivíduos, a monopolizar fêmeas, a apossar-se da propriedade da própria tribo, caía sobre a tribo vizinha. O individualismo começou pela escravidão dos estrangeiros, pela exogamia, pelo roubo da propriedade das outras tribos. Constituiu-se um direito internacional, fundamentalmente diferente do direito do clã; — conflito antropológico, o direito tinha um carácter colectivo; — crime e pena eram conflitos étnicos.

Constituíram-se assim em casta os homens de guerra, passando depois a exercer a violência sobre a própria tribo. O direito entre as castas passou a ser cópia do direito internacional; o velho direito interno só persistiu em querelas nas relações entre os membros das classes inferiores.

À casta, como a todos os grandes factores sociais, devia corresponder uma diferenciação antropológica. A antropologia criminal, quando nega os factores económicos do crime, não repara em que a selecção natural das raças tem segundo o darwinismo, de que essa escola deriva, uma origem económica — o facto registado pela lei de Malthus.

À primitiva selecção individual devia pouco a pouco substituir-se uma selecção entre os grupos antropológicos, que se iam formando, selecção naturalmente preventiva, daí a formação da escravidão, que é uma forma de carácter duradouro da selecção e que se substituiu à pena de morte do criminoso e do prisioneiro de guerra; daí a formação na aristocracia da família poligâmica, destinada a garantir a rápida multiplicação da casta superior, e acompanhada de diversas medidas restritivas da multiplicação da casta inferior.

Pouco a pouco tem ido perdendo de intensidade a forma violenta do individualismo, pelo aparecimento do capitalismo e pelo cruzamento das castas, primitivamente proibido, que caracteriza as formas sociais superiores, como o cruzamento das raças caracteriza a domesticação com respeito ao estado selvagem. O carácter de conflito antropológico do direito na fase primitiva do militarismo tem pouco a pouco desaparecido de diversos dos seus ramos; primitivamente aquele direito que hoje só tem sanção civil, tinha uma sanção penal. Hoje o direito penal tende a tornar-se tão contratualista como o direito civil; Spencer baseia toda uma teoria penal sobre a organização sistemática da indemnização de perdas e danos.

À medida que o militarismo vai declinando, vai-se realizando no direito internacional uma endosmose do direito

interno progressivo; o contrário precisamente do que se deu nas origens do militarismo.

Resultado de todos estes progressos sociais é o desaparecimento evolutivo das diferenciações antropológicas, a que as castas e as nacionalidades deram origem.

Contra o que o colectivismo afirma, somos de opinião que o capitalismo representa um progresso. A evolução realiza-se pela acção cada vez menor da hereditariedade, permitindo a evolução rápida da espécie, por adaptações repetidas. A organização em castas, a hereditariedade política e económica, correspondeu a fases inferiores da transformação da espécie: hoje sobre a hereditariedade predomina a adaptação, na sua forma selectiva, que tem como consequência politicamente o regime representativo, economicamente o regime capitalista. As selecções, não sendo fixas pela hereditariedade, que, tanto nas suas consequências políticas, como nas suas consequências económicas, tende a desaparecer, é uma transição necessária para o regime da igualdade, em que as progressivas adaptações da espécie não se realizarão selectivamente, mas solidariamente.

É um facto conhecido o da degeneração das aristocracias, facto perfeitamente igual ao da degeneração das raças indígenas perante a civilização branca, e ao da degeneração das raças criminosas, — selecções militaristas e aristocracias abortadas, raças de origem teratológica, — perante o homem normal. A degeneração das aristocracias correspondeu necessariamente a formação das monarquias; era fácil no decorrer da degeneração da casta, uma família garantir-se o poder monárquico. Quando a degeneração se estende às dinastias, a monarquia torna-se temperada ou constitucional. É possível que na degeneração da burguesia perante o quarto estado, pelo mesmo processo histórico apareçam novos cesarismos.

Vejamos os factores intellectuais da evolução social. O homem primitivo faz corresponder à sensação o mundo

exterior; à ideia, que julga independente da sensação, o espírito, a substância: eis a origem do substancialismo, do livre-arbitrismo, da doutrina das ideias inatas, da teoria da criação. Reconhecida a dependência causal da ideia para a sensação, substitui-se ao princípio da substancialidade o princípio de causalidade, e funda-se a ciência moderna, positiva, monista, determinista e evolucionista. Por fazer do positivismo uma questão de método e não determinar precisamente a origem do casualismo e todas as suas consequências, Comte aceitou a irredutibilidade dos fenómenos e a relatividade dos conhecimentos, princípio que ocasionou esta recente recaída idealista. A evolução científica não é dedutiva, como queria Comte, mas indutiva, das ciências do espírito para as ciências mais gerais, as do mundo inorgânico; é assim que, por exemplo, a doutrina da evolução apareceu sucessivamente na sociologia, na biologia e na físico-química. Note-se que na astronomia ainda se admite a evolução-circular, da nebulosa à nebulosa, e a evolução-circular foi precisamente a primeira fase do evolucionismo social; e que nada há ainda sobre a evolução físico-química. Conhecem-se os factores psicológicos da marcha social; conhecem-se os seus factores biológicos ainda; e muito mal os factores inorgânicos.

A doutrina do livre-arbítrio deu origem ao contratualismo na política, no direito económico, na família e no direito penal, punindo o crime, não o criminoso. O determinismo, que sucessivamente, visivelmente na criminologia, tem passado da sua forma estática, para uma forma dinâmica, evolucionista, da motivação psicológica ao condicionalismo biológico e anorgânico, tem como consequência necessária uma constituição socialista. O direito económico fundar-se-á sobre o destino social dos actos, não sobre o livre-arbítrio dos contraentes; reconhecido o governo de leis sociológicas, e o progresso, contraditório com o livre-arbítrio, isto é, a eterna possibilidade de o homem pensar e praticar indiferentemente, desaparecerá a necessidade do Estado, resultado teórico da

necessidade de uma eterna intervenção coactiva para levar o livre-arbítrio ao Bem; a pena terá um fim socialista, a adaptação do criminoso à sociedade. Esta adaptação será fácil, contra o que julga a antropologia criminal, que admite a evolução antropológica e social e nega a evolução antropológica e social dos criminosos, que, sabendo que a simbólica jurídica mostra bem que a origem da propriedade foi a conquista e que a origem da sucessão foi o culto dos mortos, chama aos atentados contra a propriedade — delitos naturais. A proibidade actual que é senão o hábito violentamente criado de respeitar a desigualdade económica, hereditariamente transmitido?

Diferimos do colectivismo: na nossa solução final económica, que é comunista; na teoria política, que é o anarquismo científico; no processo teórico, por isso que fazemos sociologia antropológica e por não fazermos sociologia exclusivamente económica. Os primitivos socialistas como os primeiros economistas nem sequer suspeitaram da sociologia, viveram no especialismo económico; numa segunda fase economista e socialista levaram a explicação económica a todos os fenómenos sociais, fizeram sociologia económica; numa terceira fase a economia ortodoxa generalizou-se com as outras ciências sociais na sociologia spenceriana. Tudo hoje também faz prever a constituição de uma sociologia socialista. A biologia nunca ousou explicar a evolução orgânica só por factores económicos — os que dizem respeito à nutrição. O colectivismo é, em Marx principalmente, um argumento ad hominem com relação à economia ortodoxa, de cujas entidades metafísicas tirou consequências hábeis, mas cientificamente infundadas; Karl Marx vê-se obrigado a contradizer violentamente as suas teorias, aproximando o seu socialismo da fórmula comunista da distribuição.

Diferimos do anarquismo, apesar de acreditarmos que o Estado tende a desaparecer pelas razões que demos e ainda pelas legítimas deduções sociológicas da doutrina

lamarckiana da criação natural dos instintos, em virtude da qual o Estado perderá a sua razão de ser apenas tenha formado hábitos, que, tornados hereditários, sejam a base moral da sociedade futura: na teoria determinista e antropológica, e pelo sentimento profundo da evolução histórica. É preciso contar com a história, a hereditariedade psicológica; o espírito social não é evidentemente a tábua rasa da velha psicologia materialista. A evolução tem períodos revolucionários; a luta pelo direito de Jhering é a teoria do progresso sanguinolento das sociedades. Mas não podemos como o anarquismo ou como o jacobinismo fazer do crime político uma metafísica revolucionária. Dissemo-nos comunistas: devemos notar que a única teoria socialista de que saiu uma sociologia, foi uma doutrina comunista, a de Saint-Simon, cuja influência na obra de Comte é conhecida.

É nítida a nossa posição. Libertos completamente das velhas doutrinas, hereditariedade mórbida muitas vezes secular do espírito colectivo, afirmamos a necessidade de uma reconstrução social completa. As velhas teorias sociais, que são senão as velhas tendências inconscientes, a que se quer dar um pretexto de que se faz pedantemente uma sociologia, como o hipnotizado dá um pretexto pueril e julga da sua iniciativa os actos sugeridos e que inconscientemente praticou?

É no partido republicano o lugar dos novos, não vencidos por essa surmenage mental da história que caracteriza o momento, para quem a sociologia não é apenas um libreto da Portuguesa, que fazem uma crítica intelectual do que existe, e que deixam a velha crítica jacobina, uma parte de polícia carregada.

É preciso que o partido republicano faça, porém, vigorosamente afirmações socialistas e federalistas. Estas duas correntes poderosas têm sido veementemente representadas na propaganda republicana por Magalhães Lima, contra aqueles, para quem a república é toda a ciência social e um ménagesinho patriótico, e que fazem a sociologia pacata do bom homem Ricardo.

A questão política não é indiferente, contra o que alguns deduzem do princípio socialista de que as transformações políticas têm apenas factores e destinos económicos. Os novos devem, pois, colocar-se ao lado dos republicanos, porque a solução política imediata é a mesma. Socialistas, achamo-nos reunidos aos ortodoxos, que piedosamente julgam o socialismo uma metafísica do roubo. Aproxima-nos uma espécie de isomorfismo, porque as nossas e as suas doutrinas cristalizam nas mesmas fórmulas políticas.

Socialismo rasgado, não um socialismo que seja um diletantismo da História, e que corresponda à velha fórmula — panem et circenses, política internacional definida e sem hesitações, tem sido a propaganda veemente feita por Magalhães Lima, que assim abriu uma nova fase na história do partido republicano português. Os novos podem, pois, entrar sem hesitações na vida nova do partido.»

JOSÉ FONTANA E SOUSA BRANDÃO

E, uma vez que falamos nos novos, seria ingratidão esquecer aqueles que, pela sua influência, pela sua dedicação, pela sua actividade e pela sua propaganda, tanto contribuíram para o derramamento destas ideias no povo português. Refiro-me a José Fontana e Sousa Brandão.

Ser republicano ou ser socialista nestes tempos que vão correndo, coisa é que não importa um grande acto de coragem ou de audácia. Mas para afirmar as opiniões republicanas e socialistas, na época em que aqueles dois beneméritos o fizeram, requeria-se ainda mais que coragem e audácia — requeria-se uma grande independência de carácter e um grande e soberano desprezo pelas conveniências e interesses pessoais.

Os que modernamente vieram para a política, não sabem, nem podem mesmo avaliar, o que custava a propaganda naquele tempo. Era uma luta cruel e constante, com a família, com os amigos e com tudo e com todos. Ser

republicano era o mesmo que ser um doido mau. Socialismo era sinónimo de pilhagem e de liquidação social.

Os partidos por via de regra, ingratos para com os seus servidores. Superior, porém, à gratidão dos partidos, há o aplauso da própria consciência. E só pela satisfação do dever cumprido, vale bem a pena suportar as chufas dos adversários, as calúnias dos maldosos e a perseguição dos inscientes e dos inconscientes.



José Fontana



José Fontana era muitas vezes caluniado por aqueles que o não compreendiam. De Sousa Brandão sorriam-se os *finórios* e os homens práticos, como se tivessem dó dele. Fui dessa época, e sei o que isso era e o que isso custava! Mas que importava? Os caluniadores calaram-se e os desfrutadores desapareceram. José Fontana e Sousa Brandão são hoje venerados e consagrados, em Portugal, como o são igualmente, na Alemanha, Karl Marx e Lassalle.

E isto porquê?

Precisamente porque eles representaram, na sociedade portuguesa, mais alguma coisa do que as suas próprias pessoas. Eles foram os genuínos intérpretes de uma ideia que honraram e glorificaram, pela sua coerência, pela sua abnegação e pelo seu civismo. Foram dois puros e foram dois fortes. Era diferente o processo de cada um. Mas o ideal, o fim, o objectivo era o mesmo em ambos. José Fontana era o apóstolo da *Internacional*, e ela aí está hoje mais sólida e mais viva do que nunca, apesar da perseguição dos governos! Sousa Brandão foi o evangelista das *sociedades cooperativas*, e elas aí estão hoje a impor-se por toda a parte e em todas as classes, apesar dos embaraços e obstáculos que o capitalismo lhes levanta!

Há quem desanime na luta e há quem se canse, durante o caminho. Nem um nem outro souberam nunca o que era o desânimo ou o cansaço. Trabalharam, combateram, perseveraram e seguiram sempre avante como os crentes das antigas religiões. Edificaram sobre as ruínas e construíram sobre os escombros do velho mundo. A obra aí está — bela, soberba, imponente. O exemplo é daqueles que não morrem nunca e a lição é das que aproveitam sempre. Inspiremo-nos no seu nobre e magnânimo exemplo e reavivemos nos nossos espíritos a grandeza e a sublimidade da sua lição.

A homenagem aos mortos deve constituir um culto para os vivos. E, quando os mortos se chamam José Fontana e Sousa Brandão, a homenagem reveste então o duplo carácter de um preito ao amigo querido e de uma apoteose pelo bravo, pelo apóstolo e pelo herói.



Sousa Brandão

CONCLUINDO

Bom ou mau, aí fica um rápido esboço do actual movimento. Foi simples a nossa missão. Desejando que todos vissem pelos próprios olhos e palpassem pelas próprias mãos,



limitámos-mos a fazer a história do que é e do que se passa. Historiámos; não criticámos; narrámos; não comentámos. *Savoir pour prévoir, afin de pouvoir* — tal era a máxima de Auguste Comte. *Saber para prever, a fim de poder* — tal deve ser o princípio de todos os que, presentemente, se dedicam e consagram aos estudos políticos e sociais.

Não confundamos o ideal com a utopia. O ideal de hoje é a realidade de amanhã. O ideal, disse muito bem Élisée Reclus, não é senão o desenvolvimento da realidade. A utopia não passa, muitas vezes, do espírito ou do cérebro que a gerou. Mas não sucede o mesmo com o ideal que encontra sempre uma realização prática, no mundo. O socialismo é o ideal do século XIX e será a realidade do século XX. Muitos governos monárquicos começam já a aceitar-lhe as reivindicações e as consequências. Gladstone perfilhou, para o seu programa liberal, o dia normal das 8 horas de trabalho e a responsabilidade nos acidentes. É socialista o imperador da Alemanha e são socialistas todos os governos da Europa. Compreende-se. Fazendo concessões ao proletariado, os reaccionários e ultramontanos procuram defender-se da onda que os ameaça, prolongando deste modo a sua existência, embora à custa de uma especulação e de uma hipocrisia. Não acontece, porém, o mesmo com os partidos avançados. Esses têm de acompanhar o movimento, sob pena de se suicidarem, não o fazendo. Aí fica a advertência. Quem tem olhos para ver, veja; quem tem ouvidos para ouvir, oiça.

Neste livro reproduzi, a largos traços, as minhas impressões sobre o congresso operário de Zurique de 1893, desenvolvendo os assuntos ali tratados, segundo o critério das diversas escolas socialistas. Aos novos me dirijo, porque só dos novos há alguma coisa a esperar. Os velhos são impenetráveis às ideias modernas. Concorre, para isso, o egoísmo e a intransigência da idade. Seria absurdo esperar qualquer coisa de profícuo e de útil de elementos gastos, cansados, e, em parte, desacreditados. Já uma vez o disse e não cessarei de o repetir. O bom senso público não reconhece, em

—
geral, senão dois partidos — o partido dos que avançam e o partido dos que recuam. Deixemos recuar os que tudo sacrificam ao seu interesse pessoal e à sua desmesurada ganância; deixemos recuar os tímidos, os covardes e os impotentes; e avancemos nós, unidos, fortes e disciplinados — unidos na acção, embora divergentes na doutrina; fortes pelo sentimento do dever, e disciplinados pela solidariedade das ideias e dos princípios.

A festa do 1.º de Maio do corrente ano será uma nova afirmação da força e da importância do proletariado internacional.

Michelin, o ilustre deputado socialista, apresentou ultimamente, na câmara francesa, o seguinte projecto de lei:

«O trabalho é a origem única e legítima da riqueza. Nenhum produto pode existir sem o trabalho, que é a condição essencial da liberdade e da prosperidade do homem, e só, por meio dele, se pode assegurar o progresso e moralizar a sociedade.

Os trabalhadores tomaram a iniciativa da celebração de uma festa anual, com o fim de honrar o trabalho. Peço por isso, à câmara que decrete, no sentido de considerar esta festa nacional.

Os poderes públicos, cuja missão consiste em dar satisfação às aspirações do povo, não podem senão associar-se a um sentimento tão elevado, demonstrando assim o desejo sincero em que estão de examinar, para as atender, as justas reivindicações dos trabalhadores que constituem a imensa maioria do país.

Por estas razões, tenho a honra de submeter à câmara o seguinte projecto:

Art.º único — O 1.º de Maio é declarado o dia da festa nacional e anual do trabalho.»

Michelin deseja, por este modo, consagrar o 1.º de Maio, assim como se tem consagrado o 14 de Julho que é o dia da festa da República. Perderia a festa dos operários, neste caso, o seu carácter de resistência, e converter-se-ia numa

celebração pacífica do trabalho. Nada mais nobre e digno! Aos termos da proposta, associou-se entusiasticamente o grande poeta socialista, Clovis Hugues, embora outros divergissem por desejarem conservar ao 1.º de Maio a sua feição, radical e revolucionária, de combate e de oposição ao existente.

De um ou de outro modo, a celebração do 1.º de Maio não deixará de fazer-se.

Há um problema a resolver. É a questão magna do século. Ou os governos o resolvem, ou as sociedades terão de passar por um cataclismo terrível.

É este o dilema. E da solução do assumpto dependerá, no futuro, a felicidade e o bem-estar dos povos!

—



Esta obra foi possível graças ao apoio dos nossos patronos, a Libertária é uma chancela editorial e um projecto cultural independente que depende apenas dos donativos dos seus sócios e dos seus patronos, pode consultar os nossos objectivos em [PATREON.COM/LIBERTARIAPT](https://patreon.com/libertariapt)



Licença Creative Commons Atribuição Compartilha Igual CC BY-SA 4.0: é permitida a livre reprodução desta obra desde que o autor e o editor (Libertaria.pt) sejam citados e a integridade do texto ou das partes utilizadas seja respeitada, pode consultar a licença na íntegra em creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/